



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DIRCEU S. M. MARROQUIM

ENTRE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES
Turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944



Recife, 2015

DIRCEU S. M. MARROQUIM

ENTRE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES

Turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944

Texto dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco pelo aluno Dirceu Salviano Marques Marroquim, sob a orientação da Profa. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen.

Recife, 2015

M361e Marroquim, Dirceu Salviano Marques.
Entre sujeitos e instituições : turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944 / Dirceu Salviano Marques Marroquim. – Recife: O autor, 2015.
188 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Isabel Cristina Martins Guillen.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências.

1. História. 2. Turismo - História. 3. Turismo – Recife (PE) – 1939-1944. 4. Turismo e Estado. I. Guillen, Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-97)



DIRCEU SALVIANO MARQUES MARROQUIM

**ENTRE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES:
Turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944**

Dissertação apresentada ao
**Programa de Pós-Graduação em
História** da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de **Mestre em
História**.

Aprovada em: **27/02/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Profr. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Membro Titular Externo (FGV)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PREGÃO TURÍSTICO DO RECIFE

Aqui o mar é uma montanha
regular, redonda e azul,
mais alta que os arrecifes
e os mangues rasos ao sul.

Do mar extrair podeis,
do mar deste litoral,
um fio de luz precisa,
matemática ou metal.

Na cidade propriamente
velhos sobrados esguios
apertam ombros calcários
de cada lado de um rio.

Com os sobrados podeis
aprender lição madura:
um certo equilíbrio leve,
na escrita, da arquitetura.

E neste rio indigente,
sangue-lama que circula
entre cimento e esclerose
com sua marcha quase nula,

e na gente que se estagna
nas mucosas deste rio,
morrendo de apodrecer
vidas inteiras a fio,

podeis aprender que o homem
é sempre a melhor medida.
Mais: que a medida do homem
não é a morte mas a vida.

João Cabral de Melo Neto
(1954)

RESUMO

Se fosse para definir esta dissertação em apenas uma sentença, esta, sem dúvida se resumiria em: investigar como noções do(s) turismo(s) no Recife surgiram tanto institucionalmente, quanto através de práticas sociais de visitação, entre os anos de 1939 à 1944. Porém, como irá constatar o leitor, várias questões serão abertas em torno daquele problema geral a que se coloca ao longo das páginas a seguir. O recorte temporal aqui escolhido deveu-se à existência, na capital pernambucana, da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), que ficava a cargo da Prefeitura Municipal do Recife. Tal instituição será o eixo central da narrativa adiante. A partir dela foi possível traçar um diálogo entre diversas outras instituições e, sobretudo, os sujeitos que as compunham. Em um primeiro momento será analisado as definições de turismo correntes no Recife daqueles anos, posteriormente, a circulação de textos ‘turísticos’, livros-guia, literatura de viagem e as propagandas sobre a cidade em publicações nacionais e estrangeiras. Por último será discutido como aqueles discursos construídos pelos sujeitos que compunham instâncias estatais devem ser relativizados quando postos em relação à complexidade das práticas sociais dos diversos operadores envolvidos no então recém surgido setor turístico no Recife.

Palavras-Chave: História do Turismo; Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo; Recife-PE

ABSTRACT

If I defined this thesis in one sentence this certainly would be: investigate how notions of tourism in Recife emerged both institutionally and through social visitation practices, between the years 1939 to 1944. However, as the reader will note, several issues will be opened around that general problem that arises over the following pages. The time frame chosen here was due to the existence, in Recife, the Statistics, Propaganda and Tourism Department [Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo - DEPT], which was in charge of the major of Recife City. Such an institution will be the core of the narrative forward. From it was possible to draw a dialogue among several other institutions and above all the subjects that composed it. At first be examined current tourism definitions in Recife those years later, the circulation of texts 'tourist', the guide books, travel literature and advertisements on the city in national and international publications. Finally discussed how those discourses constructed by the subjects that made state agencies must be relativized when put in relation to the complexity of the social practices of the various operators involved in the then newly resurgent tourism sector in Recife.

Keywords: History of Tourism; Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo; Recife-PE

À Maria.

Agradecimentos

Os dois anos de elaboração deste texto não foram dos mais demorados. Quando pisquei os olhos já se tinham passado quase dezessete mil horas da minha vida, muitas delas passei trabalhando nas páginas a seguir, outras gastei com futilidades, com leituras diversas. Tenho certeza que muito da tranquilidade do meu sono veio do incentivo da CAPES, através do financiamento desta pesquisa e, durante certo tempo, da FACEPE, que concedeu uma bolsa de Mobilidade Discente, que se verá traduzida nas diversas referências das numerosas notas de rodapé desta dissertação.

No entanto, não foi apenas o financiamento que me deu uma maior tranquilidade na pesquisa e na escrita deste trabalho. As pessoas que cruzaram o meu caminho nesses anos proporcionaram uma maior consistência ao texto. Em primeiro lugar gostaria de agradecer à professora Isabel Guillen, que aceitou orientar este trabalho. Ao professor Flávio Weisntein pelas valiosas observações nas leituras do texto, Sylvia Couceiro pelo apoio pela leitura do texto e pelas generosas sugestões. Agradeço também ao professor Celso Castro pelos diversos conselhos gratuitamente oferecidos ao longo de quase dois anos consultando-o constantemente.

Esta dissertação não teria sido possível sem outros apoios que generosamente recebi neste período. Agradeço profundamente à Maria Falcão, que tem compartilhado comigo a construção desta caminhada que acaba de começar; à Maria Amélia, minha genitora, que me compreende apenas pelo olhar. Ao meu pai, José Ricardo, que sempre anima as minhas tardes quando me telefona e diz: “Grande Bibliófilo!”. A Rafael Marroquim e Júlia Pereira, pelo incentivo e carinho na jornada. À Mãe Inês, à Mãe Irene pela confiança e apoio. A Maurício Cunha pelas conversas diárias antes, durante e depois do almoço. Também à Dulcinéia Jacinto pela amizade e pelos quitutes tão deliciosamente preparados.

Agradeço imensamente a Israel Ozanam, um amigo que pensou o texto desta dissertação comigo. Muito obrigado, meu velho. Também a Rodrigo Bulamah, amigo recente que contribuiu significativamente para o conteúdo desta dissertação. Felipe Azevedo, grande amigo, que acompanha o desenvolvimento desta pesquisa desde muito cedo, obrigado por tudo, inclusive por me apresentar George Felipe Azevedo, figura memorável impressa também nas páginas a seguir. Augusto César Gomes de Lira, pela longa amizade e litros de cafés tomados em todos esses anos. À Betânia Corrêa de Araújo pela generosidade no aprendizado diário destes longos anos de trabalho.

Da mesma forma à Clemilde Castro e à Elisabeth Varela pela hospitalidade e generosidade; a Juan Pedro Blois grande amigo, com quem compartilhei o início deste texto. Agradeço imensamente a Jobson Figueiredo pela amizade e por possibilitar a consulta ao seu acervo. Agradeço à Falina Enriquez, à Erika Helgen e à

Brodwyn Fisher, que mesmo em breves conversas, inspiraram decisivamente muitos dos caminhos seguidos neste texto. Também agradeço imensamente ao amigo Frei Beto Breis OMF, pelas caminhadas e conversas em tardes amenas pelo nosso velho Recife.

Ao longo de quase cinco anos de pesquisa fui somando uma incomensurável lista de instituições nas quais pesquisei, que pela frequência, passei a considerar os seus funcionários como pessoas muito próximas desta jornada. Agradeço a Hildo Leal e Emerson do APEJE a Sandro Vasconcelos do *Museu da Cidade do Recife*, aos confrades e amigos George Cabral, Reinaldo Carneiro Leão, Tácito Galvão, Bruno Dornelas Câmara e Bruno Miranda do IAHGP, aos amigos da FUNDAJ: Lino, Luiz Carlos, Severino e Eliane Moury Fernandes. A Renan, Bianca, Cindy e Isadora, do CPDOC e a “Seu Jorge” da Biblioteca Nacional. Meu muito obrigado.

Por fim a todos os sujeitos que habitam as páginas deste texto, foram eles que fizeram esta história possível.

Índice de siglas

ACP – Automóvel Club de Pernambuco

AN – Arquivo Nacional (RJ)

APEJE- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

BN – Biblioteca Nacional (RJ)

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DDC – Diretoria de Documentação e Cultura

DEIP- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DEPT- Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo

DGE – Diretoria Geral de Estatística

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

DPDC -Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

DOPS – Delegacia de Ordem Pública e Social

FGV- Fundação Getúlio Vargas

IAHGP- Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LABHOI - Laboratório de História Oral e Imagem

PMR – Prefeitura Municipal do Recife

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCB – Touring Club do Brasil

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

Lista de Imagens

Imagem 1: Excursão do Touring Club do Brasil – Praia de Boa Viagem – 1944. [Museu da Cidade do Recife].....	14
Imagem 2: A excursão do Touring Club ao Norte. <i>Revista da Semana</i> (RJ), Ano XXXV, N. 27. P. 26.....	47
Imagem 3: Organograma da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo (DEPT). <i>Revista Arquivos</i> , Vol. 1 – 1942.....	58
Imagem 4: A odisseia do Nordeste. <i>Revista da Semana</i> (RJ), 14/03/1933.....	87
Imagem 5: Bandeira, Manoel. <i>Almanach de Pernambuco</i> , 1934.....	90
Imagem 6: Aquarelas pintadas por Murillo La Greca Marroquim para o <i>Guia da Cidade do Recife</i> de 1935.....	100
Imagem 7: Prontuário Funcional 43-D – 26/11/1942. <i>Arquivo da Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS)</i> . [APEJE].....	104
Imagem 8: Boletim do Porto e da Cidade do Recife. Out.-Dez. De 1941. N. 2.....	110
Imagem 9: Programação da Rádio Clube de Pernambuco. <i>Jornal do Commercio</i> , 15/08/1942.....	116
Imagem 10: Ilustração feita por Eustórgio Wanderley para a capa do seu livro.....	121
Imagem 11: Demolições no Bairro de Santo Antônio. Fotógrafo: Alexandre Berzin. [Museu da Cidade do Recife].....	122
Imagem 12: Demolições no Bairro de Santo Antônio. Fotógrafo: Alexandre Berzin. [Museu da Cidade do Recife].....	122
Imagem 13: <i>O Globo</i> (RJ). 30/07/1940.....	125
Imagem 14: Benício W. Dias, Recife. Vista característica do Recife, com seus rios e pontes, com Olinda ao fundo.....	136
Imagem 15: BRUER, Carl. <i>Mit Dem Luftschiff “Graf Zeppelin” nach Pernambuco</i> . [Acervo Jobson Figueiredo Alves].....	141
Imagem 16: BRUER, Carl. <i>Mit Dem Luftschiff “Graf Zeppelin” nach Pernambuco</i> . [Acervo Jobson Figueiredo Alves].....	141
Imagem 17: Imagens do Recife captadas a bordo do Zeppelin [Acervo Jobson Figueiredo Alves].....	145
Imagem 18: FREYRE, Gilberto. <i>Guia da Cidade do Recife</i> . Recife: Ed. do autor, 1934.....	146
Imagem 19: <i>Dois anos de luta contra os mocambos</i> . Recife: DEPT, 1941.....	157

Sumário

Introdução.....	13
I. Concepções de turismo no Recife.....	26
I.1 Histórias e Turismos.....	27
I.2 De quando o turismo virou assunto de Estado.....	33
I.3 Conexões: turismos e instituições no Recife.....	44
I.4 “Vende-se de tudo neste mundo, desde que se possa vender e se saiba anunciar”: a Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo.....	55
I.5 Entre turismos, estados e civis.....	68
II. “A Veneza Austral”: propaganda turística no sobre o Recife.....	79
II.1 Os três mosqueteiros e o Recife: sobre algumas narrativas..	83
II.2 Roteiros, prelos e impressões: ainda sobre algumas narrativas.....	97
III. Entre estatísticas, mocambos e turistas: a paisagem e o caminho.....	119
III.1 Narrativas e estatísticas: o Recife e os seus números.....	120
III.2 “As sete chaves do Brasil” e a construção de um Recife.....	132
III.3 “Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin!.....	141
III.4 Caminhando no Recife, ou o que escapa ao texto.....	149
Considerações Finais.....	165
Referências.....	170

INTRODUÇÃO



Imagem 1: Excursão do Touring Club do Brasil – Praia de Boa Viagem – 1944.
[Museu da Cidade do Recife]

A imagem acima foi capturada por Alexandre Berzin, na praia de Boa Viagem, no Recife, em 1944. Talvez, ao clicá-la, ele não imaginasse que o registro material do seu olhar serviria como fonte, 70 anos depois, para uma história como a narrada nas páginas adiante. Aqui, tal fotografia representa mais do que a agradável cena de alguns possíveis turistas tomando uma água de coco à beira-mar. Ela sintetiza os passos da construção desta pesquisa.

Há ali três dimensões pelas quais organizei esta dissertação. A primeira, representada pelo próprio fotógrafo, e todas articulações e arregimentações que antecederam ao momento do click; a segunda, pelos sujeitos que estão no primeiro plano da imagem, os “turistas”. Por último, no segundo plano, mas não hierarquizado em importância para o texto, o *chauffeur*, no canto esquerdo da imagem com o olhar levemente inclinado para o chão.

Estas dimensões foram traduzidas aqui em capítulos, os quais a partir de agora apresentarei, de modo integrado ao desenvolvimento da pesquisa. Ao contar como esta dissertação foi estruturada, explicitarei o porque dos caminhos escolhidos para tecer os fios desta história.

O meu interesse em dedicar a primeira parte da dissertação ao momento anterior à captura da imagem não foi gratuito. Os espaços discursivos nos quais

aquela fotografia estava inserida indicou em muitos aspectos o percurso desta escrita. Na verdade, apontou o caminho pelo qual cheguei a esta investigação¹.

No ano de 2008, iniciei minha atividade, como estagiário, no *Museu da Cidade do Recife*. Lá, fui alocado no *Núcleo de Pesquisa José Antônio Gonçalves de Mello*, setor responsável pela biblioteca e pelo acervo fotográfico. Nos primeiros meses de trabalho, designaram-me o inventário dos livros e, posteriormente, minhas atividades ficaram divididas entre: atender pesquisadores, conhecer o acervo fotográfico, sendo este o maior conjunto imagético sobre o Recife do século XX. Como a frequência de consulentes era pequena, passava horas olhando as imagens.

Haviam nas fotografias, pequenos descritores manuscritos informando o local retratado ali, e dentre estas, a fotografia que inicia este texto. Muitas das imagens foram produzidas, segundo o registro, pela DEPT. Até aí, esta sigla significava apenas uma conjunção de letras, supostamente sem significado.

Um funcionário do *Museu da Cidade*, Martiniano Ricardo Alves Bacalhau, já falecido, informou-me que aquele conjunto documental teria vindo da DDC – *Diretoria de Documentação e Cultura*, cuja responsabilidade ficava a cargo da prefeitura da capital pernambucana. Isto deu indício para pensar na possibilidade de aquela primeira sigla estar relacionada também com esta *Diretoria*.

A dúvida permaneceu até meses depois, quando encontrei alguns papéis naquela instituição. Ao retirar folha por folha, vi primeiramente um álbum de fotografia, com imagens semelhantes às do livro que eu havia consultado, tratava-se de uma coleção de imagens, cujo autor era o próprio Alexandre Berzin². No mesmo local, encontrei um livro contendo diversos recortes de jornais que noticiavam o percurso da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, o nome formava exatamente a sigla que mencionei algumas linhas acima. Tempos depois percebi que

¹Quando trato de espaço discursivo da fotografia estou me referindo ao texto: KRAUSS, Rosallind. Photography's Discursive Spaces: Landscape/View. *Art Journal*, Vol. 42, N. 4, The Crisis in the Discipline (Winter, 1982), pp. 311-319.

²A partir deste álbum foi organizado pela professora Fabiana Bruce uma publicação intitulada: *O Álbum de Berzin*, entre os acervos do Museu da Cidade do Recife e da Fundação Joaquim Nabuco. Recife:CEPE, 2012.

Martiniano Bacalhau estava certo, uma vez que a DEPT tornou-se DDC em fins de 1944³.

Os recortes de jornais foram fundamentais para que eu hoje possa contar um pouco sobre aquele passado. De imediato, a temática do turismo chamou-me atenção pelo fato de, até então, nunca ter lido nenhum trabalho a esse respeito no Recife, e não era de todo sem razão. Efetivamente, nenhuma pesquisa em história havia se dedicado a estudar práticas turísticas como um fenômeno construído socialmente⁴.

Dois anos depois, tomei conhecimento de um evento que aconteceria no Rio de Janeiro, promovido pela professora do departamento de turismo da Universidade Federal Fluminense, Valéria Guimarães. Tratava-se do *I Seminário de História, Turismo e Memória*, realizado no Museu de Arte Contemporânea, em Niterói (RJ). Lá, estavam presentes o professor Celso Castro do CPDOC/FGV, o historiador Hernán Venegas, à época doutorando pela UFF, a historiadora Aline Montenegro, do Museu Histórico da Nacional, e a professora Ismênia Martins, também vinculada à Universidade Federal Fluminense.

Neste evento, tive a oportunidade de estabelecer diálogo com pesquisadores, trocar experiências, e partilhar angústias, acerca do turismo enquanto objeto de análise. Esse evento foi o pontapé inicial de uma série de outros encontros que estavam por vir. No ano seguinte, foi organizado o Grupo de Trabalho *História e Memória do Turismo*, que aconteceu no Encontro Nacional de História em São Paulo (ANPUH), coordenado pelo Prof. Celso Castro, e pela Profa. Aline Montenegro Magalhães.

Neste GT tomei conhecimento de uma série de pesquisas com as quais poderia dialogar no meu próprio trabalho, como os trabalhos de Júlia O'Donnell sobre a invenção de Copacabana, o de Priscyla Christine Hammerl, sobre a passagem de uma estância de saúde para uma instância termal em Campos de Jordão, e também o trabalho de André Daibert, sobre o “início” do turismo em Petrópolis no raiar do

³Decretos e Atos. *Revista Arquivos*, 1944-1951.

⁴Exceto pelo trabalho de Tâmisia Vicente Ramos, não encontrei nenhum outro trabalho que se dedicasse a este mérito. Ver. VICENTE, Tamisa Ramos. *Vamos cirandar políticas públicas de turismo e cultura popular: festivais de ciranda em Pernambuco 1960-1980*. Caxias do Sul, 2008. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul).

século XX⁵. Em seguida, a professora Valéria Guimarães, avaliando aquele momento, escreveu um artigo sobre o estado da arte da historiografia do turismo no Brasil fazendo uma análise dos trabalhos apresentados naquele simpósio temático. Segundo a autora, 15, dos 23 trabalhos inscritos, abordaram textos referentes ao Sudeste do Brasil, outros 4, tiveram como objeto a região sul do país, e com o mesmo quantitativo, sobre a região nordeste. A conclusão da autora, foi a de que “essa nova produção historiográfica é orientada pelo aperfeiçoamento da disciplina, seus métodos e técnicas de investigação, e pelo interesse por novos temas, muitos de caráter transdisciplinar, desenvolvidos a partir de cuidados rigorosos com as fontes de pesquisa”⁶.

Este encontro rendeu a publicação de um livro intitulado: *História do Turismo no Brasil* pela Fundação Getúlio Vargas Editora⁷. Esta obra passou a ser a minha referência de diálogo, tendo em vista que ela dá acesso a uma série de outros textos escritos pelos próprio autores do livro. Através deste, conheci a tese de doutoramento do Prof. Hernán Venegas, e da Prof. Valéria Guimarães, que se constituíram no *corpus* básico do meu diálogo com uma historiografia mais específica sobre o recorte temporal ao qual esta dissertação se dedica.

Se por um lado, havia a carência de informações sobre os caminhos metodológicos a serem seguidos, por outro, tive acesso a outras obras publicadas, seja fora do país, seja no Brasil, e que, de alguma forma, abordavam o turismo como seu objeto de análise dentro de uma pesquisa histórica.

A tese de Valéria Guimarães foi importante nesse sentido, pois apontou uma série de autores dentro do campo do turismo, e que se lançaram à empreitada da investigação em história. Um destes foi o livro da professora Deis Siqueira, da

⁵Ver. O'Donnell, Júlia. Uma Copacabana para o mundo: a década de 1920 e a invenção do Rio atlântico. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho de 2011; HAMMERL, Priscyla Christine. Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho de 2011; DAIBERT, André B. D. Turismo em Petrópolis no início do século XX: história e construções culturais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

⁶GUIMARÃES, Valéria. Estado da arte da produção científica em História do Turismo no Brasil. 5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística, São Paulo, 2012.

⁷CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Orgs.). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

Universidade de Brasília (UNB), intitulado de *História Social do Turismo*⁸. Embora o nome seja bastante sugestivo, a autora pauta sua análise em considerações mais gerais da atividade turística na era do capitalismo contemporâneo, e como as dinâmicas de mercado contribuíram para o estado atual daquele setor no mundo. Embora seja, a meu ver, uma abordagem interessante, o título da obra não fez jus às minhas expectativas em relação ao seu conteúdo.

Outras leituras foram essenciais para definir a estrutura do texto tal qual ele se encontra. Influências encontradas, não em historiografias sobre turismo, mas sim, em escritos que abordavam contextos completamente diversos do que se verá aqui, inspiraram significativamente estas páginas. A princípio, a leitura de um texto de Simona Cerutti, intitulado de *A construção das categorias sociais*, o qual situa o posicionamento metodológico da autora frente às inquietações de pesquisa em relação aos grandes paradigmas que dominavam a disciplina histórica no início dos anos de 1980, como o marxismo e o estruturalismo.

A crítica de Cerutti estava pautada em uma agenda de debates em torno das categorias sócio-profissionais. No início do texto, a autora aponta que “foi pela crítica de uma imagem esclerosada de estruturas sociais, originada de uma visão exterior e não contextual de interesse, que numerosos trabalhos propuseram, nestes últimos anos, um retorno às fontes, uma atenção renovada para a linguagem dos documentos e dos atores sociais”⁹.

O mesmo movimento foi apontado por Roger Chartier, como um momento de “crise das certezas” dos velhos paradigmas da história. Ou seja, as explicações macro, saídas de “ideias de inteligências desencarnadas”, não atendiam mais aos problemas de pesquisa postos pelas novas demandas de análise¹⁰.

No entanto, as respostas dadas aos mesmos problemas foram tão distintas quanto os programas de pesquisa elaborados pelos diversos autores inseridos naquelas contendas intelectuais. Se por um lado, a resposta de uma geração francesa se centrou em uma análise das representações sociais dos grupos, e como havia um

⁸SIQUEIRA, Deis. *História Social do Turismo*. Brasília: Ed. Grammond, 2005.

⁹CERUTTI, Simona. *A construção das categorias sociais*. In: JULIA, Dominique; BOUTIER, Jean. *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. P. 233.

¹⁰CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Pp. 23-60.

embate entre estes para a construção de determinadas narrativas, do outro, alguns historiadores italianos, “inspirados em uma antropologia relacional e anti-funcionalista, que se desenvolveu, sobretudo no mundo anglo-saxão”¹¹, propunham uma análise junto às trajetórias dos sujeitos, e às suas linguagens, ao classificar o mundo social. Analisando a questão das categorias sócio-profissionais, Cerutti alertou para o fato de que estas estavam sendo utilizadas de maneiras arbitrárias pelos pesquisadores, que ao aglutinarem uma série de sujeitos distintos sob a mesma categoria sócio-profissional, acabavam por criar um tipo ideal, e quando se aproximado nos contextos específicos de pesquisa, vê-se uma disparidade entre o que foi atribuído pelo pesquisador e as práticas sociais dos sujeitos pesquisados.

A saída da historiadora italiana àqueles problemas, foi a tentativa de perceber que, a partir dos “indivíduos, recompondo-lhes o percurso social, e tentando reconstituir-lhes as escolhas, o pesquisador se interroga sobre as experiências deles e, por conseguinte, sobre o modo de formação de sua identidade social”. Era necessário entender a circulação dos sujeitos, deslocar a atenção das estruturas e das instituições, para a interação dos indivíduos em diversos contextos sociais.

O alerta de Cerutti a determinados problemas metodológicos, fizeram com que eu enxergasse a fotografia de Alexandre Berzin de uma maneira distinta da que via quando iniciei a pesquisa. Se no primeiro *Simpósio de História Turismo e Memória*, estava tateando e aprendendo certas abordagens sobre a prática turística, no segundo grupo de trabalho, realizado dois anos depois, em 2013, depois da leitura da historiadora italiana, pude perceber uma série de distinções entre os caminhos que poderia seguir e os debates nos quais eu estava me situando. Esta consciência do meu posicionamento frente a uma historiografia do turismo deu origem ao primeiro capítulo desta dissertação, ou seja, definir a lente com a qual o fotógrafo captou aquela imagem. Ao me aproximar da trajetória de determinados sujeitos fui percebendo que as atribuições feitas por eles ao que significava turismo estava imersa

¹¹CERUTTI, Simona. *Op. Cit.* P. 241. Esta antropologia, por sua vez, pode ser traduzida em um texto especificamente: BARTH, Fredrik. *Models of Social Organization*. London: Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1966. Sobre a leitura de alguns historiadores italianos sobre Barth ver: ROSENTHAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In. REVEL, Jacques. *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996. Pp. 151-172.

em uma série de distinções que não encontrei na historiografia sobre o turismo no Rio de Janeiro, ou em qualquer outra parte do Brasil.

Em *Concepções de Turismo no Recife*, abordei questões referentes ao percurso semântico daquele termo, sempre associando o lugar de fala às suas enunciações. Este capítulo foi dividido em quatro tópicos, o primeiro deles, *Histórias e Turismos*, tratará eminentemente de um debate com algumas historiografias do turismo, mais precisamente as produzidas no Rio de Janeiro, para com isto refletir de que forma este trabalho está inserido nesse mérito, atentando para o fato de que tanto a história, quanto o turismo, são termos postos no plural. O segundo, *De quando o turismo virou assunto Estado*, investiga como a prática turística estava associada naqueles anos a certas dinâmicas institucionais e que proporcionava uma vivência institucional daquela noção entre sujeitos e grupos no Recife. O terceiro tópico, *Conexões: turismo e instituições no Recife*, trata da inserção de certas noções de turismo dentro de um panorama legal existente no Recife no início dos anos de 1930. Neste, são apresentados alguns sujeitos que possuíam envolvimento com instituições e tinham entre os seus objetivos divulgar o Recife como destinação turística.

O quarto tópico, investiga os sujeitos que faziam parte da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* da prefeitura municipal do Recife, e as atuações destes frente às classificações do que era ou não o turismo. Retomarei a existência desta *Diretoria* ao longo de toda a dissertação, que é, por assim dizer, o eixo cronológico deste texto. Por último, o tópico *Entre Turismos, Estados e Cívicos*, o qual analisa as participações das associações privadas promotoras do turismo nas práticas governamentais no mesmo setor. Isto significa pensar, em que medida o que era apresentado/vivido pela “sociedade civil”, estava imerso em uma dinâmica muito mais complexa de atribuições de cargos políticos. Neste capítulo, pretendo apontar a pluralidade de significados em torno do que era chamado de turismo no Recife daqueles anos.

No entanto, não foi apenas nas atribuições feitas ao turismo no Recife dos anos de 1940 que a leitura de Cerutti inspirou estas páginas. A partir da constatação de uma classificação exterior às práticas do sujeitos do passado, comecei questionar-me se essas atribuições não interferiam na própria constituição dos arquivos

consultados ao longo da pesquisa. Por sorte, este mesmo problema já havia inquietado outros autores em contextos distintos do aqui analisado.

Uma edição da *Revista Estudos Históricos* do CPDOC/FGV, cuja temática era *Antropologia e Arquivos*, organizado pelos antropólogos/historiadores Celso Castro e Olívia Cunha, foi importante para as reflexões presentes¹². Um dos textos daquela edição, “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos” da própria organizadora, me despertou para um questionamento que até então não havia cogitado: como é possível contar histórias fundamentadas em arquivos, se muitas vezes não compreendo as histórias que esses arquivos dizem sobre os nossos objetos? Ao analisar o conjunto documental de alguns antropólogos norte-americanos, a autora concluiu que muitas das histórias possíveis de serem contadas, foram repensadas durante a produção dos arquivos pessoais daqueles sujeitos.

Porém, esse texto foi mais importante ainda por indicar outras referências de leitura que poderiam ajudar a pensar meu próprio objeto. O volume número 2 da revista *Archival Science*, do ano de 2002, organizada por Terry Cook, professor da Universidade de Manitoba no Canadá, foi decisivo para compreender certas dimensões nas análises que estava começando a fazer.

O artigo que abre aquela edição, escrito pelo próprio Terry Cook e por Joan M. Schwartz, intitulado *Archives, Records, and Power: The making of Modern Memory*, foi o primeiro texto da referida revista ao qual tive acesso. Os autores argumentam que durante um longo tempo os arquivistas foram vistos, e atribuíam a si mesmos, o papel da neutralidade, imparcialidade e objetividade na sua prática profissional, apenas recebia os documentos, e os entregando aos pesquisadores, sem promover nenhuma interferência na classificação destes. Porém, é exatamente neste ponto que reside a proposta do autor.

Cook defende que os arquivistas devem ser considerados figuras importantes para a construção da memória moderna. Isto significa que ele atua como mediador ativo na produção dos significados dos documentos que chegam aos consulentes, ou

¹²CUNHA, Olívia. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 2, N. 36 (2005): Antropologia e Arquivos.

seja, existe uma narrativa contada antes dos documentos chegarem às mãos dos pesquisadores.

Portanto, eles estariam imersos em seus “quadros sociais” da memória, tomando emprestado o conceito de Maurice Hawbachs, e produziriam historicidades dentro das suas próprias classificações¹³. Como bem mostra um dos textos que compõe aquela edição, *The Archival Silver: Power, Memory, and Archives in South Africa*, que analisa a mudança no sistema de classificação do Arquivo Nacional da África do Sul pós-Apartheid¹⁴.

A partir do contato com essas leituras pude consultar a documentação com outros olhos, e assim complexificar as possibilidades do olhar do fotógrafo ao captar aquela imagem. Entrevistei, quando possível, as pessoas que participaram da organização dos fundos documentais com os quais trabalhei para entender algumas armadilhas possíveis, as quais poderiam ser evitadas. Uma delas, por exemplo, foi em relação ao *Fundo Interventoria* do *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano* (APEJE), cuja entrevista com Rosano Costa¹⁵, funcionário daquela instituição, foi esclarecedora. Em meados dos anos oitenta quando chegaram diversos acervos para ficarem custodiados no APEJE, houve um processo, segundo Rosas, de profissionalização da prática arquivística, na qual receberam diversas formações neste mérito¹⁶.

Uma funcionária, Filomena Rebouças¹⁷, passou a organizar a documentação advinda do poder executivo, e dentre esses documentos haviam os concernentes ao período do Estado Novo (1937-1945). A profissional, graduada em história, dotada de determinadas compreensões sobre aquele período, resolveu deslocar os documentos, e criar outro fundo documental intitulado de *Interventoria*, reafirmando a ideia de um período centralizador e autoritário, de um estado de exceção. Embora, não ache que esta afirmação seja de todo equivocada, é preciso matizá-la, como pretendi fazer ao

¹³ COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Archives, Record and Power: the making of modern memory. *Archival Science*2: 1-19, 2002.

¹⁴ HARRIS, Verne. The Archival Silver: Power, Memory and Archives in South Africa. *Archival Science*2: 63-82, 2002.

¹⁵ Nome fictício.

¹⁶ Entrevista com Rosano Costa realizada pelo pesquisador Dirceu Marroquim, no dia 09/06/2014.

¹⁷ Por questões éticas optei pela criação de um nome fictício.

longo de todo o texto. No entanto, é interessante pensar como existem narrativas sobre os arquivos que influenciam a compreensão do pesquisador sobre os documentos que utiliza.

Os arquivos consultados para esta pesquisa construíram os condicionantes interpretativos para aquela imagem. O que está antes do *click* de Alexandre Berzin é, na verdade, a minha capacidade de compreender as narrativas possíveis de serem feitas a partir da documentação disponível para a pesquisa. Isto gera uma maior clareza em relação à análise da segunda dimensão posta na fotografia, a dos “turistas na praia de Boa Viagem”, traduzido aqui no *segundo capítulo* desta dissertação.

A abordagem feita nesse capítulo procura contemplar uma discussão já bastante consolidada dentro de uma literatura da sociologia do turismo, a do olhar do turista. A fotografia provoca a imaginação do expectador para pensar quais os elementos mediadores entre os visitantes e as espacialidades visitadas. O que auxilia na construção de uma determinada compreensão sobre a cidade? Partindo do mesmo pressuposto de John Urry, compartilho da ideia de uma historicidade do olhar do visitante e da experiência que ele estabelece com os diversos elementos que guiam as suas vistas¹⁸.

Ao observar aquela imagem pude perceber que havia na mão de uma mulher, alguns panfletos que poderiam conter narrativas sobre a cidade, indicando para ela o que ver, para onde ir, o bom, o ruim, todos meandros de uma espacialização prévia da capital pernambucana. Nesse sentido, dediquei o capítulo *A Veneza austral: propaganda turística no e sobre o Recife*, a pensar quais as publicações que possuíam em seus tópicos narrativas sobre tal cidade, atentando para os locais de circulação de uma certa literatura de viagem. Para tanto, recorri à leitura de autores que lidaram, de alguma forma com a literatura como objeto de análise, mais propriamente aos escritos de Robert Darton sobre as formas de editoração na França do séc. XVIII.

No primeiro tópico deste capítulo, intitulado de *Os três mosqueteiros e o Recife: sobre algumas narrativas*, faço uma análise de alguns livros publicados no Rio de Janeiro e no Recife, cujos sumários possuíam, de alguma forma, narrativas sobre a

¹⁸URRY, John. *O Olhar do Turista*. São Paulo: Sesc, 2002. Pp.

capital pernambucana. Analiso como a cidade foi narrada, quem eram os seus autores e como estas poderiam servir de fonte para mediar a relação entre o visitante, e a espacialidade em questão. A complexidade de produção dessas narrativas me levou a elaborar um segundo tópico tratando dos *Roteiros, prelos e impressões*, cujo objetivo foi ampliar a discussão iniciada na seção anterior, mas abordando um universo local de publicação, pontos de venda de informações sobre a cidade, etc.

No entanto, este capítulo não dá conta da análise de uma série de outras propagandas divulgadas sobre o Recife como um espaço turístico, feitas seja pela *Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo*, ou por revistas especializadas neste seguimento. Com o intuito de investigar mais detidamente este aspecto, foi elaborado o terceiro capítulo, intitulado *Entre estatísticas, mocambos e turistas: a paisagem e o caminho*. A partir da análise realizada nesta seção farei o percurso de uma propaganda institucional até as pessoas que a consumiram. Através do uso de alguns textos deixados por viajantes que passaram na capital pernambucana no início dos anos de 1940, que expressavam a partir de propagandas oficiais as suas opiniões sobre a cidade. Esta segunda dimensão, procurará perceber a relação da construção de uma dada espacialidade destinada ao público a visitava através das estratégias de divulgação.

Por fim, dedicarei a última parte do texto à terceira dimensão daquela fotografia, o *Chauffeur* que aparece no canto esquerdo da imagem. Ele representa uma parte importante deste trabalho em relação ao quadro geral do texto. Se de um lado construí uma argumentação pautada em documentos de alguma forma untados em narrativas oficiais, por outro, existe uma noção não trabalhada de maneira mais adensada nos tópicos anteriores, a ideia de caminho.

No primeiro tópico: *Cidade como número: estatística e turismo no Recife*, discutirei pontualmente a estratégia de construção de uma imagem de cidade a partir dos seus dados estatísticos. Analisarei o papel que tal disciplina foi ganhando ao longo dos anos do Estado Novo. O tópico seguinte, *“As sete chaves do Brasil” e a construção de um Recife*, dá continuidade ao tópico anterior, mas efetua uma transição. Ao mesmo tempo em que sugere os usos dos dados fornecido pela *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, tenta reconstruir a complexa trama

de informações para construir um texto sobre uma dada espacialidade, no caso, o Recife.

As questões que serviram de base para o texto acima, também foi útil para pensar a elaboração do terceiro tópico desse capítulo, intitulado de “*Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin!*” no qual discutirei os espaços do Recife a partir das vistas dos tripulantes do dirigível, sobretudo do diário produzido por Carl Bruer. Sempre atento à noção de caminho, farei uma reflexão sobre a complexidade social existente nas zonas de mocambo e como estas dimensões estavam imbricadas dentro do espaço urbano.

Para concluir o terceiro capítulo farei uma discussão a respeito dos “turistas” *Chauffeurs* propriamente dito. Isto significa uma abordagem sobre os sujeitos que recebiam a maior parte dos visitantes do Recife, os quais foram traduzidos em estatísticas nos dados oficiais. Analisarei a tentativa de controle sobre esta categoria sócio-profissional por parte das autoridades competentes, e assim perceber os desvios e normas realizados por alguns daqueles motoristas. Recorri a processos judiciais envolvendo aqueles profissionais nas mais diversas situações.

Os modos de uso deste trabalho são os mais simples possíveis. Optei por fazer em cada capítulo uma abordagem cronológica, partindo do começo dos anos de 1930, até meados da década de 1940. Meu intuito foi o de fornecer ao leitor a dimensão de processo, de que as coisas não irrompem em um determinado período sem qualquer gestação prévia, sobretudo, quando se trata de uma história das formas de se experienciar o espaço urbano. Portanto, o que resta dizer é: uma boa leitura

I

Concepções de Turismo no Recife

1.1 Histórias e Turismos

No mês de novembro de 1941, foi publicado na *Folha da Manhã* (PE) um artigo, cujo trecho, é muito oportuno para o começo destas linhas: “Fala-se de turismo quase sempre como de uma coisa dispendiosa, complicada, própria das bolsas fartas. Tarefa de gente desocupada. Mas o turismo, como outras coisas, admite uma gama de classificações”. Estas palavras foram escritas por algum integrante da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, instituição da prefeitura municipal do Recife, criada em 1939¹⁹.

Esse pequeno excerto, transmite hoje, ao escritor do século XXI, um recado possivelmente impensado no momento da sua elaboração, naquele Recife de 1941. As preocupações estabelecidas eram outras e, sobretudo, o parâmetro de distinção entre o turismo próprio “das bolsas fartas” e a “gama de classificações”, às quais aquela prática estava sujeita, será diferente do sentido que darei ao trecho da reportagem, nas linhas que se seguem.

Pensar na pluralidade das noções de turismo é o principal desafio proposto por aquele artigo à minha escrita. Até aí, não há modificação alguma para a proposta do texto produzido nos anos quarenta. Porém, se for levada em conta a “elasticidade” da noção em debate, para um campo que pretende estudar a sua história, se inicia a inserção daquele excerto em discussões eminentemente contemporâneas. Mas, afinal, a qual história estou me referindo? Basicamente, a uma historiografia do turismo no Brasil, que, como fiz referência na introdução desta dissertação, começa a dar os primeiros passos. No entanto, algumas outras obras podem ser inclusas, mesmo não fazendo uma análise sobre a prática turística como principal foco de estudo.

Uma dessas obras, *A Construção da Verdade Autoritária*, de Maria das Graças Ataíde de Almeida, dedicou algumas páginas a *O olhar do turista na Veneza Brasileira*. Seu trabalho pretende entender os mecanismos formação, no Recife, de um Estado autoritário a partir do regime instaurado em 1937. Almeida analisou os vários setores, que, segundo ela, eram “preponderantes para a legitimação e doutrinação – a Igreja, a Educação e a Imprensa – evidenciando uma situação de

¹⁹ Turismo Ativo. *Folha da Manhã* (PE), 29/11/1941.

‘pacto’ característica da trama do poder”²⁰. Aparentemente, depois da instauração do Estado Novo, os olhos do governo estavam por todas as partes da cidade.

O olhar do turista não escapou à dimensão autoritária analisada pela autora. Fazendo uso de fontes da imprensa, Almeida enumerou alguns casos específicos decorrentes de incidentes ocorridos em julho de 1938. Segundo ela, “direcionar o olhar do estrangeiro foi uma das fórmulas encontradas para esconder o que não havia sido regenerado pelo salvífico do Estado Novo”, e, complementou o trecho, relatando a iniciativa da Prefeitura Municipal de publicar um guia. Utilizando um artigo publicado por Agamenon Magalhães, Interventor Federal em Pernambuco, a autora afirma que a elaboração dos roteiros serviria como uma forma de “orientação às inteligências dos turistas”. Isto representa, para o texto de Maria das Graças, “o controle do espaço pelo Estado”²¹.

Fazendo uso de documentos, ainda do ano de 1938, ela cita alguns casos da prisão de alguns “turistas”, detidos fotografando áreas “inapropriadas” da cidade. Para tanto, transcreve trechos de artigos publicados por Manoel Lubambo²², à época Secretário do estado de Pernambuco, sobre os “novos tiranos do Recife”, os fotógrafos. A conclusão da autora, ao definir o que se fazia como prática turística durante o período analisado, foi a seguinte: “Elaborava-se um turismo de cunho nacionalista e que deveria ser propagado de forma a reforçar o projeto regenerador do Estado Novo, traduzido pelas categorias: trabalho e ordem”²³. Porém, é preciso matizar esta informação.

Como fiz questão de frisar nos parágrafos anteriores, Almeida faz uso apenas de documentos de julho de 1938. Ora, o que aconteceu neste mês para ter um aumento de notícias referentes ao turismo, a ponto de chamar à atenção da autora para esta temática? Tratava-se da 4^o Excursão ao Norte do Brasil realizado pelo

²⁰ Embora Almeida faça uso de uma vasta documentação, estas oriundas de uma produção oficial da informação, advinda do próprio governo.

²¹ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 132-134. Citação retirada da página 23.

²² Manoel Lubambo nasceu no município dos Palmares, Zona da MataNorte de Pernambuco no ano de 1903. Foi jornalista, técnico da Fazenda do Estado. Líder católico, editou o jornal *Fronteiras*, pelo qual foi acusado de monarquismo por Mário Melo. Ver. MOURA, Carlos André Silva. *Diálogos transoceânicos: Manoel Lubambo e a defesa das relações entre Brasil e Portugal. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, 2011.

²³ Idem. P. 234.

Touring Club, que por sinal, não foi mencionado pela autora. O passeio viria do Rio de Janeiro parando em diversas cidades brasileiras, afim de que os tripulantes conhecessem um pouco mais do seu país. Era uma atividade repetida por aquele Club pelo menos a cada dois anos. Desde o início dessas viagens, 1931, os visitantes foram recebidos pelos representantes legais do governo ou pelo próprio administrador estadual. Nesse sentido, ao fazer uso de documentos de um único ano, a pesquisadora parece ter carregado nas tintas ao classificar aquela prática, o que resultou em um esforço metonímico por parte autora.

No entanto, a publicação do livro *A construção da verdade autoritária*, foi feita em um momento no qual não se falava, ainda, sobre história do turismo no Brasil. Dizendo de outro modo, o seu trabalho não estava preocupado em dialogar com nenhuma bibliografia específica em relação à prática turística. Diferentemente desta dissertação, cujo intuito é inserir-se também em um debate sobre concepções de turismo existentes em pesquisas que tratam dos anos de interesse aqui tratados.

Alguns pesquisadores ao analisarem a prática turística durante os anos de 1930 a 1945, mobilizam uma definição, aparentemente consensual, chamada de *Belle Époque do Turismo Brasileiro*, forjada por Dário Luiz Dias Paixão²⁴. Esta concepção é utilizada, por vezes, como chave explicativa para definir o que se fazia como turismo naqueles anos.

O historiador Hernán Venegas Marcelo analisou as *Estâncias termais, turismo e poder público federal no Brasil*. Ao explicar o intuito do seu trabalho afirmou que o recorte temporal escolhido por ele estava vinculado à fase do termalismo iniciada no século XX, “sendo os anos compreendidos entre 1930 e 1945 conhecidos como *Belle Époque* do turismo brasileiro”²⁵. Ao fazer isto, o pesquisador criou uma chave de compreensão para o seu artigo imersa em uma trama contextual criada não por ele, mas por Dário Paixão. O roteiro do seu texto, embora amplamente documentado, o que não acontece com o outro, segue uma sequência muito

²⁴PAIXÃO, Dario L. D. A Verdadeira Belle Époque do Turismo Brasileiro: os hotéis-cassinos na era getulista (1930-1945). In; TRIGO, Luiz Gonzaga G. *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 1994. Pp. 867-883.

²⁵MARCELO, Hernán Venegas. Estâncias termais, turismo e poder público federal no Brasil XXVII *Simpósio Nacional de História* – Natal (RN), julho de 2013. Este artigo foi retirado da tese de doutoramento do autor.

semelhante ao texto de referência. Partindo de explicações gerais sobre o termalismo até estudos de caso sobre estancias termais e hotéis-cassino.

O suporte documental utilizado pelo autor da *Belle Époque do Turismo Brasileiro* não possui a substancia necessária para que ele faça as afirmações realizadas ao longo do texto. Ao fazer referência a qualquer fato ocorrido durante o período pesquisado, o escritor aponta um dossiê feito pela editora Abril Cultural produzido nos anos de 1980. Não estou aqui estabelecendo qualquer juízo de valor em relação ao conteúdo da fonte utilizada por Paixão, apenas alertando para o fato de que em 2005, muita historiografia já havia sido publicada a respeito do período denominado Estado Novo. Embora, como afirmei, Marcelo não siga pelo mesmo caminho no sentido do uso documental. Utilizando uma larga historiografia e documentos até então pouco utilizados para lançar qualquer interpretação sobre a prática turística, o autor esboça um panorama da atuação do poder público federal em relação às atividades que envolvem o turismo. No entanto, ao se apropriar de um conceito pouco discutido, o autor equaliza uma série de diferenças culturais que ditam os significados da prática do turismo ao longo do território brasileiro.

Em alguns documentos citados por Venegas têm-se a impressão de que o Brasil, é, na verdade, o sudeste do país. É o caso de José Casais, um turista galego que passou dois anos morando no Rio de Janeiro ²⁶. Os espaços por ele visitados são tratados no livro como o Brasil em sua totalidade. Ao incorporar na sua narrativa classificações como esta foi produzida por Casais, Marcelo deslocou compreensões específicas do que significava turismo para definir aquela prática em todo território nacional. Isto quer dizer que no texto, o autor, embora se proponha a tratar o conceito em questão como construção, dota-o de uma estabilidade ao longo dos anos, o que não encontro nesta pesquisa sobre o Recife.

Hernán Venegas não foi o único a utilizar em texto a noção de *Belle Époque do Turismo*. A pesquisadora Valéria Guimarães também o fez, mas de uma maneira mais problematizada. O objetivo da sua pesquisa foi compreender as relações entre o Brasil e a Argentina, no quesito do Turismo, entre os anos de 1933 a 1946. Ao estabelecer este comparativo, a autora teve alguns cuidados metodológicos para

²⁶CASAI, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprenta Franz Timon, 1940.

utilizar a categoria *Belle Époque*, anotando a existência de noções parecidas tanto para explicar o caso brasileiro quanto o argentino²⁷. Quando faz referência ao texto de Paixão, Guimarães situa bem que aquela é a ideia de um autor específico não o tornando, como fez Hernán Venegas, um instrumental analítico para definir um período histórico.

As observações de Guimarães para o caso dos argentinos apresentam certa preocupação com uso daquela noção: “É consenso entre os historiadores [daquele país] o uso da expressão ‘Belle Époque do turismo argentino’ para caracterizar o período que se estende do ano de 1880 até 1918, marcado por um contexto de otimismo com a grande prosperidade econômica”²⁸. No decorrer do texto ela própria incorpora o conceito para explicar questões referentes à Argentina.

No entanto, diferentemente dos outros pesquisadores, faz um percurso, a meu ver, positivo em relação às noções de turismo que utiliza no seu texto. Guimarães demarca uma distinção muito clara em relação às produções sobre a história da prática turística realizadas com poucos suportes documentais, feitos de forma genérica²⁹. Ela situa o leitor de que tratará de um turismo emergente naquele período de análise e não como uma “ideia saída de uma inteligência desencarnada”³⁰. Mesmo não percebendo as tensões internas do período e quais os embates em torno dos significados do conceito central que aborda, Guimarães avançou no sentido de apresentar uma historicidade para aquela noção. Embora ela continue tratando como Brasil realidades específicas do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, atendendo a uma dupla preocupação, este capítulo tratará da amplitude e da diversidade das atribuições feitas às noções de turismo no Recife do início dos anos de 1940. E tem como pano de fundo a preocupação de investigar

²⁷GUIMARÃES, Valéria. *Turismo Levado a Sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (Doutorado em História Comparada) –Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2012.

²⁸Idem. Pág. 63.

²⁹Idem. 25.

³⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Bertrand Brasil: São Paulo, 1990. P. 17.

como determinados sujeitos constroem categorias sociais para explicarem as suas realidades estabelecendo um diálogo entre geral e o particular³¹.

³¹ Estou fazendo referencia aqui às discussões de Simona Cerutti apresentadas na introdução deste trabalho. Ver nota 9.

1.2 De quando o turismo virou assunto de Estado

Se fosse possível definir em uma palavra a prática política do governo brasileiro após 10 de novembro de 1937, eu arriscaria sem muito hesitar: centralismo. Talvez, a falta de qualquer estranhamento da minha parte em relação a esta afirmativa repouse no fato de que ela é consenso entre uma historiografia já bastante consolidada sobre o assunto. Trabalhos dedicados a compreender desde uma história administrativa até investigações sobre os mecanismos de propaganda criados pelo Estado Novo³².

Essa ideia de centralismo gerou uma série de consequências para a construção da imagem de Getúlio Vargas enquanto líder político do país, e também para o desenvolvimento de políticas de repressão e censura que ganharam fôlego entre os anos de 1937 a 1945. Alcir Lenharo, no seu livro *A Sacralização da Política*, apontou alguns dos elementos centrais para compreender a formação do “mito cuidadosamente elaborado e [d]a afirmação cotidiana de protetor”, chamando atenção para o fato de esta ideia conviver “com a prática acumuladora de restrições indicando a intenção de controle férreo”³³. Nesse sentido, o autor faz uma análise minuciosa da construção de uma retórica específica por parte da máquina estatal que aproxima a figura de Vargas à de uma profeta que guiava o seu “povo” para os diversos vales da promessa³⁴.

³² Ver. LOSSO, Thiago. *Estado Novo: Discurso, Instituições e Práticas Administrativas*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais-Unicamp, 2006; DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais; ROMITA, Arion Sayão. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo; CAPELATO, Maria Helena Capelato. Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. In. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986. GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. (especificamente o quarto e o quinto capítulo).

³³ LENHARO, *Op. Cit.* p. 28.

³⁴ Em abordagem semelhante, a pesquisadora Isabel Guillen em sua tese de doutoramento, apontou que a propaganda realizada para atrair trabalhadores nordestinos ao norte do país era semelhante a um discurso bíblico que apresentava o presidente como messias, indicando o norte do Brasil como o vale da promessa. Ver. GUILLEN, Isabel C. M. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. Pgs. 83-121.

A historiadora Elizabeth Cancelli, por sua vez, fez uma análise das estratégias usadas pela polícia daqueles anos de repressão, apresentando uma discussão bastante aprofundada sobre a presença do corpo policial como uma instância importante na consolidação de um imaginário do regime autoritário como o Estado Novo. A autora ainda chama atenção para o fato de que havia certa unidade discursiva homogeneizadora, cujo resultado seria uma equalização em torno das noções de repressão em todo o território nacional³⁵.

O enredamento dos argumentos de Lenharo e Cancelli ganha ainda mais substância quando somado a outros trabalhos que tratam da formação dos mecanismos publicitários adotados pelo governo brasileiro naquele período. É a partir da propaganda política e da divulgação dos ideais atribuídos como nacionalistas, que o alcance da palavra propagada pelos representantes legais do governo, ampliam o seu alcance deixando marcas indeléveis na história do Brasil.

Os efeitos desse sistema propagandístico pode ser sentido ainda hoje no ressoar das vozes de Vargas e de seus ministros que, ao falarem, entravam nas casas de milhares de brasileiros a partir de transmissões radiofônicas. Um exemplo disso pode ser percebido na fala de Felipe Santiago Neri, recifense, nascido em 1904. Quando menino trabalhou em diversos jornais da cidade como gazeteiro e passou por várias profissões até se aposentar como portuário. Ele concedeu uma entrevista no ano de 1988, na qual relembra que “Getúlio era o homem da nação. Eu tenho hoje o Instituto por causa dele, de Getúlio. Outro não dava não. Ele deu. Só quem fez foi Getúlio, mais nenhum, pra pobreza. Estou comendo do que ele me deu (...) Aquele foi um homem de bravura do Brasil”³⁶. O teor de uma lembrança como esta também não divergiu muito de um depoimento de Cornélio Cancino de Juiz de Fora/MG: “Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura (...) Antes

³⁵ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e estado policial na Era Vargas (1930-1945)*. Tese apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991. Ver também: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In. PANDOLFI, Dulce. *Op. Cit.*

³⁶ Felipe Santiago Neri, entrevista para o projeto *Memória em Movimento*, Recife, 1988, transcrição, pp. 27-28. *Apud.* MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. Pg. 101.

de Getúlio não tinha lei. Nós éramos bicho. A princesa Isabel só assinou, Getúlio é que libertou a gente do jugo da escravatura”³⁷.

Ao analisarem este último trecho, as historiadoras Hebe Mattos e Ângela de Castro Gomes atentaram para fato de que “Seu Cornélio viveu, entre as décadas de 20 e 40, um processo de migração rural/urbano que o tornava ouvinte potencial das falas de Marcondes, sem que ele perdesse totalmente um referencial no mundo rural circundante”. Em outras palavras, as autoras levantaram a discussão de que “é preciso não confundir o engajamento consciente de parcelas da burocracia estatal neste empreendimento, com um simplista e maquiavélico exercício de ‘manipulação de massas’”³⁸.

Da mesma forma, as adjetivações feitas a Vargas por Neri, talvez, só tenham sido efetivadas mediante sua aposentadoria advinda anos depois da regulamentação do fundo previdenciário criado naquele governo. Isto quer dizer que mesmo havendo certa similaridade entre as falas de Cornélio e de Felipe Santiago existe uma dimensão além do consumo da eficiente propaganda estatal, a experiência pessoal de cada um desses sujeitos e de muitos outros que consumiram aquela publicidade e a agregaram às suas visões de mundo muitas vezes com interesses específicos.

O centralismo mencionado linhas acima se caracterizou, dentre outras formas, pela complexificação do sistema de informação arregimentado com o Estado Novo. Por exemplo, qualquer alteração na forma de cobrança dos impostos nos âmbitos municipal e estadual deveriam ser reportados para o Governo Federal. Ou seja, mesmo que aquelas instancias intermediassem o recebimento desses proventos, a renda concentrada no Recife, ou em Pernambuco deveria ser informada diretamente

³⁷ Cornélio Cancino, entrevista a Ana Maria Lugão Rios. Juiz de Fora-MG, 09/05/1995. Este depoimento faz parte do acervo de depoimentos orais com descendentes de escravos do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Também foi utilizado no documentário *Memórias do Cativo*, concebido pela historiadora Hebe Mattos, professora daquela Universidade. A entrevista de Cornélio foi analisada sob o mesmo prisma que estou utilizando nesta dissertação no artigo: GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Ângela de Castro. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História, memória e escravidão – LABHOI-UFF*. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/sobre_apropriacoes_e_circularidades.pdf

³⁸ GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Hebe. *Op. Cit.* Na primeira citação direta neste parágrafo há uma referência a Marcondes Filho, Ministro do Trabalho durante o Estado Novo. A presença deste era constante em programas de rádio, no qual transmitia aos seus ouvintes esclarecimentos sobre a situação da legislação trabalhista entre outras questões. Sobre isto ver: GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

à administração de Vargas³⁹. Isso gerava, por um lado, a ampliação das atribuições do Governo Federal no que se refere à manutenção da máquina administrativa, por outro, reiterava o papel do próprio Getúlio Vargas como pai dos necessitados, na medida em que muitas pessoas escreviam cartas destinadas a ele pedindo, dentre outras coisas, a isenção dos impostos.

Como foi o caso de José Martins dos Santos. Funcionário aposentado da Prefeitura Municipal do Recife e pai de “numerosíssima prole de 44 filhos”, embora apenas 12 morassem com ele. Em sua carta pediu um abono para os impostos de uma pequena casa no bairro de São José com quem morava com esposa e as crianças ainda miúdas. É preciso enfatizar que a missiva enviada por Santos incorporava em sua escrita muito dos argumentos propostos pelo próprio governo, assim, escreveu José Martins “confiando no alto espírito de justiça que anima os atos de v. Excelência”⁴⁰. O historiador Jorge Ferreira, cuja dissertação de mestrado abordou especificamente as cartas de trabalhadores a Vargas, mostra que esse procedimento de legitimar atos do presidente em tons elogiosos era uma tônica comum entre aquelas fontes⁴¹.

Isto fica mais explícito na missiva de Maria Joaquina da Conceição de Vitória de Santo Antão, município localizado na Mata Norte de Pernambuco. Na tentativa de dar prosseguimento ao inventário do seu filho, que havia falecido, ela escreve ao presidente nos seguintes termos: “neste dia que o Brasil festeja o 5º aniversário do Estado Novo, grandioso regime de benefícios criado por V. Exa., peço forças para levantar-me do rude esconderijo em que vivo, completamente isolada da sociedade e vir a presença do senhor pedir justiça”⁴². Talvez, o isolamento dela não fosse suficientemente grande a ponto de não ser alcançada por determinadas propagandas que permitia à autora escrever uma carta justamente no dia 10 de novembro, data da promulgação do Regime outorgado por Vargas, utilizando isto como argumento para atingir algum sucesso na sua solicitação, que diferentemente de José Martins, conseguiu.

³⁹NOVAES FILHO, Antônio de. *Seis anos de administração municipal*. Relatório apresentado ao Interventor Federal em Pernambuco, 12/1944. Pág. 8. [APEJE]

⁴⁰ PR/10787/42. Fundo da Secretaria da Presidência da República [Arquivo Nacional/RJ].

⁴¹FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. 7letras, 2011.

⁴²Processo N. 34480.Fundo da Secretaria da Presidência da República [Arquivo Nacional/RJ].

A divulgação das informações que possivelmente chegaram aos ouvidos, ou aos olhos de Maria da Conceição tinha como ponto de partida outro lugar, que talvez ela própria só soubesse da existência pelas cartas do seu falecido filho, soldado do Exército Nacional. As diretrizes para a propaganda governamental eram dadas, em sua maior parte, pelo *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), que ficava diretamente vinculado ao gabinete do Presidente da República⁴³. Criado em 1939 pelo Decreto-Lei 1.949 de 30 de dezembro, tinha como objetivo gerir as atividades de imprensa e propaganda exercidas no território nacional.

O plano posto em prática durante o Estado Novo nesse mérito foi o resultado de longos anos de amadurecimento por parte do seu diretor, Lourival Fontes. Ele assumiu o cargo em 1934, ainda o *Departamento de Propaganda e Difusão Cultural* (DPDC), no ano de 1937, este órgão passou se chamar *Departamento Nacional de Propaganda* (DNP), substituído pelo DIP dois anos depois⁴⁴. Segundo Ângela de Castro Gomes, “esta sequência deixa claro que as preocupações de Vargas quanto ao uso de técnicas modernas de propaganda política não datavam do Estado Novo”⁴⁵.

Segundo Maria Helena Capelato, “os organizadores da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazi-facista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira”. Em termos práticos isto significa, segundo a autora, que havia um controle maior sobre as informações que circulavam em território nacional, e não só isso, o *Departamento de Imprensa e Propaganda*, junto à Agência Nacional, eram os responsáveis também por produzirem conteúdos para os impressos, assim como publicar livros e revistas⁴⁶.

O organograma do DIP revela a importância que ele teve na construção da imagem do governo Vargas. Não estava vinculado a nenhum ministério e sim à secretaria da Presidência da República, o que proporcionava um contato direto com Getúlio Vargas e agilizava o percurso burocrático das informações. Para melhor

⁴³ O Ministério do Trabalho também possuía um serviço de propaganda aparentemente eficiente, como mostra a historiadora Ângela de Castro Gomes em seu livro *A Invenção do Trabalhismo*.

⁴⁴ SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação* (1889-1945). São Paulo: Annablume:Fapesp, 2003.

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.* P. 126.

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*

direcionar as suas demandas, o *Departamento de Imprensa e Propaganda* estava organizado em seis divisões: divulgação; radiodifusão; cinema e teatro; imprensa; serviços auxiliares e turismo⁴⁷.

À Divisão de Turismo, que efetivamente interessa a este ensaio, cabia a fiscalização e promoção das atividades turísticas que ocorriam no Brasil tanto no desenvolvimento interno, quanto externo. Esta tarefa consistia em uma série de eventos que permitiam ao governo de Vargas projetar a sua imagem e a do seu país além das suas fronteiras. O Regimento interno do DIP previa que esta divisão deveria, “organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder-se com outras organizações no plano internacional”. E ainda, “deveria dividir o Brasil em zonas turísticas, mantendo correspondências com delegações estaduais que fossem criadas; (...) fiscalizar e controlar as organizações de turismo nacionais, estaduais e locais”⁴⁸. Possuía um serviço de distribuição de fotografias para fins de propaganda, que servia de fonte para diversas publicações sobre o Brasil. Também editava folhetos em diversas línguas, e revistas como a *Travel in Brazil* e *Brasil Novo*.

A preocupação com o turismo já estava presente, segundo Alzira Vargas, filha do Presidente Vargas, desde as primeiras reuniões para criação do *Departamento de Imprensa e Propaganda* e até mesmo antes disso⁴⁹. Em um artigo publicado na revista *Trans-Brasil Hotéis e Turismo* em janeiro de 1939, foi registrado: “foi somente depois da Revolução de 30, que nossos dirigentes começaram a preocupar-se com a solução de problemas. Depois de várias tentativas parciais, buscaram os governantes regulamentar o turismo incluindo nos Decretos 406 e 3.010”, ambos promulgados em 1938⁵⁰. Esses dois decretos versavam sobre a regulamentação da entrada de estrangeiros no Brasil, tratando dos dispositivos legais para registros e trocas nas casas de câmbio ou mesmo agências de viagem. Em 1940 foi promulgado o Decreto-Lei 2.440/40, que atribuía ao DIP a tarefa de registrar e regular as agências de

⁴⁷ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990. P. 62.

⁴⁸ Idem. p. 72.

⁴⁹ GOULART, Silvana. *Op.Cit* p. 73.

⁵⁰ O Turismo e as Empresas Nacionais. *Trans-Brasil Hotéis e Turismo*. Rio de Janeiro: Ano IV, N. 32, Jan. 1939. [Biblioteca Nacional].

viagem e turismo em território nacional. Porém, com os desagravos da II Guerra Mundial houve, segundo Alzira Vargas, um considerável declínio desta atividade em termos estatais.

Esta afirmação é confirmada no relatório de 1941: “O movimento turístico declinou em relação aos anos anteriores, em razão da anormalidade da situação mundial”⁵¹. Esta situação fez com que muitos dos objetivos propostos inicialmente por esta Divisão não saísse do papel. A quantidade de funcionários foi reduzida drasticamente com o início das contendas bélicas no outro lado do Atlântico. Os livros de ponto da DT registraram esse declínio de funcionários que chegou ao seu auge em 1941 com 15 pessoas dedicadas às mais diversas funções, desde tradutores, gestores, até jornalistas que contribuíam sistematicamente com a revista, como foi o caso de Cecília Meireles. Em 1945, a Divisão de Turismo constava em seu quadro de profissionais apenas três pessoas⁵².

A relação entre o responsável pela propaganda do governo de Vargas até 1942 foi Lourival Fontes, como já mencionei em linhas anteriores. Porém, não escrevi naquelas linhas que a sua trajetória se toca diversas vezes com esforço para desenvolver o turismo em território nacional. A Revista *Brasil-Turismo*, na sua edição de novembro de 1934, afirmava que “por muito tempo pessimamente encarado pelos brasileiros, tudo se limitava a esforços particulares, absolutamente desajustados das autoridades, nunca chegavam o apoio oficial para as iniciativas que surgiam”, porém, afirmou o jornalista:

(...) este, felizmente, foi encontrado no atual governo da cidade [do Rio de Janeiro], especificamente pelo Comissário Geral de Turismo da Prefeitura, o Dr. Lourival Fontes, que vem realizando uma obra em prol de tornar a metrópole brasileira um dos maiores centros do turismo mundial estudando os modernos métodos de propaganda.⁵³

A experiência de Lourival Fontes como comissário de turismo pode ter dado a ele subsídios que a partir daquele mesmo ano começaria desenvolver quando assumiu o cargo de gestor do *Departamento de Propaganda e Difusão Cultural* (DPDC).

⁵¹FONTES, Lourival. *Op. Cit.* P. 3.

⁵²*Livros de Ponto*. Seção de Turismo – DIP. Lata 75 do Fundo da Agência Nacional. [AN-RJ]

⁵³CARVALHO, Álvaro Monteiro de. “Um animador do Turismo”, In: *Revista Brasil-Turismo*. Rio de Janeiro. Nov. 1934, Ano VI, N. 43. P. 4. *Apud.* MARCELO, Henan Venegas. *Op. Cit.* P. 139.

Alguns dos homens que ocupavam cargos decisórios no governo Vargas nutriam simpatias pelos regimes totalitários que aconteciam na Europa, sobretudo depois do golpe de 1937. Ao compararmos alguns aspectos da organização do turismo proposto pelo governo Vargas e pelo III Reich é possível perceber algumas similitudes entre eles. A historiadora Kristin Semmens escreveu em livro para entender a construção dos significados da prática turística na Alemanha durante o governo hitlerista. A autora aponta que depois da instauração do Nacional-Socialismo em 1933, houve um redirecionamento para a prática turística desenvolvida pelo Estado. A criação da Lei do Comitê do Reich para o Turismo (*Law for the Reich Committee for Tourism*) instituía uma série de modificações no referido setor naquele país. Uma dessas, foi a nomeação do Ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, como presidente do Comitê, além de outros ministros, representantes dos empresários do setor hoteleiro e vários donos de restaurantes famosos daquele país⁵⁴.

O fato de pôr o turismo sob a tutela do Ministério da Propaganda institucionalizava, segundo Semmens, concepções de viagem a lazer não como uma questão econômica ou de mobilidade, mas sim, como algo concernente à questões ideológicas endossadas pelos mecanismos de propaganda do governo nazista. O estabelecimento daquele Comitê foi, segundo Semmens, um importante passo para a consolidação do Nacional Socialismo.

Uma segunda lei implementada em março de 1936, tornava mais efetivo o processo de “nazificação”, gerando uma intensa atividade publicitária sobre o turismo. Esta lei alterou o nome da instituição criada em 1933, para Associação de Turismo do Reich (*Reich Tourism Association*), tal mudança acarretava uma série de distinções legais. Em primeiro lugar, dava a ela o direito de denominar “comunidades turísticas” para o usufruto da população alemã, e em segundo, promover uma série de excursões mantendo o mesmo investimento na propaganda. Nesse sentido, a presença do Estado na divulgação da atividade turística passa a ser uma tônica durante aqueles

⁵⁴ SEMMENS, Kristin. Travel in Merry Germermany: Tourism in the Third Reich. In: WALTON, John K (org). *Histories of Tourism: Representation, Identity and Conflict*. Clevedon: 2005. P. 148.

anos na Alemanha. Mais do que isso, viajar pelo país parecia agora uma atitude nacionalista, de fervor e união⁵⁵.

O desenvolvimento do turismo no Brasil, proposto pelo DIP, estava institucionalmente posto de maneira semelhante. Ambos estavam vinculados aos órgãos responsáveis pela propaganda e possuíam argumento parecido: o de apresentar uma imagem de um país forte que se constrói a cada dia. Mas não só, enquanto a *Associação de Turismo do Reich* podia criar “comunidades turísticas”, promovendo-as, os membros do DIP esquartejavam o país áreas de zonas de interesse para a prática turística, criando nichos de investimento para cada região.

Outros países que passavam por experiências semelhantes, situavam a instituição responsável pelo turismo em locais próximos a dos dois casos mencionados acima. Em Portugal, por exemplo, aquele setor também estava vinculado ao *Secretariado de Propaganda de Portugal* sob a direção de Antônio Ferro. Segundo a historiadora Maria Cadavez, o turismo foi colocado “ao serviço do processo propagandístico moderno através duma multiplicidade de meios”⁵⁶. Isto significava que aquele governo se utilizava de estratégias próximas as usadas por Goebbels e Fontes. Um outro fator é importante, é que a partir de 1940, houve uma aproximação maior entre o Brasil e Portugal. No relatório de 1941, Fontes escreveu:

No sentido de alargar a nossa propaganda, de melhor vincular, pelos laços do espírito, o Brasil e Portugal, negociou o Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente, com o Sr. Antônio Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional do país amigo, um acordo no sentido de estabelecimento, em bases efetivas, do intercâmbio literário, artístico e turístico luso-brasileiro.⁵⁷

A construção desses intercâmbios pode ter gerado uma influência mútua para o desenvolvimento do turismo tanto no Brasil, quanto em Portugal. Este contato gerou em 1942, a criação no *Departamento de Imprensa e Propaganda* da Seção de *Intercâmbio Luso-Brasileiro*, que previa um fluxo maior entre escritores e

⁵⁵Idem. P. 149.

⁵⁶CADAVEZ, Maria Cândido Pacheco. *A Bem da Nação*. As representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940. Tese defendida na Universidade de Lisboa no Ramo de Estudos de Literatura e d Cultura na Especialidade de Ciências da Cultura, 2012. P. 60.

⁵⁷FONTES, Lourival. *Op. Cit.* P 1-2.

publicações com informações recíprocas para o desenvolvimento de um laço diplomático e propagandístico mais efetivo. Segundo Silvana Goulart, o setor de Intercâmbio “organizava recortes de artigos e notícias enviados de Portugal, destacando-se os que se referia ao Brasil”. O volume dessas informações que em 1942 era de 18 notícias por mensal, em 1944, este montante no mesmo período de tempo passou para aproximadamente 1.500 recortes de jornais⁵⁸.

Em um balanço historiográfico a pesquisadora Maria Helena Capelatto estabeleceu que a existência do Estado Novo no Brasil deu-se claramente em duas etapas. A primeira delas seria a fase da consolidação, que teria durado de 1937 a 1942, período no qual boa parte das políticas de propaganda foram elaboradas, assim como os elementos que caracterizaram aquele regime político para a posteridade. A segunda fase seria marcada pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial e o consequente declínio de muitas das diretrizes pensadas inicialmente para o país levaram à bancarrota, pelo menos institucionalmente, o Estado Novo⁵⁹.

Em fins de 1942, o *Departamento de Imprensa e Propaganda*, passou por uma reformulação no seu quadro. Com a entrada do Brasil na contenda bélica mundial, Lourival Fontes foi afastado para a entrada do Major Antônio José Coelho dos Reis, que mudou o rumo dado até então à propaganda estatal. A pesquisadora Ângela de Castro Gomes observou o impacto destas modificações na revista *Cultura Política*, um dos importantes meios de divulgação da propaganda governamental. Essas mudanças que haviam começado a acontecer ainda na gestão de Fontes com a inserção de assuntos referentes a II Guerra Mundial, passou a ser feita de maneira mais efetiva após a entrada do militar para o comando da propaganda. Com a extinção do *Departamento de Imprensa e Propaganda* em 1945, a atividade turística ficou sob a responsabilidade do *Departamento Nacional de Informações*, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁶⁰.

A inserção dos assuntos relacionados ao turismo como agenda política do Estado teve sem dúvida o apoio de instituições privadas que de alguma forma tiravam benefícios dessa relação. É com o intuito de compreender a atuação destas

⁵⁸GOULART, Silvana. *Op. Cit.* P. 75.

⁵⁹ CAPELATTO, Maria Helena. *Estado Novo, o que há de novo? Op.Cit.*

⁶⁰MARCELO, Hernán Venegas. *Op. Cit.* P. 144.

instituições e como as ideias propostas por elas, junto a iniciativas estatais, chegaram ao Recife em princípio dos anos 30 que dedicarei o próximo tópico.

1.3 Conexões: turismos e instituições no Recife

O *Guia da Cidade do Recife* foi publicado em 1935 pela Prefeitura Municipal. Enviado para diversos países, possuiu “tanto pelo seu texto em português, francês e inglês, como pela feição do material, boa aceitação e tem sido grandemente procurado”⁶¹. Com esta procura, o prefeito da cidade fez projeções para que nos anos seguintes ainda no seu governo fosse incentivada a prática do turismo. No entanto, essas projeções foram jogadas para um futuro que naquele momento João Pereira Borges talvez não cogitasse ao escrever o seu relatório⁶².

Outras pessoas também pensaram um futuro para o turismo naquele Recife. O jornalista Mário Melo⁶³, por exemplo, escreveu meses antes da publicação do *Guia* que : “dizia o matuto em sua sabedoria, o comer e o coçar estão no começar (...) iniciado o turismo aqui, será uma espécie de moto-contínuo”⁶⁴. Ao dizer isto, o jornalista se referia a fatos recentes que davam a ele a impressão de que havia sido dada a largada para a prática do turismo em Pernambuco. Além de participar da produção do *Guia do Recife*⁶⁵, ele registrou no artigo do dia 15 de janeiro do mesmo ano, a chegada de um agente da *Wagon Lit's Co*, assim como a criação de um escritório do *Automóvel Club* em Pernambuco que a princípio promoveria a atividade no estado.

Porém, nem Mário Melo, nem João Pereira Borges, poderiam se gabar do pioneirismo da previsão da atividade turística no Recife. Ainda na década de vinte outras iniciativas foram tomadas para tornar a capital pernambucana uma “cidade de turismo, [que] está fadada a ser entre os demais centros urbanos do Brasil”⁶⁶. O então governador Estácio Coimbra (1926-1930), poucos anos antes de sua deposição do cargo, deu início à construção do Grande Hotel, e segundo ele, uma iniciativa como

⁶¹ BORGES, João Pereira. *Mensagem apresentada pelo Prefeito João Pereira Borges à Câmara Municipal do Recife por ocasião da sua instalação em 15 de Agosto de 1936*. Recife: Imprensa Oficial, 1936. Pág. 37.

⁶² João Pereira Borges foi prefeito do Recife entre os anos de 1934 e 1937.

⁶³ Mário Melo, jornalista e historiador, nasceu no ano de 1884 e faleceu em 1959. Fez parte de diversas instituições no Recife. Ver. TAVARES, Cáudio. *Mário Melo: jornalista e historiador democrata*. Recife: CEPE, 1985.

⁶⁴ MELO, Mário. Hontem, Hoje e Amanhã. Recife, *Jornal Pequeno*, 15/01/1935

⁶⁵ RECIFE, Prefeitura Municipal do. *Guia da Cidade do Recife*. Recife: Diário da Manhã, 1935. P. 12.

⁶⁶ COIMBRA, Estácio. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo*. Recife, 1930. Pág. 150.

aquela dotaria o Recife de um equipamento importante para o estabelecimento naquela cidade de um fluxo de turismo⁶⁷. Com esse intuito foi criada a “Empresa Grandes Hotéis e Melhoramentos de Pernambuco”. Ela tinha como objetivo executar o contrato firmado pelos importadores Francisco Xavier Guedes Pereira e Nuno Guedes Pereira com o já referido Governador do estado. A duração da sociedade seria de cinquenta anos, podendo o prazo ser aditado pela Assembleia Geral⁶⁸. Esta iniciativa havia sucedido outra também destinada a dotar o Recife de um hotel de grande porte⁶⁹.

Quando Estácio Coimbra assumiu o governo de Pernambuco em 1926, possivelmente tinha conhecimento de algumas noções de turismo discutidas na então Capital Federal, o Rio de Janeiro⁷⁰. Tendo em vista a sua participação na criação da *Sociedade Brasileira de Turismo*, a qual deu origem ao *Touring Club do Brasil* (TCB)⁷¹. Entre os anos de 1929 e 1930, Coimbra enviou alguns recursos para a construção do Monumento Rodoviário Nacional⁷², localizado na sede administrativa do país e recebeu alguns números da revista publicada pelo *club* de turismo, com as principais iniciativas tomadas por aquela instituição⁷³.

Em meados de 1930, abriu em seu gabinete outra missiva do TCB pedindo que enviasse ao Rio de Janeiro alguns representantes de Pernambuco ao 3º *Congresso Sul-Americano de Turismo* destinado a ocorrer naquela cidade entre os dias 6 e 17 de setembro daquele ano. Lá seriam discutidos “os mais transcendentais problemas turísticos que de perto afetam o desenvolvimento econômico da nacionalidade: estradas de rodagem, atração de turistas, facilidades ao desembarque e

⁶⁷Idem.

⁶⁸*Estatuto da Empresa Grandes e Melhoramentos de Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1929. P. 3-4.

⁶⁹O Grande Hotel do Recife. *Revista de Pernambuco*, 08/1924.

⁷⁰Estácio Coimbra nasceu no município de Barreiros, em Pernambuco, no ano de 1872 e faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1937. Foi deputado estadual, deputado federal, governador de Pernambuco e vice-presidente da República no governo de Campo Sales.

⁷¹Sociedade Brasileira de Turismo. *Correio da Manhã* (RJ), 10 de Novembro de 1923. Segundo a pesquisadora Valéria Guimarães: “Em 1923, como um dos reflexos do grande fluxo turístico no Rio de Janeiro por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, surge a Sociedade Brasileira de Turismo, que modificou o seu nome para Touring Club do Brasil em 1928”. GUIMARÃES, Valéria. *Op.Cit.* pág. 123.

⁷²Ofício enviado pelo Touring Club do Brasil ao sr. Estácio Coimbra em 12 de abril de 1929. Livro 1, Miscelâneas. Localizado no APEJE.

⁷³Ofício n. 120 enviado pelo Touring Club do Brasil ao sr. Estácio Coimbra em 30 de agosto de 1929. Livro 1, Miscelâneas. Localizado no APEJE.

permanência de estrangeiros⁷⁴. Estácio Coimbra fez-se representar pelos deputados Pessoa de Queiroz, Paulo Salgado e ainda o engenheiro Francisco Brandão Cavalcanti⁷⁵.

Naquele ano, o *Touring Club do Brasil* já não era o mesmo de 1929. A sua nova diretoria assumira o cargo com o intuito de promover o setor turístico como algo capaz de fomentar o comércio e também um certo discurso de uma unidade nacional. Tentavam ainda reconstruir a sua imagem depois de alguns textos falando sobre o mau uso do dinheiro público destinado ao clube⁷⁶. Às vésperas da realização do 3º Congresso Sul-Americano de Turismo, Christovão Camargo, presidente da instituição, escreveu que “o ‘Touring’ já tomou em consideração e adotou um vasto plano de propaganda do turismo nas massas, de modo a formar uma consciência turística nacional desde as crianças das escolas até os adultos”⁷⁷. É certo que esse esforço não teve necessariamente o alcance proposto, até porque, ao dizer isto, o presidente do *Club* estava recém empossado e em seu artigo, como já não é estranho a este texto, lidava com planejamentos⁷⁸.

Talvez o plano de Camargo não tenha sido transmitido aos pernambucanos pelos enviados ao Congresso realizado na capital federal. Em novembro de 1930, Estácio Coimbra foi deposto e deixou o país em direção a Portugal⁷⁹, assim como boa parte dos seus correligionários, a exemplo do próprio F. Pessoa de Queiroz⁸⁰. Outros ventos mudaram a direção das velas de Pernambuco e do Brasil.

Getúlio Vargas subiu ao poder naquele mês e designou Carlos de Lima Cavalcanti como o seu interventor federal substituindo o governador deposto. Porém, o TCB, ao contrário do destino de Estácio Coimbra, teve aparente êxito no

⁷⁴Ofício enviado pelo Touring Club do Brasil ao sr. Estácio Coimbra em 25 de julho de 1930. Livro 1, Miscelâneas. Localizado no APEJE.

⁷⁵Terceiro Congresso Sulamericano de Turismo. *A Província* (PE), 30/08/1930.

⁷⁶Que destino dá o Touring Club ao dinheiro que recebe do governo? *Diário da noite* (RJ), 14/02/1930. No artigo é questionado o uso feito pelo TCB do dinheiro que recebia do governo para manter o bureau de informação turística que ficava na Praça Mauá (RJ), o autor do texto alerta que o balcão não possuía nenhuma guia informação sobre o Brasil, apenas argentinos ou uruguaios. Quem quisesse informação sobre o país precisava ir a uma loja que ficava ao lado do próprio *Touring Club*.

⁷⁷CAMARGO, Christovão. Rio, Cidade de Turismo, sem turistas. *Diário da Noite* (RJ). 19/07/1930.

⁷⁸DOMINGUES, Mário. Rio, Cidade de Turismo, sem turistas. *Diário da Noite* (RJ). 22/08/1930.

⁷⁹FREYRE, Gilberto. *De Menino a Homem*. Rio de Janeiro: Global Editora. 2009.

⁸⁰CHAVES, José. Transcurso do 60º aniversário de fundação da Rádio Jornal do Commercio, de Recife, Estado de Pernambuco. Câmara dos Deputados, sessão 165.2.53.0. 08/07/2008.

novo governo, considerado como uma instituição de utilidade pública. Em 1931, arrendou o Cais do Porto da capital federal, afim de “melhor atender aos turistas que chegam ao Brasil”⁸¹. Meses depois, criou o seu comitê de imprensa dirigido por Herbert Moses, à época presidente da Associação de Imprensa Brasileira (AIB), o que também contribuiria para o “desenvolvimento da propaganda turística no país”⁸². Em 1934, o *Touring Club*, realizou o concurso do melhor livro sobre viagens no Brasil, premiando quatro brochuras, duas delas possuíam em seus sumários tópicos sobre o Recife⁸³.

Ao longo da década de trinta, o *Touring Club do Brasil* realizou três excursões rumo ao norte do país. Todas as excursões passaram pelo Recife e foram recebidas pelo governador, Carlos de Lima Cavalcanti, ou posteriormente Agamenon Magalhães⁸⁴. Para cada uma dessas excursões, existiu um argumento que



A excursão do “Almirante Jaceguay” ao Norte vai alcançando o êxito que era fácil prever, dado o itinerário interessante da viagem, e o carinho com que o Touring Club organiza as suas excursões, dentro e fora do Brasil. Nesta gravura fixamos alguns aspectos da excursão, que inclui algumas figuras de grande destaque na sociedade carioca. Por toda parte, a alma nortista acolhe, com a hospitalidade que lhe é própria, os excursionistas do Touring Club, entre os quais se encontra o embaixador chileno, dr. Marcial Martínez Ferrari, e a ilustre escritora d. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. 1 — A festa da descoberta do Brasil, em frente ao monte Paschoal. 2 — Baile no Club Viçtoria. 3 — Os excursionistas no monumento do Christo Redemptor, em S. Salvador. 4 — Em Dois Irmãos, em Pernambuco.

Imagem 2: A excursão do Touring Club ao Norte. *Revista da Semana* (RJ), Ano XXXV, N. 27. P. 26.

⁸¹O turismo e o Brasil. *Diário da Noite* (RJ), 07/08/1931.

⁸² O comitê de imprensa do Touring Club do Brasil. *Diário da Noite* (RJ), 18/09/1931.

⁸³No Segundo capítulo, tratarei mais detidamente as obras deste concurso, assim realização do certame. O prof. Celso Castro publicou um artigo referente à obra ganhadora do primeiro lugar desse concurso. Ver CASTRO, Celso. Uma imagem do Rio de Janeiro em 1935. *XXVII Simpósio Nacional de História* – Natal (RN), julho de 2013.

⁸⁴ Roteiro da terceira “viagem maravilhosa” organizada pelo T.C.B. do Rio a Manaus. *Touring*, N. 60, Ano. VI – Junho de 1938.

foi lapidado ano a ano. Se, em 1932, o interesse era o de realizar um “Cruzeiro Turístico-Econômico ao sul e ao norte do país”, estabelecendo a bordo uma verdadeira “exposição-feira permanente”, a qual seria responsável por divulgar os pontos de interesse em cada local visitado⁸⁵. Dois anos depois, em 1934, o argumento da visita já foi sendo paulatinamente modificado. A noção de que a iniciativa de viajar pelo próprio território nacional foi ganhando, dentro das justificativas apresentadas pelos integrantes do *Touring Club*, uma importância que vai desembocar em compreensões facilmente atribuídas como um dever patriótico, nacionalista. Como se pode observar no artigo escrito no *Diário da Noite* (RJ), em 13/03/1935.⁸⁶

Em todas as vindas ao Recife, como já mencionei, os excursionistas foram recebidos com honrarias oficiais, proporcionando aos visitantes a possibilidade de passear por diversos pontos da cidade. Em 1934, passaram algumas horas em terra, o bastante para conhecer a área central da capital pernambucana, e também alguns dos seus arredores, como sugere a *imagem 1*. Na excursão de 1932, os visitantes participaram de um baile no Clube Internacional do Recife, para celebrar a chegada do paquete *Almirante Jaceguay*, o qual trazia os sócios do *Touring Club do Brasil*.

No intervalo entre a excursão de 1934 e a realizada em 1938, o cenário político em Pernambuco passou por significativas modificações. Depois de 1935, quando houve o levante comunista, as bases que sustentavam o governo foram sendo paulatinamente minadas⁸⁷. Lima Cavalcanti foi acusado de ser um dos articuladores do movimento, e, segundo ele, isto era fruto da “situação política do Estado e da divergência com o atual ministro da justiça [Agamenon Magalhães] que se viu em minoria dentro do nosso partido [PSD]”⁸⁸. Embora ele reiterasse a manifestação de apoio por parte dos comerciantes e algumas outras camadas sociais⁸⁹, não foi o suficiente para que impedisse uma sistemática política de publicações acusatórias a seu respeito. Por exemplo, o deputado padre Arruda da Câmara, correligionário do

⁸⁵ O cruzeiro turístico-econômico ao sul e ao Norte do Paiz. *Diário da Noite* (RJ), 18/01/1932.

⁸⁶ O Turismo Interno e suas possibilidades entre nós. *Diário da Noite* (RJ), 23/03/1935.

⁸⁷ Robert M. Levine fez uma breve análise deste incidente. Ver. LEVINE, Robert. M. *O Regime de Vargas: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Págs. 172-178.

⁸⁸ Telegramas sobre a denúncia do Governador Carlos de Lima Cavalcanti. GVC1937.05.11/2 – CPDOC-FGV.

⁸⁹ Idem.

governador em outubro de 1930, passou a fazer parte, já em 1937, do grupo político do ministro da justiça e realizou uma série de discursos inflamados na Rádio Clube de Pernambuco a respeito das escolhas políticas do seu antigo aliado⁹⁰.

O ministro da justiça possuía, aparentemente, algum prestígio junto a Getúlio Vargas. Segundo a pesquisadora Dulce Pandolfi, o presidente pediu a Agamenon Magalhães que fizesse a articulação das eleições do ano de 1937, porém o certame já era, de início, algo pouco provável para o próprio ministro, que propôs a Cavalcanti os planos do governo em instaurar um novo regime político.⁹¹ A não realização deste pleito gerou a dissidência entre o então ministro e o governador de Pernambuco⁹². Carlos de Lima escreveu a Getúlio o seu testemunho em relação ao seu desentendimento com o então ministro da justiça e do trabalho: “Dei ao ministro Agamenon Magalhães todas as provas de amizade, tudo fiz por ele, manifestando-lhe o meu propósito de prestigiá-lo cada vez mais na política de Pernambuco (...) Ao contrário ele só procurava me diminuir, para depois me aniquilar politicamente”⁹³.

Com a promulgação do Estado Novo, os desgastes sofridos por Carlos de Lima Cavalcanti junto a Getúlio Vargas, fez com que ele logo fosse destituído do cargo, assumindo de imediato o Coronel Azambuja Vilanova, o qual estava em contato direto com Agamenon Magalhães⁹⁴. No mês seguinte, este último assumiu a interventoria em Pernambuco, cargo que ocupou até 1944⁹⁵.

Ao assumir o governo do estado, o interventor federal propôs algumas modificações administrativas que levariam praticamente o ano de 1938 para serem implantadas⁹⁶. Porém, muitas das diretrizes que estavam sendo postas no Rio de Janeiro passaram a fazer parte do léxico de alguns jornais pernambucanos nos

⁹⁰Idem.

⁹¹PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Ed. Massangana, 1989.

⁹²Carta de Agamenon Magalhães a Carlos de Lima Cavalcanti, cx. 0001. Arquivo Carlos de Lima Cavalcanti-IAHGP.

⁹³Carta de Carlos de Lima Cavalcanti aos deputados pernambucanos e a Getúlio Vargas. GV c1937.05.08 – FGV-CPDOC.

⁹⁴Telegrama do Coronel Azambuja Vilanova a Agamenon Magalhães. AGM c1937.11.10. FGV-CPDOC.

⁹⁵O sistema de interventoria foi retomado durante o Estado Novo. Como não havia mais eleição o presidente escolhia alguém para assumir o posto de governador em um determinado estado. V. GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

⁹⁶MAGALHÃES, Agamenon. *Relatório apresentado ao presidente da Republica*. Recife: Imprensa Oficial, 1935.

primeiros anos do governo. Nesse sentido, a excursão de 1938, aparece nas imprensas carioca e recifense como uma iniciativa que “presta um grande serviço à nação, tornando possível uma aproximação mais estreita entre os brasileiros do Norte e do Sul”⁹⁷.

O plano de divulgação pensado por Christovão Camargo, mencionado algumas páginas acima, parece ter surtido algum efeito com o passar dos anos. As excursões propiciavam àqueles que dela participavam, segundo um artigo publicado no *Jornal do Brasil* e transcrito na revista do *club*, “um melhor conhecimento da nossa terra e um mais afervorado espírito de brasilidade”⁹⁸. Afinal, este era um assunto dentro de uma agenda política pensada como diretriz para o regime político vigente⁹⁹.

Esse argumento chegou à capital pernambucana e teve o seu lugar entre certas noções de turismo, que no início dos anos de 1940 circularam no Recife. Porém, ainda do início na década de 30, outras instituições, embora não surgiram com esta atribuição específica, passaram a receber na década seguinte a incumbência de promover o turismo na cidade. Uma delas, como mencionei logo no início desse tópico, foi o *Automóvel Club de Pernambuco* (ACP).

Criado em dezembro de 1919 por “distintos amadores do sport automobilístico”, o ACP surgiu, segundo notícia d’*A Província*, em decorrência do calçamento de algumas vias públicas¹⁰⁰. Os nomes dos primeiros associados do *auto club* dão a sugestão de que, talvez, o calçamento tenha sido anunciado para que os membros do grupo pudessem colocar seus carros na rua. Conjectura posta de lado, do ACP fazia parte o Coronel Lima e Castro, que assumiu a diretoria do *club* e também era, não sei se por acaso, o prefeito do Recife. Da mesma forma os coronéis João Cardoso Ayres, Antonio Loyo de Amorim e João Pessoa de Queiroz (este, irmão do enviado ao congresso de turismo por Estácio Coimbra, fundador e acionista do

⁹⁷ Realizado uma excursão turística ao extremo norte do país. *Jornal do Commercio* (PE), 23/07/1938.

⁹⁸ Os aplausos da imprensa à iniciativa do T.C.B. organizando mais uma excursão ao Norte do Paiz. *Touring*, N. 60, Ano. VI – Junho de 1938.

⁹⁹ GOULART, Silvana. *Op. Cit.*

¹⁰⁰ Automóvel Club de Pernambuco. *A Província*(PE), 20/08/1920. A notícia referente à criação do referido *club* também foi divulgado no *Jornal do Recife* da mesma data.

Jornal do Commercio) , o Dr. Alfredo Caldas, entre outros nomes, figuravam dentro da sociedade pernambucana como sujeitos afortunados¹⁰¹.

Os sócios do clube se reuniam no salão nobre da Associação Comercial de Pernambuco para discutirem não apenas assuntos referentes ao *Automóvel*, mas também as suas exportações e suas usinas¹⁰². A priori, o ACP funcionaria como “uma agremiação esportiva, cuja necessidade há muito se fazia sentir nesta adiantada capital, onde já é assaz elevado o número de autos”¹⁰³. Os seus associados possuíam parâmetros a serem seguidos, como sugere uma carta de acolhimento enviada pelo presidente da *Sociedade Brasileira Automobilística* ao *club* pernambucano¹⁰⁴. Porém, esta não foi uma iniciativa que teve grandes êxitos nos anos posteriores ao de 1920. Os registros a seu respeito somem das páginas d’*A Província* e também do *Jornal do Recife*, o que talvez justifique o fato de Mário Melo, em 1935, anunciar a seus leitores a criação de um escritório do AC no Recife.

Quatro anos depois, em 1939, o próprio Mário Melo escreveu uma crônica apontando novamente a necessidade de se começar a atividade turística em Pernambuco. Ao dizer isto ele se referia não a um futuro distante, mas à realização de um passeio ao município de Igarassú com o auto *club*. No dia seguinte estava impresso em sua coluna diária: “praticamente foi iniciado no domingo último, o turismo em Pernambuco”¹⁰⁵. Ora, em primeiro lugar, é preciso pensar qual a compreensão desse sujeito sobre a noção de turismo.

Mário Melo teve uma intensa atividade em diversas instituições na capital pernambucana. Era ao mesmo tempo, secretário perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), da Academia Pernambucana de Letras, participante do Rotary Clube de Pernambuco, além de escrever artigos para o

¹⁰¹ Automóvel Club de Pernambuco. *A Província*(PE), 11/09/1920

¹⁰² A exportação do açúcar [sic] e a superintendencia do abastecimento. *A Província* (PE), 27/06/1920. Neste artigo, todos os nomes que aparecem citados como membro do ACP, aparecem como usineiros e industriais vinculados à cana de açúcar.

¹⁰³Automobilismo. *A Procíncia* (PE), 11/10/1920.

¹⁰⁴Automóvel Club de Pernambuco. *A Província*, 29/07/1920.

¹⁰⁵ MELO, Mário. Ontem, Hoje e Amanhã. *Jornal do Comércio*, 09/05/1939.

Jornal Pequeno, o *Folha da Manhã* e o *Jornal do Commercio*¹⁰⁶. Em cada um desses veículos de comunicação ele escrevia comentários sobre a vida e a história da cidade.

Em 1939, na ocasião da excursão realizada pelo *Automóvel Club de Pernambuco*, foram escritos textos a esse respeito em cada um dos locais em que Mário Melo atuava, seja em algum dos jornais que escrevia, seja no IAHGP, ou mesmo nas Semanas do Rotary Club. Cada uma destas declarações definiam, de forma distinta, o que se entendia por prática turística.

Muito embora, o jornalista soubesse “perfeitamente que a noção que se tem de turismo é a de passeio organizado a lugares distantes”, este percebia que, “o vocábulo admite elasticidade, de modo que pode ser empregado quer em relação a passeio dentro do mesmo município, quer na mesma região, no mesmo país ou no estrangeiro”. Os vinte carros que tomaram parte da caravana rumo a Igarassú, com seus tripulantes velhos, moços e meninos, ficaram sabendo como se fundou Pernambuco, por meio de um turismo educativo, como atribuiu Mário Melo¹⁰⁷.

A elasticidade da noção defendida pelo jornalista já não era tão estranha à imprensa da capital pernambucana. O seu desafeto, o também jornalista Aníbal Fernandes¹⁰⁸, que escrevia no *Diário de Pernambuco* com o codinome Z., alertava os leitores para o desenvolvimento de um turismo interno, atentando para as turbulências internacionais ocasionadas pela iminência da II Guerra Mundial¹⁰⁹. Porém, o que estava em jogo para Mário Melo era, antes, a vinculação da prática

¹⁰⁶As primeiras informações retirei de artigos escritos pelo próprio e que mencionarei ao longo do texto. Sobre a sua atuação enquanto jornalista ver: NASCIMENTO, Luis do. Perfil Jornalístico de Mário Melo I, II, III. *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, P448 OR [n.170, p.21-39, jan./mar. 1968]

¹⁰⁷Todas as citações diretas deste parágrafo foram retiradas de: MELO, Mário. Ontem, Hoje e Amanhã. *Jornal do Comércio*, 09/05/1939.

¹⁰⁸Aníbal Fernandes nasceu no Recife no ano de 1894. Formou-se bacharel em Direito, foi redator do *Diário de Pernambuco*, professor de francês do Ginásio Pernambucano.

¹⁰⁹Turismo. *Diário de Pernambuco*, 14/09/1939 Sobre o surgimento da briga entre Mário Melo e Aníbal Fernandes ver o ultimo capítulo de: CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Orientador: Mário de Souza Chagas. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertação. Em 1934 Aníbal Fernandes assumiu o cargo de redator do *Diário de Pernambuco* substituindo Mário Melo, inclusive, passou a escrever na seção *Cousas da Cidade*, que antes também ficava cargo do Secretário perpétuo do IAHGP. Diferente deste, Fernandes assinava apenas a letra Z. Ao longo de sua trajetória profissional utilizou diversos codinomes. Ver: NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa em Pernambuco Vol. 1*. Recife: Ed. Universitária, 1968. Pág. 160.

turística a uma noção patriótica de passado, do que uma atividade turística pautada em termos comerciais. Esta afirmação parece mais plausível quando se tem acesso a outros textos, não necessariamente escritos por ele, porém veiculados às associações das quais ele fazia parte sobre a excursão à Igarassú.

Nas notícias semanais do IAHGP, as quais contém o sumário da reunião do Instituto Arqueológico daquela semana, noticiava a realização da “Excursão Histórica ao Município de Igarassú”¹¹⁰. Semanticamente fica a dúvida se a utilização do termo “excursão histórica” remete à mobilização para o início do turismo em Pernambuco, ou se tratava de uma excursão com fins didáticos sobre a história daquele município, embora, no corpo do texto ele faça referências aos locais históricos visitados. De fato, o termo turismo não apareceu na notícia, e a classificação daquela prática, nas semanais do Arqueológico, passou a ser *excursão*. Talvez, Mário Melo não tenha sido o responsável por publicar aquela notícia, uma vez que ele é tratado no texto como terceira pessoa. Possivelmente, Olímpio Costa Júnior, então 2º secretário, responsável por fazer boa parte das atas das reuniões, não classificasse aquela prática como turismo¹¹¹. É importante frisar que estas excursões eram realizadas, pelo menos, desde a década de 1920.

A sutil diferença da classificação de uma atividade pode abrir margem a uma reflexão mais aprofundada em torno dos seus sentidos. Portanto, a presença de diversos sujeitos pensando uma prática, contribui para que surja em uma determinada localidade concepções distintas do que poderia significar naquele período fazê-la. Tentar compreender isto torna-se, por vezes, uma tarefa árdua pelo fato de que boa parte das pessoas que estavam em torno da prática turística não deixaram registros sobre as suas experiências de viagem e de trabalho. Porém, é possível esboçar algo a partir dos indícios deixados por outros sujeitos, os quais se dedicaram a escrever sobre como deveria ser o turismo naquele Recife.

Perceber nas experiências dos sujeitos como se constroem determinadas categorias, torna o objeto da história mais intrigante. Intrigante pelo fato de que existe um tortuoso caminho entre o discurso enunciado pelo seu elaborador e o

¹¹⁰ Semanais do Instituto Arqueológico. *Jornal Pequeno*, 11/05/1939.

¹¹¹ *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XXXIX, 1944.

deslocado para se tornar a fala de uma instituição. O desafio de uma pesquisa como esta vai além de perceber a historicidade do turismo, ela elabora a partir de experiências individuais a sinuosa dança entre o que à época foi estabelecido como consensual e como os sujeitos lidavam com este consenso para construírem as suas falas¹¹².

É com o intuito de perceber as nuances em torno das atribuições feitas ao que era, ou não, o turismo, e quais as noções que de alguma forma foram institucionalizadas no Recife que escreverei o tópico a seguir.

¹¹²Neste parágrafo estou fazendo referencia as discussões de Fredrik Barth já apresentada introdução deste trabalho. Ver. BARTH, Fredrik, *Op. Cit.*

1.4 “*Vende-se tudo neste mundo, desde que se possa e se saiba anunciar*”: a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo.

No mesmo mês do anúncio feito por Mário Melo, afirmando que praticamente havia iniciado o turismo em Pernambuco, foi criada pelo Prefeito Municipal do Recife, Antônio Novaes Filho, a *Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo* (DEPT). Esta não era em termos de funcionamento uma novidade administrativa. Outras congêneres já atuavam de maneira muito semelhante em outras capitais. No Rio de Janeiro por exemplo, criou-se em 1938, o *Departamento de Propaganda e Turismo do Estado do Rio*, cuja liderança ficava a cargo de Danton Jobim¹¹³. Porém, diferente desta última, a Diretoria recifense possuía outra atribuição que era predominante na sua atuação: a estatística.

Segundo Manoel de Souza Barros, o diretor da DEPT, não havia “nada mais acertado do que reunir o turismo à estatística”. Para ele, citando o geógrafo francês Pierre Deffontaines, a atividade turística não era apenas a observação do incomum, do raro e do exótico. A estatística, por outro lado, apresentaria o comum, “a paisagem clássica, a casa típica, a beleza íntima”, estas produziriam séries e revelariam uma espacialidade a partir de dados quantitativos. Portanto, ao “equilibrar um serviço de turismo ligado à estatística, [eles saberiam] melhor guardar o equilíbrio entre estes dois métodos. Afinal de contas, com a orientação de só dar valor ao excepcional, limitaríamos muito as nossas possibilidades turísticas”¹¹⁴. Essas observações podem dizer algumas coisas acerca de uma compreensão dos significados do turismo no Recife assim como abrir margem para entender o sentido de algumas outras práticas, inclusive a da leitura.

¹¹³ Departamento de Propaganda e Turismo do Estado do Rio. *Trans Brasil Hotéis e Turismo*. Rio de Janeiro, Ano IV – N.24 – março de 1939. [Biblioteca Nacional].

¹¹⁴ Todas as citações diretas deste parágrafo foram retiradas de: Quadros e Índices de realizações que estamos vivendo. *Folha da Manhã* (matutino), 11/05/1939. Este periódico tinha como sócio majoritário o interventor federal em Pernambuco. Era por meio dele que muitas das propagandas do governo, assim como os artigos diários do político eram publicados. Ver. ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Edusp, 2001. A pesquisadora Dulce Pandolfi, embora não analise detidamente o *Folha da Manhã*, aponta que muitos funcionários do periódico recebiam seus proventos de órgãos oficiais do governo de Pernambuco. V. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Ed. Massangana, 1989.

No período entre guerras, o governo Francês criou uma série de Institutos para contribuir na consolidação de algumas Universidades latino americanas. Deffontaines, o geógrafo citado por Souza Barros, foi um dos principais nomes da atuação desses institutos no Brasil, na Argentina, no Uruguai¹¹⁵. Ele contribuiu para a fundação dos cursos de geografia da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e influenciou também a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹⁶. Entre idas e vindas, ficou no Brasil entre os anos de 1936 a 1938, tempo suficiente para escrever diversos livros tendo como o assunto de alguns deles a geografia política e humana brasileira¹¹⁷. Em meio a tantas viagens publicou o seu *Guide du voyageur actif* dando os caminhos para o exercício da observação geográfica, que, segundo Claire Delfosse, teve um grande sucesso¹¹⁸. Deffontaines possuía um ambiente propício para publicação, uma vez que estabeleceu um forte contato com uma das mais famosas editoras francesas, a Gallimard¹¹⁹.

Essas leituras davam a Souza Barros uma diretriz possível para as definições de turismo que deveriam vigorar no Recife. O *Guia do Viajante Ativo* de Deffontaines não indicava a seu leitor lugares para serem vistos, mas sim, como deveriam ser vistos. Este argumento fez com que a *Diretoria de Turismo* do Recife também alertasse a seus ouvintes e leitores que o “turismo ativo, se caracteriza por uma forma mais direta da participação do viajante, que não se limitará apenas ao papel passivo do espectador, mas do elemento ativo da paisagem humana e geográfica que percorre”¹²⁰.

Um ano depois daquele artigo, outro foi publicado, também no jornal *Folha da Manhã* (PE), em comunicado oficial da DEPT. Este tratava da importância do

¹¹⁵DELFOSE, Claire. *Le rôle des institutions culturelles et des missions à l'étranger dans la circulation de idées géographiques. L'exemple de la carrière de Pierre Deffontaines (1894-1978)*. Finisterra, XXXIII, 65, 1998, pp. 147-158. Para uma análise mais detalhada do universo da editoração na França, ver: DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹¹⁶FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines*. XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.

¹¹⁷DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia humana do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. 116p.; DEFFONTAINES, Pierre. *L'homme et la forêt*. 23e. ed. - [Paris]: Libr. Gallimard, c1933; DEFFONTAINES, Pierre. *L'homme et l'hiver. Canada*. 10. ed. - Paris: Gallimard, 1957.

¹¹⁸DELFOSE, Claire, *Op. Cit.*

¹¹⁹Ibdem.

¹²⁰O turismo ativo. *Folha da Manhã*, 29/11/1941.

“turismo dos serviços públicos e [da necessidade de] verificar o que existe de bom, de interessante, de real nos nossos serviços; o que vem realizando o governo numa tenacidade forte, as vezes contra obstáculos irremovíveis”¹²¹. O texto foi escrito por alguém que, provavelmente, leu um artigo, ou livro, de Pierre Deffontaines, publicado dois anos antes na revista carioca *Touring*. Na sua reportagem o geógrafo francês escreveu que “muitas vezes tem me acontecido de verificar que a massa do público brasileiro desconhece os serviços públicos que contribuem para melhor conhecimento e organização do país”¹²². A revista, como sugere o seu título, possuía ênfase nas questões referentes ao turismo e era, possivelmente, um dos periódicos do ramo de maior aceitação, já que pertencia ao *Touring Club do Brasil* (TCB). O contato com periódicos como este, dão indícios de que a *Diretoria de Turismo* da prefeitura do Recife estava ciente de alguns debates sobre o setor turístico promovidos naqueles anos.

Quando a *DEPT* foi criada em maio de 1939, possuía o seguinte organograma:

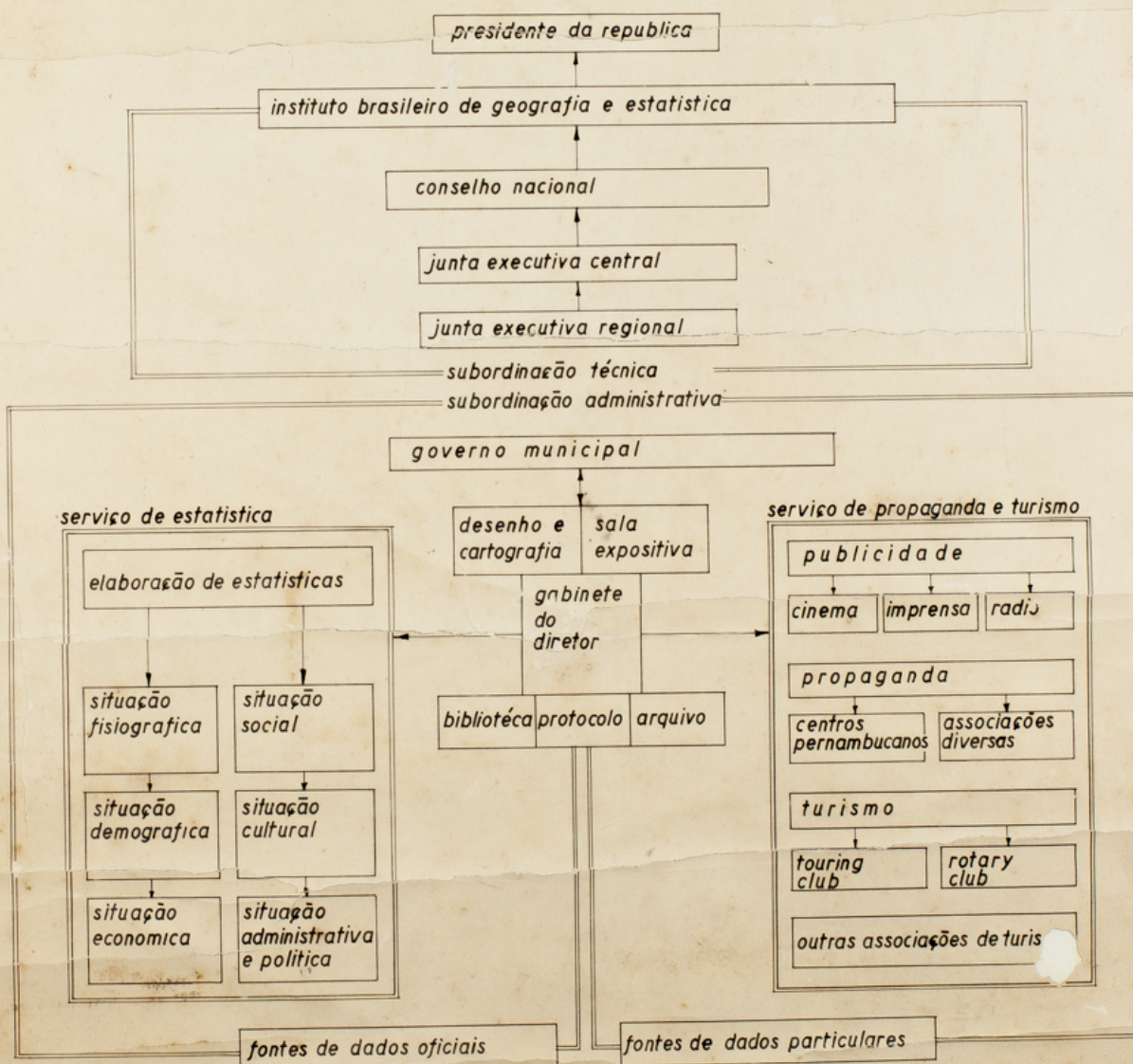
¹²¹Minuto do Porto e da Cidade. *Folha da Manhã* (matutino) (PE), 17/09/1940. Neste artigo, o autor faz menção que a ideia retirada é do artigo de Pierre Deffontaines.

¹²² DEFFONTAINES, Pierre. Convite para uma viagem surpreendente. *Touring*, n. 38- Ano IV, 1938. P.2. [Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro]

PERNAMBUCO CIDADE DO RECIFE DIRETORIA DE ESTATISTICA, PROPAGANDA E TURISMO

ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO

1939



George Goldberg - AGE -
em 16 de fevereiro de 1939

Imagem 3: Organograma da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo (DEPT). Revista Arquivos, Vol. 1 - 1942.

Filiada ao *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) e articulada com a então *Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística*, a Diretoria estava dividida em dois eixos: I) Estatística; II) Propaganda e Turismo (PROPTUR)¹²³. Na primeira seção, havia subdivisões por temática como bem apresenta o organograma. Cada uma dessas ficava a cargo de um técnico que respondia a um estatístico chefe, Adarico Negromonte. Sob a sua jurisdição estavam nove funcionários, dos treze existentes na Diretoria. Através desta seção eram publicados, no diário *Folha da Manhã* (PE), boletins estatísticos contendo os levantamentos realizados desde o censo de quartos, hotéis e pensões, até números referentes ao consumo de carnes verdes. Esses dados, muitas vezes, eram reportados ao IBGE, para comporem o Anuário Estatístico Brasileiro.

A seção de *Propaganda e Turismo* possuía em seu corpo de funcionários contando com o seu responsável, José Césio Regueira Costa, três, dos treze servidores existente na DEPT¹²⁴. Subdividida em documentação, propaganda-publicidade e turismo, esta seção foi a responsável por produzir e arquivar boa parte dos vestígios documentais que ficaram para a posteridade: desde o seu acervo fotográfico até programas de rádio, assim como os incentivos à prática cinematográfica. No que se refere ao turismo, estava sob sua jurisdição a realização de excursões e a parceria entre empresas privadas e o setor público¹²⁵.

Nos primeiros meses de atividade da PROPTUR, ela funcionou precariamente pelo fato de não haver, segundo Souza Barros, funcionários qualificados para assumir a posição. Césio, que tomou o seu posto em 1940, trabalhava na Diretoria das Docas e do Porto do Recife e quando esta teve as suas atividades encerradas, foi convidado para o cargo vago. Até então, a função era realizada pelo próprio diretor da DEPT¹²⁶.

¹²³Denominação dada pela própria Diretoria.

¹²⁴Todas as informações deste parágrafo foram retiradas de: PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Decretos e Atos*. Recife: Imprensa Oficial: jan.-dez. 1939. [Apeje].

¹²⁵BARROS, Manoel de Souza. Relatório Apresentado ao Prefeito Municipal do Recife pela Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo. *Arquivos*, N.1, Vol.1, 1942.

¹²⁶Todas as informações deste parágrafo retirei do: BARROS, Manoel de Souza. Relatório apresentado pelo Diretor da DEPT ao Prefeito Municipal do Recife. In. *Revista Arquivos*. Recife, Vol.1 – N.1 de 1941. [Acervo do IAHGP].

A seção de propaganda e turismo, ao contrário da de estatística, não possuía tanto detalhamento de suas funções. O padrão que serviria de norte para guiar as ações da DEPT no quesito do turismo seria inicialmente baseado nas diretrizes pensadas pelo *Touring Club do Brasil*, as quais não bem documentados citados pela Diretoria. Ficaria a cargo de Souza Barros baixar uma portaria especial definindo os caminhos para aquela seção¹²⁷. Talvez, este campo estivesse em aberto na proposta publicada pelo prefeito, pois o nome responsável pela *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* estivesse ainda incerto. Uma carta enviada ao prefeito Antônio Novaes Filho, pelo jornalista e inspetor federal de educação secundária, José Campello, em abril de 1939, deixa a sugestão:

Infelizmente depois de consulta feita ao Ministério da Educação, não pode o governo Federal pôr-me a disposição do seu governo do Estado, para que, em seguida, passasse eu a ocupar, em comissão, o lugar de Diretor do novo Departamento Municipal, onde, à parte a modéstia, eu poderia prestar mais alguns serviços úteis à cidade. Continuarei, entretanto, a empregar o melhor dos meus esforços em cooperar com a sua brilhante administração na Comissão do Plano da Cidade, de que faço parte, ainda devido a sua intervenção esclarecida e generosa.¹²⁸

Embora José Campello tenha sido impossibilitado de aceder ao convite, como apresenta o excerto, ele assumiu o cargo de redator do *Folha da Manhã* (PE), função que não requeria nenhuma autorização ou liberação. Este cargo proporcionou a Campello a presidência do Associação de Imprensa de Pernambuco¹²⁹.

Faltando dois meses para a criação da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* sem ninguém para assumi-la, Novaes Filho recorreu ao IBGE para que lhe indicasse um nome para a função¹³⁰. O sugerido foi Manoel de Souza Barros que atuava na *Diretoria de Estatística do Estado*. Quando assumiu, ele não utilizou o

¹²⁷PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Op. Cit.*

¹²⁸Carta de José Campello a Novaes Filho. Acervo José Campello – JC. CA1doc1 [Fundaj].

¹²⁹Sobre a gestão de José Campello enquanto presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco ver: MAIA, Carlos Leite. *50 anos da AIP: Associação de Imprensa de Pernambuco*. Recife:Ed. Massangana, 1982.

¹³⁰Quadros e índices da phase de realizações que estamos vivendo. *Folha da Manhã* (Matutino)-PE, 11/05/1939.

Touring Club do Brasil como parâmetro, mas um Congresso Internacional de Turismo ocorrido na Califórnia em 1937. As diretrizes deste congresso, ao contrário do que sugeri como tendo sido uma proposta do TCB, indicavam possíveis vínculos com o comércio, definindo os limites das atuações estatais e de empresas particulares. Portanto, o turismo era uma atividade que deveria gerar lucro. E para a isto, algumas diretrizes foram assumidas pelos integrantes da Diretoria como as suas próprias:

fomento e desenvolvimento das indústrias típicas nacionais; preservação de costumes, festas e celebrações regionais e indígenas; preservação de festivais e folclores inter-americanos; restauração e preservação de tesouros históricos e arquiteturas [sic], coloniais e naturais; preservação do meio ambiente típico, das belezas naturais e do patrimônio artístico existente; regularização adequada do zoneamento e das construções urbanas: regulamentação adequada de zoneamento e da construção de hotéis; reserva de campos destinados a turistas; provimento de serviços para automóveis e facilitação de novos centros turísticos.¹³¹

Embora o tempo verbal do texto do qual retirei este excerto esteja no futuro do pretérito, indicando o que o governo deveria fazer, ele apresenta uma proposta alternativa à unilateralidade do *Touring Club do Brasil*. Desse modo, indica outras formas de se pensar o turismo diferentemente de boa parte da historiografia deste campo que se dedicou a estudar este período de pesquisa¹³².

As referências apresentadas por Souza Barros como proposta para o turismo no Recife, talvez indiquem a diversidade de suas experiências enquanto leitor. Nascido no município de Itambé, no ano de 1903, veio logo cedo para o Recife onde realizou os seus primeiros estudos. Em princípios do século XX, participou das greves operárias e auxiliou na fundação do Partido Comunista em Pernambuco, no ano de 1922. Depois de algumas instabilidades, voltou para a sua cidade natal onde foi eleito para o cargo de prefeito municipal. A trajetória de Souza Barros ainda carece de um estudo mais cuidadoso para não incorrer em simplificações. Porém, José Césio Regueira Costa, que trabalhou com ele durante longos anos, no prefácio escrito para o livro *A Década 20 em Pernambuco*, sugeriu algumas indicações. No texto, Césio se

¹³¹Organização de Estatística Propaganda e Turismo de Pernambuco. *Gazeta de Notícias* (RJ), 25/09/1939. Este excerto foi originalmente publicado no Relatório enviado pela DEPT ao prefeito do Recife, que farei menção mais adiante.

¹³²Ver tópico anterior.

questiona depois da morte de Barros, “angustiado pelo trágico nunca mais”, onde iria parar “tão importante fonte de conhecimento de pesquisas?”. Sua biblioteca abrangia um “largo espaço de assuntos; crítica; romances; ensaios; poesia; filosofia; economia; administração; sociologia, etc.”¹³³.

As classificações a ele atribuídas durante o período, estava sempre vinculada às qualidades que possuía enquanto estatístico, por isso, boa parte das pessoas que produziram a documentação utilizada aqui, o trata como sendo o *técnico* Souza Barros. Ao longo da sua trajetória outras categorias foram sendo incorporadas à sua imagem, como sugere o autor do prefácio do livro *A Década 20 em Pernambuco*¹³⁴.

Durante o período em que esteve à frente da DEPT, ainda segundo Regueira Costa, Souza Barros realizou a “estatística municipal, através de todos os índices de vida da cidade; ele sugeriu a criação de uma Discoteca Pública, para divulgação de música erudita, lembrou da necessidade da instalação das chamadas bibliotecas distritais e realizou memoráveis exposições(...)”¹³⁵. Embora, o próprio Césio se ausente destas realizações em sua narrativa, tendo em vista que em outros momentos ele próprio aparece como um agente primordial nas iniciativas mencionadas, a memória de que o diretor da DEPT era um sujeito que tinha afino pelo trabalho e pelos livros, é consenso entre as pessoas que trabalharam com ele, ou que presenciaram suas atividades¹³⁶.

Souza Barros também lembrou anos depois, a sua participação na *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*. Período em que lançou uma publicação intitulada por ele de revista *Arquivos*, na qual: “jamais permiti que se inserisse na mesma, retrato de qualquer autoridade, nem de Prefeitos nem de interventores à época, sempre recusei quaisquer artigos e colaborações que trouxessem informações laudatórias e de promoção das autoridades a quem servia”¹³⁷. Embora ele tenha escrito

¹³³BARROS, Manoel de Souza. *A Década 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985. P. 15.

¹³⁴Ibidem. Nas entrevistas que realizei, Souza Barros foi chamado por todos os entrevistados de Dr. Souza Barros, dando a entender que ele era uma pessoa importante e ocupava alguns lugares de prestígio.

¹³⁵Idem. Pág. 16.

¹³⁶Nas entrevistas que realizei com o Edson Nery da Fonseca e com Wilton de Souza, esta é uma tônica em comum.

¹³⁷BARROS, Manoel de Souza. *Op. Cit.* Pag. 5. Tratarei da Revista *Arquivos* no Segundo capítulo.

linhas semelhantes no primeiro volume da revista, o fato de relembrar justamente este episódio anos depois serviria, talvez, para demarcar um distanciamento no momento em que escreveu.

No entanto, no início dos anos de 1940, o autor parecia ser muito próximo de um grupo que fazia parte do núcleo decisório do governo de Agamenon Magalhães. Nestes anos, “fascinado por amigos influentes, aderiu à religião católica” e colaborou com a realização da Primeira Semana de Ação Social Católica do Recife. Próximo a sujeitos como Milton Pontes, que à época era secretário de governo do Interventor, ou mesmo, Rodolfo Aureliano, juiz de direito¹³⁸. Essas relações poderiam colocar Souza Barros em uma posição de certo destaque dentro do serviço público, como posteriormente aconteceu, acumulando os cargos de Secretário da Defesa Passiva Anti-Aérea, Presidente da Comissão de Tabelamentos e responsável pelo recadastramento das Ruas do Recife¹³⁹.

No primeiro relatório apresentado pelo diretor da DEPT ao prefeito Antônio Novaes Filho, Souza Barros afirmou que ao criar aquele departamento o gestor municipal deu “ao *problema do turismo* uma atenção especial, nunca cogitada antes, quer por parte dos Governos do Estado, quer por parte das administrações municipais”¹⁴⁰. No mesmo texto elencou, fundamentado no congresso realizado na Califórnia, os limites do dever de um órgão oficial no que se refere ao turismo. A este não caberia promover excursões e cruzeiros, e sim dar as condições adequadas para aquela atividade se desenvolvesse. Assim, empresas de caráter comercial que explorassem o turismo como sua fonte de renda, teriam apoio do poder público municipal, porém: “qualquer medida de auxílio à empresa particular só poderá ser estudada, mediante proposta concreta da parte interessada, dentro da praxe que regem o assunto, no país, ou mesmo com adoção da experiência estrangeira”.¹⁴¹ Essa praxe faz referência à legislação vigente no Brasil, o Decreto-Lei N. 2.440, promulgado em 23 de julho de 1940, que normatizava questões referentes à instalação

¹³⁸Idem. P. 14.

¹³⁹Relatório apresentado pelo Diretor da DEPT ao prefeito municipal. *Revista Arquivos*, n. 1 e 2 de 1944.

¹⁴⁰BARROS, Manoel de Souza. Relatório Apresentado ao Prefeito Municipal do Recife pela Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo. *Arquivos*, N.1, Vol.1, 1942. Pág. 242.

¹⁴¹Idem. Pág. 243.

de agências de viagem, das quais tratarei no próximo capítulo. Nesse sentido, ficaria a cargo do governo municipal dar as condições e estabelecer um ambiente propício para o desenvolvimento turístico da capital pernambucana. Dentre as atividades iniciais, “desenvolver a indústria hoteleira e criar e conservar as estradas” estavam dentro das prioridades¹⁴².

A proximidade do Interventor Federal em Pernambuco com os meandros do governo getulista, trazia para o seu estado certos benefícios. A utilização do crédito hoteleiro é um bom exemplo disto. Oferecido pelo Governo Federal para ser investido em construção de hotéis e no fomento à atividade turística, este crédito contemplou diversas localidades hoje consolidadas como ponto de destinação. No estudo preliminar feito pela seção de Turismo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)¹⁴³, foram indicados alguns lugares para a destinação dos recursos: Manaus, “centro da região amazônica, hoje muito procurada, e com hotéis pequenos e desconfortáveis”, Belém, “centro de comunicações internacionais (...) oferecendo grandes recursos turísticos”, São Luiz, que possuía “qualidades turísticas apreciáveis”, Salvador, “com hotéis deficientes e insuficientes para a sua grande importância turística”, Porto Alegre, que necessitava de um “novo e confortável hotel, compatível com o desenvolvimento turístico que experimenta nesses últimos anos”, o estudo ainda contemplava outros municípios¹⁴⁴. Nenhuma cidade pernambucana foi citada no ofício, no entanto, parte do recurso destinado à criação de hotéis e ao fomento do turismo veio parar no estado administrado por Agamenon Magalhães.

O crédito hoteleiro recebido por Pernambuco para investir na construção de um grande hotel não foi destinado ao Recife que já possuía o seu desde 1938. A cidade contemplada foi Garanhuns, localizada no agreste pernambucano. No mês de setembro de 1941 houve a divulgação das localidades beneficiadas pelo o crédito, porém, sete meses antes em um comunicado oficial da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* estava escrito que: “mesmo sem propaganda, Garanhuns vem

¹⁴²Idem. Pág. 211

¹⁴³O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 1939 pelo Decreto-Lei N. 1.949, de 30/12/1939, cujo objetivo seria o de gerir as atividades de imprensa e propaganda exercidas no território nacional.

¹⁴⁴ Ofício Enviado por Lourival Fontes ao Presidente Getúlio Vargas. DG/420/550.2. 18/09/1941. Fundo Agência Nacional [AN].

conseguindo impor-se como centro de repouso (...) A iniciativa da criação de um grande hotel naquela cidade não deve tardar. Um grande hotel e propaganda adequada poderão transformar Garanhuns na cidade-repouso do norte do país”¹⁴⁵. No mês de dezembro, em outro comunicado do mesmo gênero foi anunciada a conclusão da monografia: “Garanhuns, seu clima e suas possibilidades turísticas”, enviado para o interventor do estado e para o Departamento de Imprensa e Propaganda, estando este último “interessado em promover, mercê do crédito hoteleiro, a construção de um grande hotel naquela cidade climática”¹⁴⁶. Mesmo estando de jurisdição municipal, a DEPT possuía amplitudes estaduais, já que a interventoria de Agamenon Magalhães não teve em seu organograma, até dezembro de 1942, nenhum órgão responsável pela atividade turística. Isto só aconteceu com a criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)¹⁴⁷.

Outras iniciativas também foram pensadas pelos integrantes da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* no intuito de transformar o espaço da cidade do Recife e algumas cidades do interior em pontos de interesse dos visitantes. Além de hotéis era necessário também dotar, segundo eles, as estradas de sinalização e abrir acesso à regiões com algum potencial turístico. Foi nesse sentido que os membros da DEPT fecharam parcerias com prefeitos das cidades interioranas com o objetivo de não onerar o orçamento da prefeitura municipal do Recife¹⁴⁸.

Como foi o caso do “Dr. Clementino Cavalcanti”, prefeito do Cabo de Santo Agostinho que estava atento à chegada do verão, quando “os passeios aos pontos pitorescos do interior, aos lugares históricos e às lindas praias do Estado, vão tendo os seus ‘afficionados’”. Segundo o jornalista, que escreveu o artigo para a *Folha da Manhã* (PE), Clementino havia compreendido bem a tarefa de se criar acesso a lugares mais afastados do Recife, “mesmo quando elas não têm finalidades econômicas de primeira mão”. Nesse sentido, o prefeito daquele município melhorou a estrada que levava até Gaibú e de lá até pontos de visitação como o Forte Pontal de

¹⁴⁵Garanhuns, cidade de Repouso. *Folha da Manhã* (matutina), 19/04/1941.

¹⁴⁶Garanhuns. *Folha da Manhã* (matutina), 10/12/1941.

¹⁴⁷*Diário Oficial do Estado*. 19/12/1942. N.283 – Ano XIX.No próximo tópico deste capítulo, discutirei de forma mais pormenorizada a atuação do DEIP em Pernambuco.

¹⁴⁸Todas as informações deste parágrafo foram tiradas desta referencia: BARROS, Manoel de Souza, *Op. Cit*,1942. P. 272.

Nazareth, “e que Mostra a essa altura, toda a visão panorâmica da Barra de Suape”. Com a parceria realizada entre o município e a Secretaria de Viação Obras Públicas de Pernambuco, por intermédio da DEPT, tornou-se possível “do Recife a cidade do Cabo, propriamente, viajar, hoje, comodamente, pelos trilhos de concreto inaugurados a pouco”¹⁴⁹. Foram criados da mesma forma, vias facilitadas para Itamaracá e outras localidades com o intuito do desenvolvimento do turismo intermunicipal e da criação de fins de semana, ou o “weekend dos ingleses”¹⁵⁰.

Porém, é preciso compreender a que Souza Barros estava se referindo quando escrevia sobre turismo. José Césio Regueira Costa recordando dos anos oitenta qual a compreensão daquele conceito por Souza Barros, escreveu:

Posso dizer, sem receio de que me contestem, que pela primeira vez no Recife se falou de turismo – sobretudo àquela espécie de turismo que era tão cara a Souza Barros, o turismo doméstico, popular, cultural, destinado às classes menos favorecidas economicamente – do que até agora não se cuidou.¹⁵¹

Ao apontar o interesse de Souza Barros por uma espécie de turismo específica, Césio alertou para a possibilidade da existência de noções distintas daquela atividade. O próprio Souza Barros deixou algumas dicas a este respeito. Em um de seus textos, escreveu que o desenvolvimento da atividade turística no Recife dependia de um balanceamento entre o turismo interno e externo¹⁵². Ou seja, tanto os visitantes que chegavam ao Recife, quanto aqueles que eram da cidade, deveriam ser atraídos às agências especializadas no setor. Porém, ao que parece, aquela primeira espécie de turismo ganhou espaço a partir do momento em que o fluxo da entrada de visitantes estrangeiros diminuía por conta dos agravos da II Guerra Mundial¹⁵³.

Levantando o argumento de que “milhares de pessoas não gozam de férias, no Recife, no interior, nos outros estados do Nordeste porque, praticamente não têm aonde ir”, os integrantes da DEPT, mais notadamente Souza Barros e Césio Regueira Costa, insistiam no fato de que a capital pernambucana precisava de

¹⁴⁹As citações diretas utilizadas até aqui foram retiradas de: A Estrada para Gaibú. *Folha da Manhã*, 18/12/1940.

¹⁵⁰ BARROS, Manoel de Souza, *Op. Cit*, 1942. P. 211.

¹⁵¹ Idem. P. 16.

¹⁵² Idem. P. 17.

¹⁵³Durante o ano de 1942 foi registrado no porto do Recife o número de 19.486 passageiros. Em 1943, depois do engajamento do Brasil na Guerra, o quantitativo foi reduzido para 1.476.

empresas especializadas para direcionar os seus clientes a conhecerem os atrativos da cidade. Até porque, segundo um comunicado da *Diretoria* à Rádio Club de Pernambuco, o Recife era uma “cidade elegante, sem derrames, mas de grande poesia onde ‘uma canção na água e uma bandeira ao vento’, lhe emprestam logo uma cor de festa”. E que, só seria conhecida, se houvesse a dimensão de que “o turismo é uma coisa que se oferece e que se compra”¹⁵⁴.

O turismo defendido por Souza Barros, em nome da DEPT, até o encerramento das suas atividades, era de que tal prática deveria ser, sobretudo, um comércio. Segundo ele, “o turismo constituindo objeto de venda, terá que condicionar uma propaganda permanente; ser anunciado e mantido à vista do “comprador potencial”. Afinal, “vende-se tudo neste mundo, desde que se possa e se saiba anunciar”¹⁵⁵.

A partir do momento em que, no início dos anos de 1940, a *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, define como deveria se organizar o setor turístico na capital pernambucana, tem-se a necessidade de colocar isto em prática. Porém, como mencionei linhas acima, a DEPT não atuava sozinha em suas atividades. Contava com outras instituições que algumas vezes definiam as suas práticas de forma distinta do que a apresentada por Souza Barros.

É com o intuito de entender a atuação dessas outras instituições e quais sujeitos estavam pensando sobre o turismo naquele Recife, que apresentarei o próximo tópico desta dissertação.

¹⁵⁴Centro de Turismo. *Folha da Manhã* (matutina), 29/09/1940.

¹⁵⁵BARROS, Manoel de Souza. Turismo é Comércio. *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, n.1, p. 1940. P. 52.

1.5 Entre turismos, estados e civis

Hélio Viana, professor, jornalista e historiador, nasceu em Belo Horizonte, mas atuou grande parte da sua vida no Rio de Janeiro onde ocupou lugares importantes para a produção de interpretações sobre o passado brasileiro. Porém, não era apenas o passado que o interessava. As dinâmicas do seu presente faziam com que ele escrevesse diversos artigos sobre assuntos genéricos, inclusive, turismo. Talvez, esta última atividade estivesse entre as suas principais temáticas de escritas avulsas, tendo em vista, o seu envolvimento pessoal com assuntos relacionados ao desenvolvimento de uma atividade turística no Rio de Janeiro.

A pesquisadora Valéria Guimarães apresentou um pouco do envolvimento daquele historiador com a prática turística, pesquisando no arquivo pessoal deste, localizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dentre os alfarrábios deixados, haviam textos escritos por Viana para a *Revista Brasileira de Turismo*, além de manuscritos dos seus artigos publicados em jornais. Um destes, citado por Guimarães, foi publicado no Jornal do Commercio (RJ) em 1940, e merece aqui um destaque: “O Touring Club do Brasil (TCB) [é uma] entidade fundada por um grupo de *personalidades da alta sociedade* e do mundo dos negócios, com o objetivo de dar início à propagação dos recursos turísticos do país”¹⁵⁶.

Quando Hélio Viana atribuiu a alguns dos fundadores do TCB o status de pessoas de “alta sociedade”, estabeleceu algumas distinções em relação ao lugar destes e a que se propunham. Se o historiador realizasse a mesma análise na instalação de um escritório do referido Club no Recife, talvez classificasse os seus frequentadores de modo semelhante, senão em níveis de fortuna, mas pelo menos em termos de representatividade frente aos cargos que ocupavam. O delegado daquela instituição na capital pernambucana era Apolônio Salles, também secretário de Agricultura do governo de Agamenon Magalhães.

Definir, naquele momento, a fronteira entre o que significava praticar um turismo institucionalmente vinculado ao Estado e algum outro, realizado aparentemente por uma “sociedade civil”, parece uma tarefa árdua para o historiador

¹⁵⁶GUIMARÃES, Valéria Lima. *Op.Cit.* p. 133. (Grifos meus)

contemporâneo. Apolônio Salles, não era apenas o secretário de Agricultura de Pernambuco, possuía também, 2% das ações do periódico *Folha da Manhã* (PE), cujo sócio majoritário, como já mencionei, era o próprio interventor federal Agamenon Magalhães com 45% das ações¹⁵⁷.

Diferentemente de São Paulo, Belo Horizonte ou Salvador, o Recife não possuía uma sede do *Touring Club*. No entanto, em 1938, foi instalado na capital pernambucana, um escritório do qual restou pouca documentação a respeito¹⁵⁸.

Em 1939, comentando a criação da *Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo*, Souza Barros informou a seus leitores que o “Dr. Apolônio Salles, como delegado do Touring Club, em Pernambuco, já transmitiu ao Rio com muita segurança, a opinião que será refletida pelo nosso prefeito a esse propósito”, e concluindo o texto, ele transcreveu as “próprias palavras do secretário de Agricultura”¹⁵⁹. Aqui, mesmo sendo anotada por Barros a identidade de “delegado do Touring Club”, parece que não há um descolamento entre esta função e a que Apolônio exercia junto a Agamenon Magalhães, na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Possivelmente, a própria ida ao Rio de Janeiro não estivesse diretamente relacionada com a divulgação de um plano de turismo, feito pela Prefeitura Municipal do Recife, e sim com outras atividades, as quais Salles estivesse envolvido com mais afinco. Dois meses após a partida rumo à Capital Federal, Getúlio Vargas nomeou-o integrante da comitiva de representantes brasileiros na “Reunião de Peritos em Algodão, a realizar-se em Washington, a partir de 5 de setembro de 1939”¹⁶⁰. Em 1942, foi nomeado por Vargas, com o intermédio de Agamenon Magalhães, ministro da agricultura¹⁶¹.

No mês de janeiro de 1941, o *Touring Club do Brasil* realizou outra excursão rumo a Amazônia e como de costume parou algumas horas em Pernambuco. Cento e vinte turistas a bordo do D. Pedro II estiveram no Recife conhecendo e registrando as suas impressões sobre a vida na cidade. Alguns carros com a marca do *Club* fixada

¹⁵⁷Folha da Manhã S.A. *Diário do Estado*, N. 95. 03/05/1939.

¹⁵⁸*Jornal Pequeno*, 08/09/1938.

¹⁵⁹Quadros e índices da phase de realizações que estamos vivendo. *Folha da Manhã*, 11/05/1939.

¹⁶⁰Vae participar da Reunião em Peritos em Algodão. *Correio da Manhã* (RJ), 26/07/1939.

¹⁶¹Carta de Agamenon Magalhães a Getúlio Vargas comunicando que Apolônio Salles aceitou o convite para o cargo de Ministro da Agricultura, 09/02/1942. CPDOC/FGV – GV c 1942.02.09.

nas portas já estavam no porto à espera dos visitantes. O prefeito da cidade, Antônio Novaes Filho, o diretor de DEPT, Souza Barros, o historiador e jornalista, Mário Melo, somando ainda alguns assistentes, fariam a recepção dos visitantes durante um dia inteiro de programação¹⁶². Não há registro da presença de Apolônio Salles na recepção, e nem há menção sobre ele em nenhum momento nas notícias consultadas a esse respeito.

Agamenon Magalhães, interventor Federal em Pernambuco, tendo recebido os excursionistas em seu gabinete, fez um pronunciamento aonde deixou registradas nas páginas da *Folha da Manhã* (PE) suas impressões sobre a atividade realizada pelo TCB. Para ele: “o Touring Club está prestando um grande serviço ao Brasil. Ao Brasil e aos brasileiros”, tornando possível a estes “o encontro de irmãos, tão unidos pelo espírito, pelas necessidades e sofrimentos comuns e separados pela distância e condições de vida tão diversa”¹⁶³. O sentido atribuído por ele às atividades do Clube, não estava muito distante de outros artigos que escrevia naquele periódico. Ou seja, não era totalmente estranho aos leitores daquele jornal o argumento de que o Brasil deveria ser exaltado como uma unidade.

Um jornalista do *Diário de Pernambuco* também comentou a visita do paquete Pedro II ao Recife. Em suas linhas observou que aquele intercâmbio precisava desenvolver-se e o momento não poderia ser mais oportuno: “O brasileiro, que viaja para a Europa ou para a América deixou de o fazer. Pois então viaje pelo seu próprio país, conheça suas cidades”¹⁶⁴. Esta, por sua vez, não foi apenas a opinião do autor da coluna diária *Coisas da Cidade*, foi publicado também pelos integrantes da DEPT através de um comunicado oficial daquela instituição, cujo título era *5º Cruzeiro Turístico ao Norte*, no qual afirma que, apesar de todos os empecilhos causados pela guerra, foi possível realizar pelas margens do Oceano Atlântico uma excursão daquela natureza. “A importância destes cruzeiros, para a aproximação dos extremos do país e das diversas regiões que formam a comunidade brasileira, não é mais objeto de dúvida”, e afirmou: “o turismo que nos interessa e que tem todas as

¹⁶² Estiveram, ontem, de passagem por esta cidade, os excursionistas do Touring Clube do Brasil. *Jornal do Commercio* (PE), 10/01/1941.

¹⁶³ MAGALHÃES, Agamenon. O TURISMO. In. *Idéias e Lutas*. Recife: Ed. Raiz, 1985. Este texto foi originalmente publicado no jornal *Folha da Manhã*, no dia 15/01/1941.

¹⁶⁴ Coisas da Cidade. *Diário de Pernambuco*, 10/01/1941.

possibilidades de um desenvolvimento é, sobretudo, o turismo interno”¹⁶⁵. Como sugeri ao longo do texto, essa espécie de prática turística possuía uma significativa amplitude de leituras.

Ao que tudo indica, a importância do *Touring Club do Brasil* no Recife estava vinculada mais às excursões realizadas pelos *clubs* do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, do que necessariamente por uma atividade desenvolvida na própria capital pernambucana.

Gilberto Freyre, à época já um escritor consagrado, escreveu do Rio Janeiro comentários sobre a empreitada da atividade turística dentro do Brasil. “É muito fácil”, afirmava o escritor pernambucano, “dizer-se que o brasileiro precisa conhecer o Brasil, de ver o Norte, de ir ao Centro e ao Sul; ao Amazonas, a Paulo Afonso, às Missões”. Porém, as “dificuldades que se levantam contra a pessoa animada de tão boas e patrióticas intenções [sic]” eram, segundo ele, incontáveis. E se perguntava: “Que poderemos dizer dos navios e dos trens brasileiros senão que são quase todos sujos e sem conforto e às vezes sem atenção pelos pobres passageiros que os deixam apodrecer como uns trapos pelos portos e pelas estações?”¹⁶⁶.

Certa vez, estavam Silva Melo, Gastão Cruls, José Lins do Rego e Freyre, “patrioticamente interessados em conhecer o Brasil”, viajando por um dos “mais ilustres estados do Sul”. Durante a viagem o trem precisou parar e ficaram longas horas “melancolicamente de molho em uma estaçõzinha qualquer”. Com o capital de bom humor em franco declínio, remeteram um telegrama ao diretor da companhia de trens reclamando da situação à qual foram submetidos.

Segundo Freyre, as viagens realizadas em território brasileiro, seja por mar ou por terra, eram cheias “não daqueles pequenos acidentes que acentuam o sabor esportivo das excursões desse gênero, mas transbordantes contratempos que resultam horrível desorganização entre nós”. A vontade patriótica, à qual se referiu, não seria suficiente para garantir aos brasileiros um conhecimento entre irmãos, como em 1941 se referiu Agamenon Magalhães. Porém, o sociólogo sabia que em outros lugares do Brasil existiam alguns rincões dedicados a promover a atividade de viagem. “Seus

¹⁶⁵5º Cruzeiro de Turismo ao Norte. *Folha da Manhã*, 5/1/1941.

¹⁶⁶FREYRE, Gilberto. Turismo no Brasil. *Correio da Manhã* (RJ), 13/01/1942.

diretores já devem ter pensado nesses e em muitos outros problemas ligados ao lado humano do turismo”. Para Freyre, não era apenas a paisagem que constituiria tal prática, mas sim a humanização. Sem ela, o “turismo permanecerá na sua fase heroica de bandeirismo sem glória”¹⁶⁷.

A alusão feita por Freyre a certos diretores que estavam pensando sobre os problemas da atividade turística, fazem, possivelmente, menção a Manoel de Souza Barros. Em outra ocasião o escritor pernambucano fez referência à criação da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, dizendo que o diretor daquela instituição “vem desenvolvendo uma inteligente atividade” à frente do departamento¹⁶⁸.

No início dos anos de 1940, o patriotismo interessado de Gilberto Freyre, talvez não fosse visto da mesma forma pelo Interventor Federal em Pernambuco. Até porque, para Agamenon Magalhães, o último sentimento a ser atribuído àquele sociólogo seria o de patriota. Quatro meses depois da publicação do seu artigo sobre o turismo no Brasil, Freyre enviou um telegrama a Gustavo Capanema: “participo ilustre amigo estou sendo objeto de perseguição da parte do interventor de Pernambuco. Sem pedir caridade ou benevolência sua ou de quem quer que seja, apenas comunico fato”¹⁶⁹. O resultado desta perseguição foi a prisão de Freyre no Recife com o argumento de ter escrito um artigo de cunho *subversivo* no *Diário de Pernambuco*¹⁷⁰.

A trama na qual o escritor pernambucano estava enredado, dá a dimensão do quão complexo é atribuir um sentido único a noções tão difusas como a de Estado Novo. A prisão de Gilberto Freyre repercutiu em diversas instâncias governamentais, a ponto de o próprio Getúlio Vargas escrever uma carta a Agamenon Magalhães perguntando o motivo do recolhimento daquele autor à cadeia. Ou seja, se de um

¹⁶⁷Todas as citações diretas dos dois últimos parágrafos foram retiradas da mesma notícia de duas notas anteriores.

¹⁶⁸FREYRE, Gilberto. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. P. 226. [Acervo Pessoal]. No segundo capítulo desta dissertação farei um debate mais aprofundado sobre guias do Recife.

¹⁶⁹Telegrama de Gilberto Freyre a Gustavo Capanema. GC b Freyre, G. [CPDOC/FGV]

¹⁷⁰ Telegrama de Agamenon Magalhães a Gustavo Capanema. AGM c 1942.06.13/2. [CPDOC/FGV].

lado o regime em Pernambuco era hostil ao sociólogo, de outro a sua prisão era vista como uma estranha notícia¹⁷¹.

Paulo Cavalcanti, advogado pernambucano, ao lembrar daqueles anos, narrou um incidente ocorrido durante uma revista policial em sua casa. Houve apreensão de alguns livros e dentre eles estava *Casa-Grande e Senzala*, “que já naquela época era visto como um livro perigoso pela polícia”. Para definir o significado de Estado Novo no Recife, Cavalcanti recorreu a uma classificação cunhada, segundo ele, pelo próprio Gilberto Freyre: agamenonismo¹⁷². Dito de outra forma, para o sociólogo pernambucano não havia tanta correlação entre o regime instaurado por Vargas e as práticas governamentais realizadas em sua terra natal, chegando ao ponto de converter em adjetivo as práticas de Agamenon Magalhães em Pernambuco.

O texto de Gilberto Freyre sobre turismo pode ser apreendido de maneiras distintas. Em primeiro lugar, ele estava inserido em um momento no qual ouvir falar, ou mesmo ler notícias sobre a prática turística como uma possibilidade de exercer certa forma de nacionalismo, era aparentemente comum no Recife, ou mesmo no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, apesar das dificuldades de se locomover e planejar a atividade turística, ainda sim alguns realizavam a empreitada de promover a sua organização. Possivelmente, como sugeri, a experiência recifense serviu de parâmetro para Freyre estabelecer uma ideia do que significava tentar promover aquele setor no Brasil.

Isto não é gratuito. A *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* noticiava através do seu *Minuto do Porto e da Cidade* notícias de outros grupos que também tinham entre as suas atribuições a promoção do turismo no Recife. Isto quer dizer que muitas das experiências de instituições responsáveis por incentivar aquela atividade, tinham como filtro, entre elas e os seus leitores, a DEPT.

No caso do *Automóvel Club* essa dinâmica tornou-se patente a partir da organização da 1ª *Semana de Trânsito do Recife* ocorrida nos primeiros meses de 1941. Diferentemente de outras organizações como o *Rotary Club de Pernambuco*,

¹⁷¹AGM c1942.06.30 [CPDOC/FGV].

¹⁷²CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto o caso como foi*. Recife: Ed. Guararapes, 1980.

que publicava semanalmente um resumo das suas reuniões no *Jornal do Commercio* (PE), e no *Folha da Manhã* (PE), o ACP dificilmente registrava publicamente as suas ações na imprensa¹⁷³. Na semana de trânsito, foram realizadas inúmeras reuniões das quais o auto-clube participou ativamente, mas não publicou nenhuma nota a respeito nos periódicos que consultei. Nesse sentido, segundo artigos da DEPT, a principal atividade do ACP era colaborar com o poder público na sinalização das estradas e auxiliar os seus associados no socorro aos veículos, funcionando em termos atuais, como uma espécie de seguradora. Um comunicado oficial da DEPT, cujo título era *O Automóvel Clube*, informou a compra de mais um “carro socorro” com guindaste, combustível extra e outros instrumentos que “livrarão os motoristas em tempo ‘record’ de todos os enguiços possíveis”. A conclusão do artigo afirmou que o ACP não era “apenas um clube esportivo, vem no decorrer da sua vida às vezes tormentosa, se afirmando como uma organização informada por uma viva noção de serviço público”¹⁷⁴.

Experiências como estas já ocorriam em outras partes do Brasil e também da Argentina. A historiadora Melina Piglia dedicou a sua tese de doutoramento às associações como o Automóvel Club e o Touring Club naquele país, partindo da premissa de que tais instituições representavam a união de uma sociedade civil em torno dos assuntos automobilísticos e turísticos. No entanto, a atividade daqueles clubes na capital argentina parece ter sido mais exitosa do que as brasileiras. A associação de autos em Buenos Aires e também do Rio e de São Paulo, promoviam desde o começo do século XX, aquele tipo de suporte aos seus associados, os quais me referi no parágrafo anterior¹⁷⁵.

No estatuto da DEPT estava previsto que o *Automóvel Club de Pernambuco* seria uma das instituições responsáveis por promover o turismo no

¹⁷³O *Automóvel Club de Pernambuco* está encerrando as suas atividades. Por algum motivo legal, sr. Fernando Leal não permitiu que eu consultasse a documentação desta agremiação. Lá constam os livros de ata e alguns panfletos das atividades do ACP.

¹⁷⁴O Automóvel Clube. *Folha da Manhã* (PE), 23/10/1941.

¹⁷⁵Ver. PIGLIA, Melina. Entre la acción civil y la ayuda mutua: el caso de los clubes de automovilistas en la Argentina de entreguerras. *Revista Transporte y Territorio N. 5, Universidad de Buenos Aires*, 2011. Pp. 6-28; PIGLIA, Melina. Asociaciones civiles y Estado en los años veinte: las intervenciones publicas del Automóvil Club Argentino y del Touring Club Argentino en matéria de vialidad y turismo. *IV Jornadas Nacionales Espacio, Memoria e Identidad* (Rosário, 2006). Sobre o caso brasileiro, ver: GUIMARÃES, Valéria. *Op.Cit.*

Recife. Esta proposta parece ter sido válida, ou amplamente divulgada, apenas para o ano de 1939¹⁷⁶. Não encontrei nenhum registro posterior a esse respeito nos períodos subsequentes.

Com o passar dos anos, até a própria *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* foi esvaziando da sua agenda pautas referentes ao turismo, e ampliando ainda mais o quesito da estatística. Mesmo publicando a *Revista Arquivos* e o *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, que possuíam textos referentes à prática turística, a irregularidade dessas publicações somadas à crise do papel, gerava um deslocamento no intuito da produção do periódico, tendo em vista que muitas vezes elas saíam do prelo com um ou dois anos de atraso¹⁷⁷.

Em dezembro de 1942, o governo brasileiro passou por uma série de modificações no rumo de suas diretrizes políticas. Uma destas foi a entrada do Major Reis para dirigir o DIP. Ao assumir o cargo, decretou a criação do *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda* (DEIP) nos estados que não o possuísem. A instituição de um órgão como este já estava previsto, não obrigatoriamente, desde os primeiros desenhos institucionais do *Departamento de Imprensa e Propaganda*, e deveria funcionar como o contato direto entre o governo e o DIP. Pernambuco foi um dos estados que optou por métodos alternativos à criação do departamento estadual de propaganda, pelo fato de possuir um jornal à disposição do governo e uma forte indústria de publicações¹⁷⁸.

No dia 18 de dezembro de 1942, Agamenon Magalhães publicou no Diário Oficial do Estado, o Decreto-Lei n. 314, que tratava da criação do *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Pernambuco* (DEIPP). Este ficava diretamente subordinado à Interventoria Federal, e tinha o objetivo de “orientar, técnica e doutrinariamente, todos os serviços atinentes a imprensa, radiodifusão,

¹⁷⁶ Excursões ao interior do estado. *Jornal do Commercio* (PE), 04/05/1939.

¹⁷⁷ Tratarei especificamente das publicações da DEPT no segundo tópico do próximo capítulo. Lá constarão todas as referências das datas das publicações, assim como as discussões em torno da ausência de papel no mercado editorial pernambucano.

¹⁷⁸O historiador Paulo Raphael Feldhues foi o único a abordar o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Pernambuco em seu trabalho, mas ainda de maneira passageira atendendo ao fato de que aquele não era o seu tema principal de pesquisa. Concorro com o argumento do autor, ao afirmar que nos anos antecedentes à criação do DEIP, a *Folha da Manhã* fazia o papel de veículo de propaganda oficial do estado. Este é um assunto que carece de pesquisa. FELDHUES, Paulo Raphael. *O Triunfo da Moral Burguesa*. Recife: Ed. Massangana, 2013.

diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo”¹⁷⁹. Embora haja registrada uma gama de atividades sob a jurisdição daquele Departamento, o quantitativo de funcionários e as suas funções dão a entender que este órgão possivelmente não atendesse efetivamente aos objetivos escritos no decreto de sua fundação. Havia apenas diretor, secretário, chefe da seção de divulgação, redatores, datilógrafo, porteiro e contínuo¹⁸⁰. Comparado à estrutura do DEIP de São Paulo, que espelhava o DIP, a quantidade de funcionários e a complexidade do organograma eram infinitamente superiores à realidade pernambucana¹⁸¹.

Isto fica um pouco mais evidente quando se analisa mais de perto o regimento do DEIP. No quesito de suas divisões internas, era apenas uma: a Seção de Divulgação. Esta concentrava todas as atividades do Departamento. A ela caberia “promover o conhecimento da vida do Estado, nos seus diversos aspectos: o espiritual, o econômico, o educativo, o histórico, o social”, previa também, “combate, por todos os meios, à penetração e disseminação de qualquer ideia contrária à nossa formação histórica, à nossa unidade e a orientação do regime nacional”, e dentre outras, “coordenar as atividades de entidades públicas e privadas referentes à propaganda turística”¹⁸².

Para assessorar aquela seção foi criado um Conselho de Divulgação sob a responsabilidade do diretor do Departamento. Formado por um representante de cada segmento: componentes de todos os jornais e revistas do Recife, da Rádio Clube de Pernambuco, do Departamento Estadual de Estatística, do Departamento de Educação, da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, da Associação de Imprensa de Pernambuco e da Associação de Profissionais Jornalistas de Pernambuco. Esta comissão servia tanto para distribuir as pautas direcionadas pelo DIP aos jornais, como para fiscalizar o que estava sendo publicado¹⁸³.

¹⁷⁹*Diário do Estado: órgão Oficial do Estado de Pernambuco – Estados Unidos do Brasil*. Ano XIX, N. 263, 19/12/1942.

¹⁸⁰*Diário do Estado: órgão Oficial do Estado de Pernambuco – Estados Unidos do Brasil*. Ano XIX, N. 58, 02/03/1943.

¹⁸¹ Sobre o DEIP/SP, ver. GOULART, Silvana. *Op.Cit.* P. 80-87.

¹⁸²*Diário do Estado: órgão Oficial do Estado de Pernambuco – Estados Unidos do Brasil*. Ano XIX, N. 55, 16/01/1943.

¹⁸³Idem.

No relatório apresentado ao Interventor Federal em Pernambuco, Nilo Pereira, nome indicado para assumir a direção do departamento, elencou as atividades realizadas durante o ano de 1943. Estas foram traduzidas pelo diretor como uma forma de tornar “cada vez mais conhecida a obra verdadeiramente ingente que o Estado Nacional vem realizando em Pernambuco, graças a uma orientação sadia e elevada e a um intenso trabalho de recuperação humana e social”. A primeira iniciativa foi a montagem da Exposição das Realizações do Estado Novo em Pernambuco, montada inicialmente na capital do país. Segundo Nilo Pereira, devido ao sucesso, veio também para o Recife, instalada no *hall* do Grande Hotel. A exposição era composta de uma série de gráficos e fotografias que ilustravam o “progresso técnico pelo qual passava Pernambuco”, fazendo uma retrospectiva de todo o governo de Agamenon Magalhães. Posteriormente, seguiu em direção às principais cidades do interior do estado¹⁸⁴.

O principal papel do DEIP era fornecer pautas de interesse do próprio governo, ou advindas do ministério da guerra, para os jornais pernambucanos. No ano de 1943, foram publicados pelo *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda*, 78 discursos, 227 notícias, 56 reportagens, 11 comunicados e 12 decretos-lei. Como bem observa o historiador Paulo Raphael Feldhues, “o DEIP realizou, através do Banco do Brasil, frequentes depósitos em favorecimento dos mais variados periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, de Fortaleza, e o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro”¹⁸⁵.

No mesmo relatório, Nilo Pereira registrou a publicação do *Guia Social do Recife*, “ trata-se de uma obra de caráter turístico, dividida em duas partes: na primeira explica-se a finalidade da grande campanha contra o mocambo (...), na segunda, dão-se as indicações turísticas das vilas operárias construídas”¹⁸⁶. A obra foi impressa em papel couché com diversas fotografias de Oscar Maia feitas exclusivamente para a publicação.

¹⁸⁴ PEREIRA, Nilo. *Relatório apresentado pelo Diretor do DEIP ao Interventor Federal em Pernambuco*. Recife, 1944. Todas as citações diretas deste parágrafo foram retiradas do referido relatório. Sobre o roteiro da exposição, existe uma série de ofícios no *Fundo Interventoria*, localizado no APEJE, mais especificamente nas caixas 09 e 10.

¹⁸⁵FELDHUES, Paulo Raphael. *Op. Cit.* P. 89.

¹⁸⁶ PEREIRA, Nilo. *Op. Cit.* P. 7

Esse guia foi o registro mais próximo que encontrei para tentar entender o que significava turismo para os sujeitos daquela Instituição. Embora vá aprofundar a análise deste livro no segundo capítulo, cabe aqui adiantar, que o Recife apresentado naquelas páginas era marcado não por suas praias ou monumentos, mas sim, pela erradicação dos mocambos e a “regeneração” de uma contenda social que há muito afligia, segundo o texto do guia, a capital pernambucana e as suas gentes¹⁸⁷. Porém, para conseguir efetivar seus objetivos manteve sempre por perto a *Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo* da Prefeitura Municipal do Recife. Havia uma intensa troca de ofícios entre as instituições. Nos livros de protocolo existentes no acervo do DEIP, por exemplo, há uma série de registros indicando a natureza deste contato. Seja para pedir informações sobre a Comissão de Tabelamento de Preços, que a partir de 1943, ficou também a cargo da DEPT, seja para solicitar cópia do acervo fotográfico da instituição municipal, para constituírem um arquivo próprio de imagens com fins propagandísticos¹⁸⁸.

A produção de determinadas atribuições ao que significava turismo naqueles anos, está imersa, até aqui, em uma dimensão estatal que produziu muitas das fontes com as quais trabalhei. Perceber isto, significa pensar a complexidade dessas denominações a partir de falas situadas no tempo e no espaço. As experiências dos sujeitos que classificavam práticas diversas sob o nome de turismo pensavam possivelmente de maneiras distintas uns dos outros tantas categorias sociais nas quais estavam imersos. No entanto, ainda é preciso esse debate de maneira paulatina, avaliar quais outras atribuições feitas ao que era ou não turismo havia na capital pernambucana. No próximo capítulo, trarei uma outra dimensão até aqui não abordada, a construção do olhar do turista. Na tentativa de construir um campo de possibilidades e de leituras farei o percurso da informação entre a edição e as suas apropriações.

¹⁸⁷*Guia Social do Recife*. Recife: Imprensa Oficial, 1943. [Acervo Pessoal].

¹⁸⁸*Livro de protocolo*, Caixa 4, Fundo Interventoria [APEJE].

II

“A Veneza austral”

Propaganda turística no e sobre o Recife

Este capítulo tem como norte a seguinte questão: quais publicações estavam disponíveis aos visitantes que chegavam no Recife, no início dos anos de 1930 até metade dos anos de 1940? Para tentar respondê-la, outras indagações apareceram ao longo da escrita. Por exemplo, quais obras, classificadas como literatura de viagem e publicadas na então capital brasileira possuíam tópicos sobre o Recife? E aos viajantes que aqui aportavam, quais guias ou narrativas estavam disponíveis na própria cidade.

Cheguei a estes questionamentos por intermédio da leitura de algumas obras que problematizam a literatura como campo de estudo. Os autores consultados não abordam apenas o conteúdo das obras as quais dedicaram os seus trabalhos, mas também o amplo e complexo mercado editorial, cada um em seu período de pesquisa. Recorri inicialmente a Robert Darton, em seu *Boemia Literária e Revolução*, obra na qual o autor analisa a produção e difusão de uma literatura ilegal na França pré-revolucionária. O estudo do historiador americano nasceu de um achado na biblioteca municipal de Neuchâtel, Suíça. Trava-se de “um enorme depósito de arquivos intocados”, contendo os documentos da *Société Typographique de Neuchâtel*¹⁸⁹.

A história contada por Darton abriu caminhos para que eu problematizasse o meu próprio objeto, com outro instrumental analítico. Mais precisamente no sexto capítulo de *Boemia Literária e Revolução*, me deparei com as possíveis aproximações entre a história do turismo no Recife no início dos anos de 1940 e aquela França do *Ancien Régime* estudada por Darton. As soluções encontradas pelo autor aos seus questionamentos foram as seguintes: “o que os franceses liam era determinado, em parte, pela maneira através da qual seus livros eram produzidos e distribuídos”. Além desta, foram postas outras duas constatações: a de que havia dois modos de produzir e distribuir livros no séc. XVIII, o legal e o ilegal, e que “as diferenças entre esses dois modos foram cruciais para a cultura e a política do *Ancien Régime*”¹⁹⁰.

¹⁸⁹DARTON, Robert. *Boemia Literária da Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. P. 8. Outro livro do mesmo autor também foi importante para pensar a circulação desses impressos e como eles interferiam, no século XVIII, é uma série de ações da monarquia francesa em relação a textos produzidos contra o regime. Ver. DARTON, Robert. *Poetry and the Police: communication networks in Eighteenth-Century Paris*. Boston: Havard University Press, 2010.

¹⁹⁰Idem. P. 182.

A primeira conclusão foi fundamental para a elaboração das perguntas com as quais iniciei este tópico. Perceber que um dos principais elementos para a leitura na França daquele período era, em última instância, delimitado pelo mercado editorial, pareceu-me fundamental para começar a me questionar, pelo menos, a existência de obras que poderiam servir de mediadoras entre o visitante e a espacialidade visitada.

No entanto, esbarrei em uma problemática na qual os questionamentos de Robert Darton serviram apenas de ponta pé inicial. Apesar de haver uma preocupação do autor com as redes legais e ilegais que compunham os mercados editoriais, me interessaria compreender caminhos metodológicos para o uso de obras literárias como objeto de análise, uma vez que não tive a mesma sorte de encontrar, como ele, o acervo de nenhuma editora. Precisei me contentar com algumas obras específicas, procurando entender como os seus autores deixaram escapar pequenos fragmentos das suas realidades.

Foi nesse sentido que o artigo de Dominique Kalifa, traduzido recentemente do francês, mostrou-se metodologicamente revelador para esta pesquisa. O texto, cujo título é, *Os lugares para o crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX*, apresenta uma geografia parisiense construída e especializada a partir das narrativas dos romances, dos folhetins, dos jornais, associando sempre o texto e a relação entre o autor e a cidade daquele momento. Ao abordar como as reformas de Haussmann interferiram nos locais onde as cenas de crime comumente aconteciam, Kalifa discute como essas narrativas foram se transformando de acordo com os novos espaços erigidos naquela Paris¹⁹¹.

Os percursos de pesquisa do autor, abriram muitos caminhos para a abordagem deste tópico. A movimentação feita entre o texto e o universo extra textual, dotado de outras tantas significações, proporciona a compreensão de uma lógica social na qual aquelas obras estavam inseridas¹⁹². Nesses termos, isto significa um olhar sobre as fontes, que permita pensar a partir delas indícios sobre o momento do qual tratam, e de seus produtores.

¹⁹¹KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris do século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n.28, p. 287-307, jan-/jun. 2014.

¹⁹²SPIEGEL, Gabrielle. *The Past as Text: the theory and practice of medieval historiography*. London: John Hopkins University Press, 1997. Especificamente a primeira parte da obra.

Para além da questão da leitura, o que está em jogo é indicar caminhos para refletir sobre a experiência do sujeito com a cidade. Talvez, não seja uma reflexão tão radical como a de Daniel Boorstin, que acredita no fato de que a experiência das pessoas em férias, ou viagem a lazer, está inserida dentro de uma “bolha ambiental” gerada por uma série de mecanismos que proporcionam um “pseudo-evento” na relação com a expectativa do visitante e no que lhes é apresentado¹⁹³. No entanto, esta perspectiva foi ampliada por outro autor norte-americano, cuja abordagem talvez se aproxime da discutida neste capítulo.

Dean MacCannell, em sua obra já clássica, *The Tourist*, refletiu sobre como o visitante constrói a sua relação com o lugar baseado em uma experiência com o autêntico, por mais que esta seja, muitas vezes, encenada diante dos olhos dos turistas. Embora a teoria deste autor seja muito mais ampla, e ele analise um contexto absolutamente diverso deste aqui, é interessante pensar como alguns elementos presentes na edificação da imagem turística são ditadas pela relação com o espaço, gerando uma sacralização deste¹⁹⁴.

¹⁹³ BOORSTIN, Daniel J. *The Image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage Books 1992. Pp. 77-117.

¹⁹⁴ MACCANNELL, Dean. *The Tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press, 1999. Pp. 91-108.

2.1 Os três mosqueteiros e o Recife: sobre algumas narrativas

Petrônio estava hospedado no luxuoso Nogaro Hotel, em Buenos Aires, com dois amigos, Edmundo e Alberto, de onde, no dia seguinte partiriam para uma aventura nos Andes. No entanto, uma notícia afetou decisivamente o curso daqueles três rapazes.

Um despacho telegráfico vindo de Londres informou que o tio de Petrônio havia falecido naquela cidade, e noticiava, também, o beneficiamento do sobrinho com a herança do falecido, um “ricaço, sábio amador, com a mania de arqueologia e vagos parentescos com o Professor Topsius”. No entanto, para receber a fortuna, havia uma exigência: fazer uma viagem correspondente a 4° lat. N. e 38° lat. S. Em termos práticos, isto significava um percurso de 7.920km a serem percorridos para ser agraciado com os bens do parente¹⁹⁵.

Os três discutiram avidamente qual seria o destino. Chegaram à conclusão de que o percurso da viagem seria a costa brasileira, cuja extensão era exatamente a exigida no documento. Partiram de Buenos Aires para o Rio Grande do Sul, Paraná, visitaram as cachoeiras, a Guayra e as Sete Quedas. Depois chegaram a São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, passando pela Cachoeira de Paulo Afonso e posteriormente, por via aquática, ao Recife. Da capital pernambucana partiram em direção ao norte do país.

No barco alguns incidentes distraíam os tripulantes, quando foram pegos de surpresa pela paisagem da capital pernambucana que se aproximava ao longe: “em breve toda ela começou a encher o horizonte, com a massa de seus edifícios a furar o céu com a agulha das suas torres, a curva das suas cúpulas, a flecha das suas igrejas”¹⁹⁶. Petrônio ao ver aquela paisagem proferiu os “versos arrebatados de Tobias Barreto”, “tu tens nas garras de pedra/ cabelo e sangue Hollandês”, Edmundo também não se contentou e exclamou versos de Gonçalves Dias: “Salve terra formosa, ó Pernambuco, Veneza Americana, transportada/ Boiante sobre as águas!/ Amigo

¹⁹⁵ CARVALHO, Affonso. *Viagem ao Brasil: do Chuí ao Oyapock*. Rio de Janeiro:Ed. Guanabara, 1936. P.11. [Acervo Pessoal].

¹⁹⁶ Idem. P. 193.

Gênio te formou na Europa,/ Gênio melhor te despertou sorrindo/ À sombra dos coqueiros”¹⁹⁷.

Talvez, aquelas personagens que habitam o livro *Viagem ao Brasil*, de Affonso de Carvalho, não tenham escolhido os autores do trecho acima citado para dar a primeira impressão sobre o Recife de maneira gratuita. Tanto Gonçalves Dias, quanto Tobias Barreto, foram eleitos patronos da Academia Brasileira de Letras, localizada no Rio de Janeiro, terra do autor do livro. Isto significa que haviam literaturas já consagradas sobre o Recife, disponíveis para a leitura.

De certo, a imagem da capital pernambucana despertava expectativas diferentes para cada um dos três mosqueteiros, como se chamavam na intimidade os amigos. Alberto era geógrafo, tinha grande interesse por paisagens, formações geológicas e panoramas; Edmundo, fascinado por história, dedicava-se a conhecer e a estudar os lugares e os monumentos que contavam um pouco sobre cada localidade visitada. Por último, Petrônio interessado por tudo quanto fosse de boêmio, enamorado dos bons cigarros e das belas mulheres. Ao chegarem no Recife cada um deles se deparou com uma face diferente de acordo com os seus interesses.

O navio atracou às nove horas da manhã. O dia estava ensolarado e a “capital pernambucana mostrava-se na expansão radiosa de seus recursos e beleza”. Alberto saiu para percorrer os pontos pitorescos do Recife, Edmundo foi conhecer o *Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, e Petrônio ficou pelo centro da cidade tomando whisky com água de coco, “namorando vitrines , vendo quem passa, nessa admirável vagabundagem de quem se encontra em terra estranha”¹⁹⁸.

De automóvel, Alberto conheceu o que, para Affonso de Carvalho, seria os principais pontos do Recife. Ficou maravilhado com os “magníficos edifícios do Palácio do Governo, do Palácio da Justiça, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina, da Escola de Engenharia, da Escola Normal, realmente dignos de uma grande cidade”. Em seguida percorreu os bairros da Madalena, Derby, Santo Amaro, apreciando as belas residências que haviam por lá. Depois, conheceu o horto de Dois Irmãos, local que visitou demoradamente. Para a personagem, aquele espaço era

¹⁹⁷Ibdem.

¹⁹⁸Idem. P. 197

como “um recanto da Quinta da Boa Vista, do Rio”. Por fim à praia de Boa Viagem, “era Copacabana que surgia aos seus olhos, numa moldura de coqueiros”.

A primeira parada de Edmundo foi à Rua do Hospício n. 130, endereço do *Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP). Naquele local, encontrou “heroicas reminiscências da guerra holandesa, e das lutas libertadoras, nas quais Pernambuco se empenhara como um Leão”¹⁹⁹. Viu quadros da Batalha dos Guararapes, da jornada dos Mascates, e da insurreição pernambucana de 1817. Também pôde obter informações sobre a Confederação do Equador e alguns outros feitos da história do Recife. Do IAHGP seguiu para conhecer as várias fortificações que existem na cidade, a do Brum, o das Cinco Pontas, na ocasião visitou o busto de Frei Caneca erigido no local onde foi arcabuzado. Depois do almoço no Restaurante Leite, Edmundo ainda conheceu as edificações religiosas da capital pernambucana aprendendo detalhes de sua história.

No dia seguinte Alberto, Edmundo e Petrônio seguiram de automóvel para a Paraíba. Este último ia exclamando, “cheio de saudade do Recife, e principalmente das noites que ali passara [no cabaré Taco de Ouro]”, murmurou os versos de Ademar Tavares: “Recife linda/ Como te guarda o meu saudoso olhar!/ Velas ao longe... Os coqueirais de Olinda.../ E uma terra a nascer da água do mar”²⁰⁰.

Afonso de Carvalho escreveu a história das aventuras desses três mancebos em uma ocasião muito específica. Tratava-se do 1º *Concurso do Melhor Livro de Viagem pelo Brasil* promovido pelo *Touring Club* no ano de 1934. O edital do certame informava que a temática da obra deveria tratar de “uma região do Brasil tipicamente passível de desenvolvimento de turismo. Além de ter um caráter informativo, pitoresco e leve “no gênero das obras que se publicam em países de turismo como Itália, França, Suíça, Etc”²⁰¹.

O resultado do concurso foi divulgado um ano depois, tendo como vencedor o livro *Imagens do Rio de Janeiro*, cuja autoria era de Osvaldo Orico e publicado no

¹⁹⁹ Idem. P. 199.

²⁰⁰ Idem. P. 201. O poeta, autor destes versos, pernambucano, mudou-se logo cedo para o Rio de Janeiro. Era jurista e poeta, assumiu em 1926, a cadeira de n. 11 da Academia Brasileira de Letras. Ou seja, aparentemente, já era um autor bastante conhecido naqueles anos Ver. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=14&sid=156>

²⁰¹ O melhor livro sobre viagens no Brasil. *Diário Carioca* (RJ), 05/05/1934

mesmo ano pela *Civilização Brasileira Editora*²⁰². O segundo lugar ficou com *Do Amazonas à Guanabara*, de Octávio Tavares, lançado no ano seguinte pela *Schmidt Editora*, que por sinal, também publicou a segunda edição de Casa-Grande e Senzala naquele mesmo ano. O terceiro lugar foi para *Oeste Paranaense*, de Lima Figueiredo, e *Viagem pelo Brasil* ficou na quarta colocação do prêmio. Mesmo Carvalho tentando: “o mais possível atingir a finalidade que parecia desejada pelo TCB [...] isto é, uma obra de divulgação do que é nosso, na forma mais simpática, pitoresca e útil para o turista”²⁰³.

Afonso de Carvalho e Lima Figueiredo eram militares. Ambos capitães, participaram intensamente das movimentações que levaram Getúlio Vargas ao poder em 1930. Aquele primeiro chegou a publicar em 1931 o livro *1ª Bateria, Fogo!*, cujo objetivo era lançar uma interpretação “que diga com maior verdade e maior encanto do fenômeno político que empolgou o Brasil”²⁰⁴. Para além das contingências políticas havia outro elemento comum a três dos ganhadores do concurso. Carvalho, Tavares e Figueiredo escreviam para a *Revista da Semana*, um periódico de amenidades publicado na então Capital do Brasil. Os dois primeiros assumiram o cargo de secretário daquele periódico. Ao rastrear as publicações de Afonso de Carvalho naquela revista torna-se compreensível os caminhos percorridos por Edmundo, Petrônio e Alberto.

Depois de participar do combate às tropas paulistas em 1932, Carvalho assumiu o cargo de interventor no estado de Alagoas²⁰⁵. O percurso percorrido por ele para atender as determinações de seu ofício, fizeram-no entrar em contato com outras realidades, mais propriamente com as cores e com as gentes do nordeste.

Em uma visita ao Rio de Janeiro, o autor de *Viagem ao Brasil* publicou na *Revista da Semana* algumas notícias sobre a sua estadia naquele rincão do país. Na foto-reportagem *A Odisseia do Nordeste*, o Interventor Federal anotou que o movimento de idas e vindas de homens e mulheres entre o campo e a cidade, eram

²⁰²O antropólogo Celso Castro escreveu recentemente um artigo sobre este livro: CASTRO, Celso. Uma imagem do Rio de Janeiro em 1935. *XXVII Simpósio Nacional de História* – Natal (RN), julho de 2013.

²⁰³CARVALHO, Afonso. P.2.

²⁰⁴ 1ª Bateria, Fogo! *Revista da Semana* (RJ), 28/03/1931.

²⁰⁵Um novo interventor federal em Alagoas. *Revista da Semana* (RJ), 32/12/1932.

como “um doloroso cortejo de infelizes, essa coorte macabra de flagelados que vão – como novos judeus errantes – vagando à toa, em busca de novas terras dentro da mesma terra infinitamente grande que para eles é madrasta”²⁰⁶. A alteridade produzida a partir de cenas como esta abaixo (ver Imagem 4), talvez promovesse no escritor novas experiências narradas com tanto afincio em seu *Viagem pelo Brasil*.



Imagem4: *Revista da Semana* (RJ), 14/03/1933.

No início de 1930, Affonso de Carvalho já escrevia relatos sobre práticas típicas da região do Nordeste. O seu artigo *Sururú*, publicado no mesmo periódico de linhas acima, informou aos seus leitores um aspecto do litoral brasileiro que deixaria o *forasteiro* “lambendo os beijos de contente, gostando da novidade e repetindo”, tratava-se do sururu “um pequeno molusco amarelado, do fundo dos canaes e das lagoas”²⁰⁷, e com ele, se faziam excelentes fritadas, estas provadas por Edmundo quando de passagem pelo estado de Alagoas. Além do mais, as publicações originais de tais informações, assim como o roteiro de *Viagem pelo Brasil*, por acaso ou não, coincidiam com as datas das excursões realizadas pelo próprio *Touring Club do Brasil*. Como tratei no segundo tópico do capítulo anterior, as viagens promovidas pelo *Club* vinham sendo realizadas desde 1931, e a *Revista da Semana* publicava assiduamente todas as empreitadas daquela instituição.

O Recife visto por aquele autor, ou melhor, pelos seus três mosqueteiros, indicava que o escritor estava imbuído de uma noção de turismo que já não é estranha

²⁰⁶ A Odisséia do Nordeste. *Revista da Semana* (RJ), 14/03/1933.

²⁰⁷ Sururú. *Revista da Semana* (RJ), 27/03/1930.

a este texto. Aquela atividade poderia promover uma aproximação entre os brasileiros. A capital pernambucana é apresentada com certo romantismo/otimismo em comparação a outro texto do próprio concurso do *Melhor Livro de Viagem no Brasil. Do Amazonas à Guanabara*, cuja autoria é de Octávio Tavares, mostra outra cidade, mesmo narrando pontos semelhantes.

Octávio Tavares era jornalista. Diferentemente de Carvalho ou mesmo de Figueiredo, não possuía nenhuma patente militar, mas ocupava lugares semelhantes a quando estavam fora da caserna. Assumiu o cargo de secretário da *Revista da Semana* depois da saída de Affonso de Carvalho para ocupar a interventoria em Alagoas. Ambos possuíam uma vinculação com práticas de viagem, e escreviam sobre isso nas páginas daquele periódico. Tavares era um dos membro-fundadores do Centro Excursionista Brasileiro, que possuía atividade semelhante ao *Touring Club*²⁰⁸. Além do mais, por ofício, precisava viajar muito e conhecer certos aspectos da vida social brasileira. Com o advento do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, ocupou, como Carvalho, cargos importantes. Assumiu em Porto Alegre a função de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Sul, mas não durou muito tempo por lá²⁰⁹.

No ano de 1933, novamente como jornalista, pegou carona no paquete Almirante Jaceguay, o mesmo que realizou as excursões do *Touring Club*. No entanto, ainda que o destino fosse o mesmo, o extremo norte do país, a ocasião era diferente. Tratava-se de uma viagem oficial do Presidente Getúlio Vargas pelos estados costeiros do Brasil.

Embora os dois livros tenham sido classificados no período como literatura de viagem, Affonso de Carvalho optou por escrever um "romance de turismo", compondo personagens para transmitir as suas impressões. Octávio Tavares, com um estilo mais consciencioso, tratou de fazer "uma coleção de impressões de viagens, ora concatenadas, ora tumultuariamente juntas umas às outras, com o objetivo de uma

²⁰⁸ O Centro Excursionista Brasileiro. *Revista da Semana* (RJ), 27/05/1933. Deste clube de turismo também fazia parte Hélio Viana, mencionado no último tópico do capítulo anterior. A tese da professora Valéria Guimarães também trata brevemente desta instituição.

²⁰⁹ Notícias e Comentários. *Revista da Semana*, 14/03/1931.

pintura fiel de vários pedaços do Brasil”²¹⁰. A viagem feita com o presidente Vargas garante, pelo menos, que o autor percorreu os espaços narrados em seu livro.

Longe de transmitir os encantamentos da primeira vista, como faziam os três mosqueteiros ao chegarem a uma determinada localidade, Tavares preferiu uma narrativa sólida, sem muitos floreios, fazendo uso de historiografia e dados oficiais, para contar ao leitor o que iria encontrar nas cidades retratadas na obra.

A resenha escrita por Lima Figueiredo, um dos ganhadores do concurso, dá uma dimensão disto que afirmei a pouco, escreveu: “conhecer o Brasil já é uma coisa quase fenomenal. Agora conhecer e saber dizer, aos que não o conhecem, tudo, tim tim por tim tim, sem faltar uma minúcia, um colorido, muito poucos podem fazer” e continuou, “Entre eles está Octávio Tavares, que perambulou pelo Brasil imenso com os olhos de quem sabe ver e estudando a terra e seus habitantes através de sua história, crenças e costumes”²¹¹. A arguta capacidade de observação daquele autor gerou uma compreensão pouco comum entre alguns textos publicados no período, e que contém em seus sumários tópicos sobre o Recife.

A capital pernambucana impressa nas páginas do livro de Octávio Tavares é outra, diversa daquela de Affonso de Carvalho. Enquanto este último narrou que ao chegar no Recife, Alberto, Edmundo e Petrônio viram “grandiosos edifícios de linhas sóbrias e imponentes, ruas e avenidas largas, com extraordinário formigamento de gente e de veículos (...) monumentos grandiosos, perpetuando a memória de grandes brasileiros como Nabuco e Rio Branco”²¹², o outro contou histórias sobre uma outra cidade com o mesmo nome. As observações de Octávio Tavares diferiram, por exemplo, na importância dada aos monumentos da cidade, como o de Nabuco e o Rio Branco. Ao abordar a questão diz: “A cidade não é pródiga em monumentos. Após a contemplação do de Rio Branco, o olhar encontra, esparsos por lugares vários, os de Joaquim Nabuco (...) os de Telles Júnior, na Praça da República; do almirante Wandekolk, no largo do Hospício”²¹³. No entanto, outras diferenças saltam aos olhos do leitor que conheceu o Recife naquelas páginas.

²¹⁰TAVARES, Octávio. *Do Amazonas à Guanabara*. Rio de Janeiro:Schmidt Ed. 1936. P. 1.

²¹¹Do Amazonas à Guanabara. *Revista da Semana* (RJ), 12/08/1936.

²¹²CARVALHO, Affonso. *Op. Cit.* P. 193.

²¹³TAVARES, Octávio. *Op. Cit.* P. 99.

O Recife para Octávio Tavares era pródigo em seu passado. Ele faz questão de reafirmar a presença holandesa na cidade através de fontes bibliográficas, utilizando o artigo do historiador holandês Beringher, publicado na Revista do Instituto Arqueológico Histórico Pernambucano²¹⁴.

Depois de frases laudatórias ao estado, Tavares começa a espacializar o Recife narrando as suas pontes. Fala das quatro principais daquele período, a ponte Maurício de Nassau, a Santa Isabel, Buarque de Macedo e a Giratória. Escreveu também sobre várias outras pontes localizadas nos subúrbios da cidade. Uma destas, a ponte do Pina, foi digna de um registro mais detalhado de Octávio Tavares por um outro motivo. “Varado o bairro de São José, vingada a grande ponte, surgem, clamando na sua humildade dolorosa, os mocambos, que ficam separando a cidade moderna e impotente da praia civilizada e chic [Boa Viagem]. E continuou, “são ‘favelas’ que desceram dos morros para o meio das águas, e onde a palha substituiu o revestimento duro e ferrugento das latas de querosene. Uma estatística predial acusou que de um total de 52.569 edifícios, 23.210 eram mocambos!”²¹⁵, como sugere uma gravura feita pelo pintor Manoel Bandeira no ano de 1934. O autor conduz o leitor para os bairros de Beberibe, do Fundão, da Várzea, Caxangá, Volta ao Mundo, lugares pouco, ou quase nunca divulgados em literatura daquele gênero. As observações feitas por Tavares deixaria o leitor bem mais atento à paisagem com a qual iria se deparar, e, talvez por isso, tenha tirado o segundo lugar no *Concurso do Melhor Livro de Viagem no Brasil*.



Imagem 5:
Bandeira,
Manoel.
*Almanach
de
Pernambuco*
1934.

Embora constem quatro premiados, onze títulos disputaram aquele certame, e vários outros recifes poderiam ser descritos se, por acaso, livros como “Turismo no Brasil”, “Brasil – 1935”, ou “Brasil – Norte e Nordeste”, todos sem indicação de

²¹⁴ BERINGHER, Emile. O Porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. XI, n. 60, 37-60. O autor não fez referência ao título do artigo, no entanto, ao confrontar o trecho mencionado percebi uma verossimilhança entre o texto de Octávio Tavares e o aqui citado.

²¹⁵ TAVARES, Octávio. *Op. Cit.* P. 94. Tratarei especificamente da questão dos mocambos no terceiro capítulo desta dissertação.

autoria, tivessem sido publicados²¹⁶. Em uma das reuniões da comissão julgadora, Ribeiro Couto, representante da *Civilização Brasileira Editora*, responsável por publicar o primeiro lugar do concurso, observou “o valor cultural dos recentes volumes dos escritores Luc Durtain e Ronald de Carvalho, chamando atenção para o interesse turístico dos mesmos”²¹⁷. A julgar pelo fato de que os quatro ganhadores da premiação foram publicados por editoras diferentes, fora a sugestão de Couto, cuja editora diferia das anteriores, pode-se aferir que naquele momento, possivelmente, houvesse um interesse ou, pelo menos, um público interessado em literatura de viagem.

Mesmo não tendo encontrado nenhum acervo de editora, questões referentes à circulação de livros daquele gênero são perceptíveis a partir da pesquisa documental. Souza Barros, por exemplo, ao escrever um texto sobre os índices de iluminação pública no Recife, afirmou que ela não era mais uma cidade que vivia na penumbra, como nos tempos de Durtain²¹⁸. Isto quer dizer que a referência feita por Souza Barros àquele texto poderia não parecer totalmente estranho aos seus leitores.

Luc Durtain era fisiologista, olhava a cidade como quem “se concentra todos os dias sobre a lente dos microscópios”, não deixava escapar nada. Segundo Ronald de Carvalho, prefaciador do livro, o olhar daquele autor “é o seu principal instrumento de trabalho, é a pinça com que ele extrai dos elementos – cores, sons, formas – as palavras, os sinais exatos que os representam”²¹⁹.

Chegou ao Recife por mar no mês chuvoso de julho, no ano 1932²²⁰. Ao pôr os pés no cais o aguardava uma “chusma de viva policromia: mirones vestidos de branco, policiais de kaki, vistosas roupagens róseas, amarelas, azuis das mulheres”. Continuou, “muitos rostos pintalgam a multidão de entretons baços. Uma cabocla, cujos traços finos são de perfeito mediterrâneo, ao lado de uma negra muito alta, espantosamente prognata, o crânio forrado de lã frisada”²²¹.

A cidade de Durtain possui observações quase freyrianas em relação ao exotismo das cores, da miscigenação, dos mercados arabescos, que chamaram a

²¹⁶O próximo julgamento desse certame. *Diário Carioca* (RJ), 09/03/1935.

²¹⁷No Touring Club. *Diário Carioca* (RJ), 26/08/1934.

²¹⁸Iluminação Pública. *Folha da Manhã*, 26/09/1941.

²¹⁹DURTAIN, Luc. *Imagens do Brasil e do Pampa*. Rio de Janeiro: Ed. Ariel, 1934. P. X.

²²⁰Viajantes. *Jornal do Recife*, 26/07/1932.

²²¹DURTAIN, Luc. *Op. Cit.* P. 16.

atenção daquele visitante. Embora se aproxime da narrativa de Octávio Tavares em alguns aspectos, o autor privilegia ainda mais as zonas afastadas da cidade. Em um parágrafo conciso escreveu: “Deve-se penetrar no Recife pelos subúrbios populares”. Atento ao movimento da urbe, ele anotou a existência dos bondes mais “miraculosamente apinhados do mundo”, os mercados com muros pintados de ocre, a densidade da multidão e “a singeleza dos misteres mais modestos”.

No entanto, o olhar aguçado daquele escritor estava, por sua vez, marcado por outros olhares que o antecederam com pouco mais de um século de distância. Ao fazer referência sobre o Recife do século XIX, comentou que parecia odioso aos viajantes o “espetáculo das vendas de escravo ao ar livre”, e citou um trecho escrito por um desses transeuntes: “surpreendia as nudezas femininas, expostas sobre as esteiras das alcovas”. Atualizando a leitura ele afirmou que aquela cena não mais se repetiria por conta da libertação dos escravos, portanto, ali “crescem de valor, a par de qualquer outro país, os índices de energia e de saúde que hoje, ele [o Brasil] apresenta”²²². Aparentemente, Durtain consumiu uma literatura de viagem sobre o Recife para, dentre outras coisas, estabelecer um comparativo entre a sua própria narrativa e a do viajante.

Não faltam exemplos de depoimentos sobre o Recife, escritos no começo dos oitocentos, possivelmente lidos por Luc Durtain. Tollenare escreveu ao ver negros e negras cativas: “as mulheres adultas são expostas sem véus; não parecem sofrer nem gemer, entretanto algumas amamentam crianças nuas; para a mãe e para o filho nunca há mais que uma tanga”²²³. A viajante inglesa Maria Graham também admirou-se com cenas como aquela, da mesma forma o Rev. Daniel Kidder. Ou seja, aquele autor lançou mão de outras narrativas de viagem para compor a sua própria, inserindo-se possivelmente na mesma finalidade, informar os possíveis leitores as suas impressões sobre uma determinada localidade.

É importante pensar que muitas das obras produzidas por viajantes como os mencionados acima obedecem a uma norma específica de produção Textual. Mary Louise Patt, em seu livro *Olhos do império*, analisa como essas narrativas constroem

²²²Idem. P. 20-24.

²²³SILVA, Leonardo Dantas. *Recife, quatro séculos de sua paisagem*. Recife:Ed. Massangana, 1997. P. 95.

uma distância entre o observador e o observado: “O tema predominante do livro é compreender como livros de viagem escritos por europeus sobre partes não europeias do mundo, criaram uma forma de fazer com que aqueles sujeitos se sentissem em casa, dando-os a ideia de um lugar a partir de tal leitura”²²⁴. Essa distância produz uma lógica textual específica que atende a um público também específico.

Maria Graham, viajante inglesa mencionada logo acima, representa bem um desses autores que já no século XIX, escreviam seus diários para fins editoriais. A autora escreveu no prefácio de seu *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*: “Ainda que a ideia de uma eventual publicação não tenha sido estranha à redação deste diário de uma viagem ao Brasil [...] muitas circunstâncias imprevistas forçaram ainda a autora a revê-lo antes de ser entregue ao prelo, bem como a cancelar muitas páginas que fixavam acontecimentos públicos e privados”²²⁵. O diplomata brasileiro Oliveira Lima, durante o período em que trabalhou nos Estados Unidos da América, conseguiu adquirir, em um livreiro o exemplar da própria Graham e constatou o quanto ela retirou do texto antes de enviá-lo ao prelo. Procedimento semelhante a autora tinha feito alguns anos antes. Em 1811 lançou o seu *Journal of Residence in Índia*, no ano de 1819, fruto de sua estadia na Itália, publicou *Three Months Passed in the Mountains East of Rome, during the Year 1819*²²⁶.

Isto significa que textos de viajantes estrangeiros produziam para os seus leitores a impressão de uma terra distante. No entanto, a informação que mais interessa aqui, é que essas literaturas circulavam e atravessam os anos como obras que possuíam a sua importância na construção dos imaginários sobre as terras narradas.

O sociólogo Gilberto Freyre também se fartava no uso da literatura de viajantes para compor as suas próprias narrativas, como afirmou no prefácio à primeira edição de *Sobrados e Mucambos* de 1936²²⁷. Dois anos antes, ele havia lançado o seu *Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*, uma tiragem modesta de 105 exemplares todos pintados a mão pelo ilustrador Luiz Jardim.

²²⁴ PATT, Mary Louise. *The imperial eyes: travel writing and transculturation*. Madison Ave: Routledge, 2008. P. 3.

²²⁵ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1990.

²²⁶ Ver. BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo, Edição Metalivros/Fundação Odebrecht, 1994.

²²⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. [IAHGP]

No entanto, o preço do livro, em contraposição à quantidade de obras impressas, não possuía nada de modesto. Um exemplar custava a bagatela de 100\$000, o suficiente para se fazer duas assinaturas anuais do *Jornal do Recife*²²⁸.

Esta primeira edição difere bastante da posterior lançada em 1942, da qual tratarei mais pormenorizadamente no terceiro tópico deste capítulo. Ela não possui subdivisões por temática, trata-se, portanto, de um texto corrido em tom de aconselhamento ao visitante. Freyre manteve em todas as edições daquele guia o mesmo início, apenas atualizando as informações que nele consta. Por exemplo, o horário das missas, o preço dos automóveis de aluguel, etc.

Ao trabalhar com a expectativa do olhar, ou seja, a indicação do que possivelmente se veria da cidade, o escritor recorria a outras vistas que não necessariamente a dele. Sendo assim, o autor sugere um comparativo entre o que se apresentava ao visitante em um primeiro momento e como determinados escritores trataram aquela paisagem.

Assim como os outros livros, Freyre faz menção aos subúrbios da cidade, mas de maneira muito apressada em relação a outros trechos da obra. Aparentemente, a presença dos mocambos não causaria ao leitor do *Guia Prático Histórico e Sentimental*, o mesmo espanto dos dados apresentados por Octávio Tavares em *Do Amazonas à Guanabara*. Ele inclusive aconselha que “arranjando guia idôneo o turista vá a um xangô. Ainda há vários pelo Recife. Uns, em mocambos a sombra de grandes gameleiras ou entre coqueirais. Outros em casinhas de barro sumidas na mocambaria do Fundão”²²⁹. Freyre trata as zonas suburbanas, quase sempre confundida com áreas de mocambo, como espacialidades a serem conhecidas e não simplesmente um dado da paisagem.

Apesar da tiragem reduzida, o Guia de Freyre foi aparentemente distribuído para as mãos certas. A difusão daquele texto, seja nas imagens que o ilustra, seja em artigos posteriores, dá indícios de que alguns dos leitores do *Guia Prático Histórico e Sentimental* possuíam certos posicionamentos sociais favoráveis à reprodução de

²²⁸*Jornal do Recife*, 10/02/1934. O valor da assinatura anual deste periódico durante todo o ano foi de 48:000.

²²⁹FREYRE, Gilberto. *Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Recife: Ed. Do Autor, 1934. No próximo capítulo destinarei um tópico sobre a visitação desses “turistas” aos mocambos.

trechos do livro. Assim, o jornalista Aníbal Fernandes, que em 1937, participou de uma edição da revista carioca *Espelho*, dedicada inteiramente a Pernambuco, escreveu algumas linhas fazendo uso de excertos semelhantes aos escritos por Gilberto Freyre em seu *Guia*. Anotou Fernandes: “não é o Recife uma cidade que empolga á primeira vista. Falta-lhe relevo (...) Para se amar o Recife é preciso ficar aqui alguns dias e procurar iniciar-se na sua vida, no seu pinturesco e nos seus encantos. Não é cidade para se percorrer às pressas de automóvel”²³⁰.

Freyre, por sua vez, três anos antes da publicação daquele artigo, escreveu: “com o recato quase mourisco do Recife, cidade acanhada, escondendo-se por traz dos coqueiros, e angulosa, as igrejas magras, sobrados estreitos. Cidade sem saliências nem relevos que deem na vista, toda ela vista num plano só”, continuou, “a nenhum, porém, se entrega imediatamente, seu melhor encanto consiste mesmo em deixar-se conquistar aos poucos. É uma cidade que prefere namorados sentimentais a admiradores imediatos”²³¹.

Aparentemente, Aníbal Fernandes consultou o *Guia* do sociólogo pernambucano para traçar um perfil do Recife impresso na revista carioca. Escrevendo com outras palavras, adotou, inclusive, em ordem semelhante, o mesmo argumento de Freyre. Isto é significativo pelo fato de que iniciativas como essa foram constantes ao longo da década de 1940. No *Guia Informativo do Recife* de 1949, por exemplo, um autor, também sem citar, começa o seu texto dizendo que o “Recife não se entrega de vez ao visitante”, frase que difere timidamente da escrita no texto de 1934²³².

Segundo o historiador Raimundo Arrais, fazendo referência ao *Guia Prático Histórico e Sentimental da cidade do Recife*, “é difícil se convencer, depois de tentar percorrer a cidade com um guia desses nas mãos, do caráter *prático* dessa publicação. Aliás, em determinado momento Freyre confessa, de passagem, não haver cumprido a promessa contida no primeiro adjetivo do título”²³³. Talvez, este livro de Gilberto Freyre tenha ganho notoriedade ao longo dos anos, pelo fato de que ele próprio foi

²³⁰ FERNANDES, Aníbal. O Recife e a sua paisagem. *Espelho*. Rio de Janeiro, Jan.-Fev. 1937.

²³¹ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* 1934.

²³² *Guia Informativo do Recife*. Recife: Ed. Raiz, 1949.

²³³ ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade*. Recife: Bagaço, 2006. P. 108.

sendo eleito como um dos autores ao qual foi atribuído o status de um dos pilares fundamentais do “pensamento social brasileiro”²³⁴.

É importante lembrar que a produção de gêneros textuais vinculados ao turismo passaram a fazer parte da rotina de Freyre no início dos anos de 1940. No ano de 1939, publicou o *Guia de Olinda*, seguido pela segunda edição do *Guia do Recife*, somando ainda, em 1943, a possibilidade de fazer um livro do mesmo gênero também sobre o Rio de Janeiro, no entanto, este último não fora realizado²³⁵. A demanda por tantas publicações pode ter surgido das circunstâncias materiais de vida, Freyre pedia uma significativa quantidade de recursos ao seu editor em forma de adiantamento, pagando-o, possivelmente, com livros²³⁶.

O Recife transmitido por autores como os citados páginas acima pode ter servido de referência para outros viajantes que passaram pela cidade. Viajantes que se perderam e se encontraram entre os becos e os arruados da capital pernambucana, guiados pelas palavras impressas em textos diversos. No entanto, como mensurar a presença dessas narrativas nas percepções de centenas de transeuntes, que passaram pelo Recife e levaram consigo as suas observações até hoje nunca publicadas? Tentar recuperar isto talvez seja, uma tarefa árdua e pouco produtiva. No entanto, pode ser mais interessante tentar entender como a principal cidade de Pernambuco foi vendida com fins turísticos depois da instauração do Estado Novo em 1937.

Ao investigar as dinâmicas de publicação da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, e de pequenas editoras existentes, é possível se ter acesso aos direcionamentos de uma cidade que se pretendia construir para além das “panzer divisões de concreto armado” que tomavam de assalto a Recife colonial. Por isso, no próximo tópico me dedicarei a compreender especificamente as produções de materiais turísticos sobre o Recife, no Recife. Assim o *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, a *Revista Arquivos*, e o *Minuto do Porto e da Cidade do Recife*, que ficavam a cargo da DEPT, os guias da prefeitura do Recife e de editoras quase anônimas nos dias de hoje, os quais contribuíram para a construção de uma cidade turística.

²³⁴BENZAQUEN, Ricardo. Gilberto Freyre. *Mal-estar na Cultura* / Abril-Novembro de 2010.

²³⁵ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. 21/05/1943. [Fundação Casa Rui Barbosa]

²³⁶ Ver as diversas promissórias na *Seção Financeira* do Arquivo da José Olympio Editora na Biblioteca Nacional.

2.2 Roteiros, prelos e impressões: ainda sobre algumas narrativas

No mês de agosto de 1937, um repórter do *Jornal do Recife* dotado de “uma sagacidade indescritível”, colheu “sem ser pressentido, as mais curiosas impressões de dois turistas”. Naturais da Argentina, eles desembarcaram na cidade “com o objetivo de observar o que temos de bom, nessa Mauricéa progressista”²³⁷.

A passos miúdos o repórter seguiu os visitantes. Partiram pela Avenida Marquês de Olinda em direção à ponte Buarque de Macêdo, “extasiaram-se ante a estética da avenida. Acharam-na majestosa, de uma elegância moderna, pois acreditavam ter sido construída há poucos anos”, e comentou o autor: “impressão de turista, apenas...”. Pouco depois fizeram outra parada fazendo elogios à paisagem com a qual se depararam, enquanto isso “a cidade ia sendo filmada pelos curiosos olhos dos cidadãos itinerantes”²³⁸.

Quando se aproximou a hora do almoço, os *globe-troters* estranharam a movimentação das casas comerciais. Todos os lojistas fechavam os seus estabelecimentos com o intervalo de duas horas, aquilo não pareceu razoável. O “sagaz” repórter achou por bem traduzir, exclusivamente para o prefeito da cidade, a frase de um dos rapazes: “Recife, a esta hora, tem receio de ser inopinadamente atacado pelos *gangsters*”. As críticas à municipalidade tornaram-se, segundo o repórter, mais severas quando os visitantes se depararam com o comércio ambulante. Um vendedor exclamava: “- Munguzá, tá quentinho!”, outro gritava: “Pamonha de mio verde...”, sobre isso escreveu o autor do artigo: “E o desfile é interminável, dessas pobres criaturas, que inocentemente, prestam um mau serviço à cidade”²³⁹.

Depois, tentaram almoçar em algum restaurante no centro do Recife, mas encontraram verdadeiros “chiqueiros, em pleno coração da capital”. Às 15 horas o relógio da Faculdade de Direito fez o seu badalo chamando-os para o regresso ao vapor. O repórter ficou ali sozinho “lamentando a infelicidade daqueles visitantes.

²³⁷ Recife, cidade de turismo. *Jornal do Recife*, 06/08/1937. Todas as notícias citações diretas foram retiradas desta notícia.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

Observaram tantas inconveniências no Recife, todas dignas de registro, e sem que as tais se resolvessem a tomar providências. Têm os olhos vendados...²⁴⁰.

O autor do artigo publicado no *Jornal do Recife* talvez tenha se deparado com dezenas de cenas como aquela diariamente. Pelo seu ofício de repórter, aparentemente alocado no porto da cidade, estava sempre a espera de algum ilustre visitante a bordo dos navios para entrevistar. O episódio com os visitantes argentinos parece muito mais com a reunião de impressões do próprio jornalista, do que necessariamente a sua sutileza ao ouvir as falas dos forasteiros. No entanto, parece que aqueles visitantes argentinos, desavisados, não estavam de posse de nenhum material que os indicasse quais os melhores caminhos, locais e tudo mais a ser visitado.

Naquele ano de 1937, já existiam materiais suficientes disponíveis para apresentar o Recife como destinação turística. Tanto publicações oficiais, quanto de pequenas editoras produziam informações destinadas ao consumo de possíveis visitantes. O *Guia da Cidade do Recife*, feito pela Prefeitura Municipal em 1935, é um exemplo disto.

Esse *Guia*, impresso em papel couchê e em três línguas, português, inglês e francês, como mencionei no primeiro capítulo, possibilitava a muitos interessados conseguirem informações de fácil acesso. No entanto, ao que parece, este não era um material disponível para venda, tendo em vista que a sua distribuição ficava a cargo da própria prefeitura²⁴¹. Na obra não há indicação alguma de preço, ou de qualquer outro elemento que dê indícios de sua comercialização. Diferentemente de outras publicações do mesmo gênero, esta tinha destinação certa, mas, provavelmente ia na direção oposta a dos visitantes argentinos.

Há logo na primeira página do *Guia*, um recado aos seus consulentes: “Trabalho feito para turistas e não para estudiosos. Esboço de um agrupamento humano, que teve notável ascendência na formação histórica do Brasil”. O responsável pela publicação do livro, o Bacharel Mário Pessoa de Oliveira, formou-se no Ginásio Pernambucano, onde foi representante dos discentes daquela instituição. Posteriormente, concluiu o curso de Direito da *Faculdade de Direito do Recife* e

²⁴⁰Ibidem.

²⁴¹ BORGES, João Pereira. *Op.Cit.*

atuava como advogado naquela cidade. É difícil dizer das suas experiências enquanto alguém com interesse tão declarado sobre turismo, a ponto de elaborar o *Guia*. No entanto, foi capaz de editar uma obra que é um exemplar de um acabamento gráfico ímpar.

A direção artística do livro foi feita por Murillo La Greca, que à época já era um artista bastante consolidado. Com o currículo recheado de prêmios em diversos festivais no Brasil, na Itália, e na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, dedicou o ano de 1935 para fazer aquele trabalho. Com obras divididas entre aquarelas e fotografias, o *Guia* é inteiramente ilustrado e ornado com pequenos informativos sobre todos os locais representados. Além de La Greca, havia uma comissão responsável por revisar a obra composta pelo bacharel Rômulo Cahú, do jornalista, embora também graduado na Faculdade de Direito, Mário Melo e pelo engenheiro José Estelita.

O *Guia* começa com um esboço histórico do Recife. O autor deu ênfase a um passado de “lutas heroicas” do estado de Pernambuco. Afirmou que ali viveu “uma população colonial sempre cheia de rebeldia e entusiasmo. O clima do Nordeste não conseguiu amolentar a nova gente que povoava a terra. Criou-se uma geração combativa, afoita e valorosa, que não reclamava diante dos perigos inclementes”. Segundo ele, havia dentro da alma do pernambucano “a convicção de sua soberania incontestável”, cultivada pelos eventos de 1817, 1824 e 1849.

A partir daí, faz um traçado geral do aspecto constitutivo da capital pernambucana, saindo de uma vila pescadores no século XVI até o século XX, quando a cidade, segundo ele, se converte em metrópole da região nordeste. A luta contra os holandeses ocupa um espaço importante na obra, seja pela expulsão destes



Imagem 6: Aquarelas pintadas por Murillo La Greca Marroquim para o *Guia da Cidade do Recife* de 1935

pelos heróis da restauração, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique,

todos com seus perfis reproduzidos no *Guia*, seja pela administração de Maurício de Nassau, sobretudo quando aborda os ganhos que a cidade teve sob jugo deste último. Depois de concluir o esboço histórico o autor começa a enumerar os principais hotéis, restaurantes, bares, cafés e *cabarets*, as praças de carros de aluguel, teatros, cinemas, igrejas, horários de cultos e missas, escolas, hospitais. Enfim, tudo para que o visitante fosse especializado no Recife. O autor propôs também alguns roteiros pré-estabelecidos, como para a Av. Boa Viagem, Dois Irmãos, Derby, Gurjaú e Olinda²⁴². Todos esses passeios foram realizados também pelos mosqueteiros de Affonso de Carvalho e por Octávio Tavares. Nas imagens abaixo estão apresentados algumas das aquarelas pintadas por Murillo La Greca especialmente para o *Guia*

Se por um lado, os turistas argentinos não teriam tido acesso ao *Guia da Cidade do Recife*, por outro, poderiam encontrar em estabelecimentos comerciais locais algumas publicações que possuíam o mesmo objetivo daquele livro da prefeitura municipal. Um exemplo disto são os *Guias Informativos* elaborados pelo Informador Nery, cujo nome era Sylvio Nery da Fonseca, proprietário da gráfica Imprensa Industrial. Este já havia publicado no ano de 1914 a revista *Brasil-Turista*, cujo objetivo era o de “revelar ao estrangeiro as eternas belezas e incomensuráveis riquezas que dormem esquecidas em nossa pátria”, no entanto, o periódico não conseguiu passar da segunda edição²⁴³.

Embora fosse uma publicação anual, com início em 1917, não encontrei nenhum exemplar do *Guia do Recife* feito pelo Informador Nery, posterior ao ano de 1920. Embora, no jornal *A Província*, haja registro desta publicação até 1927. Segundo Luiz do Nascimento, tratava-se de um “serviço de indicações nos principais estabelecimentos bancários, telégrafos, correios, repartições públicas estaduais, etc., além de completas informações dos serviços de viação urbana, suburbana e de longo tráfego”²⁴⁴. O preço do exemplar era de 2\$000, bastante acessível, se comparado aos 100\$000, da primeira edição do *Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade do Recife* de Gilberto Freyre. Robert Darton e também Roger Chartier anotam que o

²⁴²Todas as informações dos parágrafos acima foram retiradas do *Guia do Recife*, 1935.

²⁴³NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa em Pernambuco – Vol. 7*. Recife: Ed. da UFPE, 1966. P. 368.

²⁴⁴NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa em Pernambuco – Vol. 8*. Recife: Ed. da UFPE, 1966. P. 70.

suporte material das obras ditam, muitas vezes, os lugares por onde elas circulavam e o público ao qual eram destinados e, neste caso, isto fica evidente²⁴⁵.

Diferentemente das outras publicações desse gênero apresentadas até aqui, o *Guia* do Informador Nery possuía uma grande quantidade de propagandas em suas páginas, e o espaço dedicado a este fim, custava um preço ao anunciante. Em março de 1928 foi publicado nas páginas de *A Província*: “tenho a satisfação de comunicar aos distintos anunciantes e fregueses que tendo se esgotado os exemplares da edição de 1927, o que muito me desvanece, amplamente distribuído, aqui, no Rio de Janeiro e em São Paulo”, e informou ainda que já havia iniciado a confecção da edição para o ano seguinte, “mais ampliada em informes de interesses para as classes ativas, e muito especialmente para o comércio”. As propagandas custariam aos anunciantes: 200\$000 – uma página inteira; 100\$000 – meia página; 50\$000 – um quarto (ao alto); 30\$000 – pequenas indicações; 500\$000 – capa de frente; 400\$000 – capa de fundo²⁴⁶.

A caracterização dada por alguns autores a textos como o de Nery, é marcada pela passagem de um turismo das longas viagens, do autoconhecimento dos jovens europeus afortunados (*Grand Tour*), para o que se classifica contemporaneamente como turismo moderno, ou de massa, surgido de uma íntima relação com as dinâmicas capitalistas. Este movimento gerou a produção de guias de viagem associados a um *trade* de *commodities* como os apresentados no caso da publicação recifense²⁴⁷.

O Informador Nery iniciou o seu *Guia* com uma narrativa muito concisa sobre o Recife. Ali não há registro de mocambos, ou qualquer outra informação nesse sentido, apenas um breve histórico da cidade sem muitos floreios exaltando a bravura do passado da capital pernambucana. Elenca fatores como o porte da alfândega da cidade, que era a quarta do Brasil e o abastecimento de água “de ótima qualidade e a iluminação a luz elétrica”²⁴⁸. Esta última, por sua vez, era um elemento recente na vida

²⁴⁵DARTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. Op. Cit.; CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

²⁴⁶Informador Nery. *A Província*. 28/03/1928.

²⁴⁷BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Florianópolis: Edusc, 2003; KOSHAR, Rudy. ‘What Ought tod be seen’: Tourists Guidebooks anda nacional identities in modern Germany. *Journal of Contemporary History*, Vol. 33, N.3 (Jul., 1998).

²⁴⁸NERY, Informador. *Guia da Cidade do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1920. P. 3.

noturna recifense, dando à cidade outras sociabilidades depois do pôr do sol²⁴⁹. Ele ainda sugeria ao forasteiro - o autor não faz uso do termo turista na obra - roteiros para serem percorridos a pé, de bonde, ou de automóvel.

Além desta sequencia anual de textos impressos, a Imprensa Industrial mantinha outras edições do mesmo gênero, mas para um público diferente. *O Jornal do Recife* de 16 de julho de 1927, publicou a seguinte nota: “Guia do Chauffeur e condutor de veículos. Contendo Regulamento Geral do Tráfego Público (...) Ruas do Recife e seus nomes modernos e antigos. Edição especial do ‘Informador Nery’. Vende-se em todas as livrarias”²⁵⁰. A última informação do anúncio dá o indício de que no Recife haviam estabelecimentos nos quais se poderiam encontrar obras como aquela, e possivelmente tantas outras que existiam na cidade naqueles anos e nos posteriores.

Isto quer dizer que havia na capital pernambucana a comercialização de obras direcionadas aos viajantes, cuja venda ocorria sem ter necessariamente o aval do Estado. No entanto, depois da promulgação do Estado Novo, em 1937, houve uma maior fiscalização por parte das agências governamentais em relação à imagem de cidade que seria divulgada, e com isto, o acúmulo de informações sobre a circulação de textos como aqueles.

Os arquivos da *Delegacia de Ordem Política e Social* dão um exemplo disto. A DOPS foi criada em 1935, através do decreto-lei n. 71, e possuía dentre as suas funções: “proceder inquéritos sobre crimes de ordem política e social; exercer medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social”²⁵¹. No entanto, com as reorganizações institucionais ocorridas entre os anos de 1935 e fins de 1937, outras necessidades foram surgindo. Se, por um lado, a Delegacia foi criada para atender demandas de combate às práticas “subversivas”, vinculadas a atitudes supostamente comunistas ou que causasse algum “distúrbio” na ordem pública, por outro, devido ao adensamento da máquina estatal,

²⁴⁹COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de Viver na Cidade*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003. P. 18.

²⁵⁰Guia do Chauffeur e condutor de veículos. *Jornal do Recife*, 16/07/1927. Tratarei da questão dos condutores de veículos de aluguel no terceiro capítulo desta dissertação.

²⁵¹GAMA, Marcília. *O Dops e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 1996. P. 30.

novas exigências foram surgindo e paulatinamente construíram um significativo acervo sobre diversos aspectos da vida social no Recife.

A criação de prontuários individuais e funcionais, a unidade documental daquele acervo, contam histórias de suspeitas policiais nem sempre declaradas nos documentos amontoados em cada pasta, tornando difícil perseguir o rastro dos motivos de possíveis repressões. No entanto, indicam caminhos para existência de outros turismos que circulavam no Recife daqueles anos e que estavam possivelmente disponíveis para a construção do olhar do turista.

Nesse sentido, o prontuário funcional de número 43-D, contém informações sobre “A Turista”, uma loja que vendia cartões de natal, álbuns do Recife, Guias, pequenas lembranças, fotografias da cidade e miudezas sortidas. Um pequeno anúncio enviado a Fábio Corrêa, o delegado da DOPS, estava acompanhado de um informe escrito de próprio punho: “devido as suas ordens de não vender vistas da cidade que representam pontes e perspectivas, eu, para não deixar meus fregueses sem postais de boas festas fabriquei uns humorísticos”, e continuou, “remetendo a V.S. tenho a certeza que o Sr. Dr. Não encontrará no desenho nada contra a moral ou contra política do Brasil e aliados”²⁵².



Imagem 7: Prontuário Funcional 43-D – 26/11/1942. Arquivo da Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS). [APEJE]

Aquele pequeno bilhete permite a compreensão imediata de dois aspectos. Em primeiro lugar, ele se refere a uma série de cuidados tomados pelo governo brasileiro a partir do início de sua participação na contenda bélica mundial em agosto

²⁵²Prontuário Funcional 43-D – 26/11/1942. Arquivo da Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS). [APEJE]

de 1942. Nesse sentido, publicar/vender panoramas ou fotografias de pontes da cidade poderia ser um prato cheio para os possíveis “inimigos da nação”. O segundo aspecto é a dimensão da comercialização, naquele estabelecimento, de textos e panoramas sobre o Recife.

“A Turista” se situava na rua das Laranjeiras, no Bairro de Santo Antônio. Ligava a Praça da República, onde se encontram o Palácio do Governo, o Teatro de Santa Isabel e o Palácio da Justiça, até o Pátio do Paraíso, demolido em 1943²⁵³. Aquela rua, demolida para a construção da primeira etapa da Av. Dantas Barreto, servia como um corredor que ligava setores importantes do Recife, narrados com frequência em textos como os de Affonso de Carvalho, de Octávio Tavares e de Gilberto Freyre²⁵⁴. Possivelmente, os “turistas” argentinos em sua ligeira passagem pela cidade tenham flanado na Rua das Laranjeiras em busca de algo que chamasse a atenção dos seus olhares. Ou mesmo, na agência de turismo chamada *Brasiléia*, que ficava na Rua do Imperador n. 451, local onde existem igrejas importantes da cidade também visitadas pelos três mosqueteiros de Affonso de Carvalho. Esta agência, devidamente regulamentada pelo DIP, possuía sua sede no Rio de Janeiro e filiais em São Paulo, Espírito Santo e no Recife. Da mesma forma, vendia publicações relacionadas aos locais nos quais tinha um escritório²⁵⁵.

Parecia ser comum aos olhos dos visitantes, devido à localização dessas duas lojas, e ainda às “diversas livrarias” do anúncio do Informador Nery, que publicações sobre o Recife pudessem ser encontradas com certa facilidade em estabelecimentos locais. Haviam ainda, comércios que não dedicavam propriamente as suas atividade à negociação de livros e guias, mas serviam como ponto de divulgação de imagens da capital pernambucana.

É o caso, por exemplo, de Alexandre Berzin, o mesmo fotógrafo da imagem que inicia esta dissertação. Ele foi uma figura importante na construção dos olhares sobre o Recife no Foto Cine Clube, onde ministrava cursos de fotografia com turmas das mais variadas, contando com alunos como José Césio Regueira Costa, secretário

²⁵³*Guia Informativo do Recife*. Op. Cit. P. 132.

²⁵⁴Sobre as reformas urbanas no Recife do período aqui estudado ver: PONTUAL, Virgínia. *Dois prefeitos e uma cidade*. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.; OUTTES, Joel. *O Recife, gênese do urbanismo*. Recife: Ed. Massangana, 1997.

²⁵⁵*Brasiléia Agência de Turismo*. Prontuário Funcional 65-D. [DOPS/PE- APEJE].

da DEPT, e muitos outros que de alguma forma dedicaram parte de sua existência a captar cenas da cidade e de seus arredores. No mesmo local das aulas funcionava o Foto AB, na Rua da Imperatriz 240; lá se vendia imagens do Recife, com panoramas e uma grande variedade de imagens daquela urbe, como indicou Gilberto Freyre na segunda edição do seu *Guia Prático Histórico e Sentimental*. Ele ainda indica outros, como o Foto Fidanza, também na Rua da Imperatriz, e o Fotógrafo Batista, situado na Rua do Imperador, n. 247²⁵⁶.

No entanto, Alexandre Berzin é um caso a ser olhado com mais atenção devido às funções que ocupava na construção do acervo fotográfico da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*. Ele foi um dos fotógrafos mais atuantes daquela instituição, construindo um acervo da maior valia para se entender o Recife dos anos de 1940. Por conta desta atividade junto à DEPT, ele conseguiu algumas benesses que outros fotógrafos podem não ter conseguido. No prontuário funcional da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, há uma autorização enviada à *Delegacia de Ordem Política e Social* assinada por Manoel de Souza Barros para que aquele fotógrafo tivesse livre trânsito na cidade afim de efetuar os serviços pelos quais foi contratado. Ou seja, ele andava com um pequeno cartão, apresentando caso fosse abordado por alguma autoridade pública, ainda mais, pela sua aparência, loiro, alto e com sotaque estrangeiro, poderia ser visto pelos setores competentes como um inimigo dos Aliados. Alexandre Berzin era natural da Letônia e estava no Recife desde 1929²⁵⁷.

Autorizar fotógrafos aos seus ofícios não era um padrão apenas da capital pernambucana. O próprio *Departamento de Imprensa e Propaganda* emitiu uma centena de autorizações para que fotógrafos e artistas como Bernhard Gustav Julius Arp Drolshagen, Roberto Burle Marx, Genvieve Naylor, pudessem “tirar fotografias e paisagens de aspectos turísticos do nosso país”²⁵⁸. É importante lembrar que a

²⁵⁶FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, 1942. P. 227.

²⁵⁷*Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*. Prontuário 185-D. [DOPS/PE – APEJE]. Sobre Alexandre Berzin ver. BRUCE, Fabiana. *Op. Cit.* 2013. 155-164.

²⁵⁸Há no fundo *Agência Nacional* uma centena de ofícios como os acima mencionados. De modo que não farei a referencia de todos.

constituição de arquivos fotográficos foi aparentemente comum nas instituições brasileiras que se dedicavam a propaganda estatal naqueles anos²⁵⁹.

Atrelando uma construção sistemática da paisagem da cidade a uma série de elementos a serem levados em conta na construção do olhar do turista, faz-se necessário observar mais atentamente a produção de textos e imagens sobre o Recife, assim como a participação do Estado nesse mérito.

As imagens produzidas por Alexandre Berzin para a *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* foram utilizadas das formas mais variadas e compuseram junto a outros textos, histórias sobre um Recife que pretendia ser transmitido como turístico. O antropólogo e historiador Celso Castro no texto *Narrativas e Imagens do Turismo no Rio de Janeiro* chamou atenção para o fato de que “seria ingenuidade pensar que um local possa ser ‘naturalmente’ turístico”. Para ele, o seu reconhecimento enquanto tal “é uma construção cultural – isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada”²⁶⁰. É preciso, portanto, perceber as nuances dessa construção e em que medida e para quem ela passou a ser uma cidade turística.

Os textos publicados sobre o Recife tiveram uma larga contribuição na construção do que seria, naqueles anos, digno de visita. Nesse sentido, a *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* possuiu, a meu ver, um papel central na formulação de narrativas sobre a capital pernambucana no período aqui estudado. Ela possuía uma dinâmica de publicação que permitia ao visitante, ou mesmo, aos moradores do Recife, conhecer a cidade. No entanto, essas narrativas não são nenhum um pouco homogêneas entre si, sendo direcionadas aos espaços nos quais seriam publicadas.

O *Boletim do Porto e da Cidade do Recife* teve a sua primeira edição em 1939, no entanto, até 1940 era publicada pela *Diretoria das Docas e do Porto do Recife*,

²⁵⁹LACERDA, Aline Lopes. A “Obra Getuliana”, ou como as imagens comemoram o Regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 7, 1994, P. 241-263; COUTO, André Luiz Faria, e GITIRANA, Tolma Bonniau. “Fotografia e propaganda política: o Estado Novo em foco”. Rio de Janeiro, Cpdoc, 1989.

²⁶⁰CASTRO, Celso. *Narrativas e Imagens do Turismo no Rio de Janeiro*. In. VELHO, Gilberto (org.), *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999. P. 80.

cujos editor responsável era José Césio Regueira Costa. Quando este último foi designado para a DEPT, levou consigo também a publicação para *Diretoria de Turismo* da Prefeitura Municipal. No primeiro número, de setembro de 1941, há um artigo de Antônio Novaes Filho, o prefeito do Recife, sobre o aparecimento daquela publicação no qual informava o seu prazer de “reatar a circulação do Boletim do Porto do Recife (...) Uma publicação que encontrou leitores e amigos; é uma publicação reclamada pelo público e que teve aficionados entre as camadas mais distinguidas da nossa inteligência”.

Era a princípio uma publicação trimestral, mimeografada, com 20 a 30 páginas em média. Ricamente ilustrado com fotografias, muitas delas do próprio Berzin, além de desenhos de artistas como Hélio Feijó, Manuel Bandeira, Augusto Rodrigues, entre outros. O prefeito do Recife ainda escreveu que entre os amigos do *Boletim*, estavam autores como Aníbal Fernandes, Luís Estevão, Antônio Baltar, Willy Lewin, Oscar Brandão, Mário Melo, José Campelo, Naasson Figueiredo, Mário Mendonça, Alberto Vasconcelos, entre outros. E complementou afirmando que aquelas páginas estavam abertas também para os técnicos do Recife, “sobretudo para aqueles que se sentem satisfeitos em trabalhar para a nossa cidade, para essa velha e tradicional cidade do Recife”²⁶¹.

Alguns dos textos foram escritos exclusivamente para serem impressos naquelas páginas. Na primeira edição, por exemplo, os artigos de Mario Sette, Ascenso Ferreira, Everardo Vasconcelos e Mário Mendonça, ou seja, quatro dos cinco autores, registraram: “especial para o Boletim da Cidade e do Porto do Recife”. Nas edições seguintes o padrão permanece. Havia também a Galeria dos Tipos Populares, uma sessão chamada “Ruas e Cais”, outra nomeada de “Notícias Breves” e por último um resumo de estatística municipal abordando os mais diversos dados da vida na capital pernambucana.

A composição de cada uma das edições construía em suas páginas narrativas sobre o Recife de um outro tempo, quando não do seu próprio. Mais do que isto, elaborava um compêndio de uma cidade em pleno fervor da mudança, das marteladas

²⁶¹NOVAES FILHO, Antônio. Boletim da Cidade e do Porto do Recife. *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, n. 1, 1941.

demolindo velhos pardieiros, das saudades dos becos, das paisagens e, sobretudo, dos sujeitos que a compunham.

O historiador Raimundo Arrais dedicou um trecho de sua tese de doutoramento aos “Suspiros e soluços sob o abrigo do Estado”, no qual trata especificamente do *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*. Arrais afirmou que aquela publicação “traduziu a ambiguidade que a cidade experimentou nessa era de reformas, dando meios para que, dentro e a partir dos aparelhos administrativos, se expressasse tanto a euforia de governantes e técnicos quanto como o sentimento de melancolia dos intelectuais”²⁶². Ainda escreveu em um outro livro, *Recife, Capital da Saudade*, o quanto alguns escritores daquele período tiveram as suas obras marcadas por um sentimento de perda de uma cidade que estava se esvaindo, de um outro cenário que se erigia diante das margens do Rio Capibaribe.

O poeta Ascenso Ferreira escreveu para a primeira edição do *Boletim*:

As panzer divisões de prédios-cimento-armado
Estão tomando de assalto nossa Recife colonial,
Abatendo por terra todas as tradições...

Triunfalmente elas avançam,
Disformes e Taciturnas
Povoando o cenário
De estranhas visões!

- Tomaram conta do Pátio do Paraíso!
- Refletem os vultos nas águas do Rio
- As ruas de São José ameaçadas já estão...

.....
Oh! Tragédia iminente dos
Velhos templos monumentais,
Espetacularmente cercados por elas,
No meio das praças públicas,
Como ILUSTRES PRISIONEIRO DE GUERRA
Expostos à curiosidade das multidões!

-
- Vamos embora, Maria!

²⁶²ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004. P.50.

A construção de um cenário como este da poesia de Ascenso Ferreira demarca a entrada vertiginosa de um novo ordenamento urbano no Recife, que embora planejado alguns anos antes, saía do papel justamente naqueles anos. Tudo isso, adensado por novas compreensões sobre o espaço da cidade a partir do aparecimento de novas categorias sócio-profissionais, a exemplo do urbanista²⁶³. Urbanistas que não só deixavam suas marcas no traçado do Recife, mas também escreviam nas páginas do *Boletim do Porto e da Cidade*. Autores como José Estelita e Antônio Bezerra Baltar, os quais participaram da comissão responsável por avaliar as preservações e as demolições a serem feitas, refletiram sobre a nova ordem urbana com a qual a capital pernambucana se deparava²⁶⁴.

No segundo volume do *Boletim*, Baltar escreveu um artigo sintomático da acomodação da ideia de uma “tragédia iminente dos velhos templos monumentais”, às novas noções de espacialidade, sobretudo, de arquitetura²⁶⁵. O texto *Arquitetura e Tradição* possuía como ilustração a seguinte imagem:



Imagem 8: Boletim do Porto e da Cidade do Recife. Out.-Dez. De 1941. N. 2.

Esta gravura representa tanto a inquietação de Ascenso Ferreira em relação ao aparecimento de grandes edifícios quanto o argumento de Baltar. Este último escreveu: “A má arquitetura, tão variada em suas manifestações, deve ser banida pouco-a-pouco. Por um trabalho de educação antes mesmo que de demolição”. E continuou, “nenhum perigo existe em se lançarem novos e belos edifícios em ambientes tradicionais. Eles se sentirão ao lado dos antigos edifícios de boa

²⁶³OUTTES, Joel. *Op. Cit.*

²⁶⁴Há uma série de correspondências sobre a Comissão do Plano da Cidade no acervo pessoal de José Campello que se encontra no CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco.

²⁶⁵ Antônio Bezerra Baltar nasceu em Recife, em 16 de agosto de 1915. Formou-se pela Escola de Engenharia em 1938. Ainda estudante, trabalhou na diretoria de Arquitetura e Urbanismo-DAU, órgão coordenado por Luiz Nunes, que integrou Pernambuco no Movimento da Arquitetura Moderna Brasileira. Tal experiência, segundo o próprio Baltar, teria reflexos por toda sua vida profissional. <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=114>

arquitetura, como sentem as novas gerações de uma família ao lado das antigas”²⁶⁶. O autor do texto *Arquitetura e Tradição* não apenas refletiu sobre isso naquelas páginas, como concretizou esta noção no espaço da cidade. Na gravura, ao centro encontra-se um edifício de linhas retas, em estilo moderno, completamente diferente dos outros que estão a sua volta. Este modelo trata-se do Palácio da Fazenda projetado pelo próprio Antônio Bezerra Baltar. Este debate foi traduzido por autores, a exemplo de Raimundo Arrais, como sendo um embate entre a modernidade, quase sempre representada pelo avanço de construções urbanas, com a tradição de outro tempo da história da cidade.

Se de um lado havia uma preocupação com a paisagem física da cidade, por outro, existia um olhar atento para as figuras que circulavam no espaço urbano e que o conferia um aspecto pitoresco. Os *tipos populares* foram registrados nos primeiros dois primeiros anos de existência daquela publicação com uma seção homônima. Tratava-se de uma página com uma fotografia que ocupava pouco mais da metade da lauda e trazia um pequeno texto a respeito da vida do *tipo popular* representado na imagem. Na edição do primeiro trimestre de 1941, saiu do prelo o “Homem das Ostras”. Gabriel do Espírito Santo, nascido “no ano da Revolução Praieira [1848]”, costumava fazer “versos à lua, às namoradas e às ostras. Sobretudo a estas últimas”²⁶⁷.

Iaiá, a mãe dos gatos, quando figurou nas páginas do periódicos já não andava mais nas ruas do Recife, nem dormia em pequenos quartos de aluguel nos pardieiros do bairro de São José, “às voltas com bichos, e com as gentes mais humildes do bairro”. Morreu só, “vocês bem sabem que os gatos não acompanham enterros”. Teve uma infância feliz, casou-se, trabalhou e criou um lar. Porém, não tardou muito para que “os ventos agrestes da vida lhe tirasse todas as doçuras da existência modesta”. Depois de perder o marido passou a fazer caixas de papelão que cambiava por parques tostões. Diante das asperezas da vida um sentimento inesperado começou a crescer dentro dela, o amor pelos bichos, sobretudo pelos gatos. Quando conseguia ganhar algum dinheiro com a venda de qualquer miudeza, comprava comida e repartia

²⁶⁶BALTAR, Antônio Bezerra. *Arquitetura e Tradição. Boletim do Porto e da Cidade do Recife*. Out.-Dez. De 1941. N. 2.

²⁶⁷Tipos Populares do Recife. *Boletim da Cidade do Porto do Recife*, Set. 1941, n.1.

igualmente entre ela e os seus bichanos que a seguiam juntos em uma estranha peregrinação²⁶⁸.

Em outra edição, quem teve sua história brevemente contada nas páginas do *Boletim*, foi Artur Miranda, conhecido como Bochecha. Perambulava pelas ruas da cidade, amigo “de homens de letras, de jornalistas, artistas e estudantes”, convivia com todos que lhe queriam muito bem pela oportunidade de seus “ditos espirituosos e irreverentes”, vivia a pedir alguns níqueis na rua e era sempre observado pela polícia²⁶⁹.

O “Cariri”, outro desses *tipos*, evadido da seca do sertão, “alimentando-se ao Deus dará... Encheu as costas de couros de bode, de peles de cobra, matulão que lhe emprestava um aspecto funambulesco e apavorante para a meninada medrosa”. Os versos de uma música do carnaval pernambucano anunciava: “lá vem Cariri aí, com saco de pegar criança, pegando menino e moça, pegando tudo o que a vista alcança”²⁷⁰.

Dos *tipos populares* impressos nas páginas do *Boletim do Porto e da Cidade do Recife* muitas histórias são possíveis, sobretudo, as das relações que esses sujeitos estabeleciam com o espaço urbano. Estavam sempre nas áreas centrais da capital pernambucana, como elementos da paisagem, senão daquele presente, mas também de um passado que era compartilhado por um determinado grupo de pessoas. Mesmo que o termo *tipo popular* não estivesse necessariamente vinculado aos níveis de fortuna daqueles sujeitos, na seção do *Boletim* havia uma certa aproximação entre eles e as áreas mais pobres da cidade.

A seção *Rua e Cais* dava ao leitor a possibilidade de conhecer um pouco sobre a cidade através dos comentários do autor daquela coluna, o qual desconheço. Ali haviam notícias que iam desde um novo Guia do Recife que a DEPT estava preparando com o intuito de atualizar aquele de 1935, até informações sobre Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, ou sobre o *blackout* que ocorreu em

²⁶⁸Tipos Populares do Recife. *Boletim da Cidade do Porto do Recife*, jan.-jun. 1943 [p.45].

²⁶⁹Tipos Populares do Recife. *Boletim da Cidade do Porto do Recife*, out.-dez. 1941.

²⁷⁰Tipos Populares do Recife. *Boletim da Cidade do Porto do Recife*, Jan.-Marc. 1942, n. 4.

decorrência dos treinamentos para o caso de alguma invasão em decorrência da II Guerra²⁷¹.

A partir do segundo volume do *Boletim* foi criada uma seção chamada *Depoimentos sobre o Recife*. Ali haviam dois ou três excertos de crônicas de viajantes dos mais diversos períodos, desde o período colonial até, por exemplo, Luc Durtain, o viajante francês que comentei há algumas páginas acima. Muitos dos excertos divulgados nas páginas daquela publicação ganharam tradução exclusivamente para tais edições. O texto de Vera Kelsen, por exemplo, professora norte americana que passou pelo Brasil conhecendo as suas “sete chaves”, teve as suas linhas traduzidas do inglês para o português para tal publicação²⁷². Esta iniciativa sistematizou uma série de textos sobre o Recife e os tornou conhecível para um público leitor local, ou estrangeiro que tivesse acesso àquelas páginas. Por sinal, em entrevista com José Luiz Mota Menezes, recebi a informação de que o *Boletim do Porto e da Cidade* não era vendido e sim distribuído em locais estratégicos, na própria Diretoria e em instituições com interesses turísticos²⁷³.

A partir de 1943, houve uma série de complicações em relação à manutenção periódica de qualquer publicação. Uma sutil diferença na capa do *Boletim* indica que aquela edição não havia sido feita necessariamente naquele ano, tendo em vista a informação inscrita na capa do periódico: “produzido pela Diretoria de Documentação e Cultura”. A DEPT tornou-se DDC apenas em fins de 1944, no entanto, aquele exemplar estava datado como sendo do ano anterior. A primeira página do volume esclarece a dúvida: “Há longos três anos que não vem à luz o *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. A sua ausência, é agradável confessar, causou saudades entre os seus amigos, que são muitos”. Explicou que “dificuldades surgiram, que inevitavelmente prejudicariam, como ainda prejudicam, o *Boletim*. A dificuldade de obter-se papel de boa qualidade e de se conseguir, sobretudo, peças de substituição para o velho Gestetner 6”²⁷⁴.

²⁷¹ Rua e Cais. *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, N. 3, Jan.-Mar. 1943.

²⁷²Seven Keys to Brazil. *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, N. 5-6, Jul.-Dez. 1942.

²⁷³Entrevista realizada com o Prof. José Luiz Mota Menezes, no dia 19/07/2014, no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

²⁷⁴ *Boletim do Porto e da Cidade do Recife. Boletim do Porto e da cidade do Recife*. N. 4-5, 1943. Gestetner era a máquina onde eram impressas as publicações da DEPT.

Isto quer dizer primeiramente que o *Boletim* de 1943 só foi publicado três anos depois do que estava previsto, ou seja, 1946. É um elemento significativo que altera significativamente a forma contemporânea de se ler aquele documento, que não chegou aos seus destinatários no período previsto. Em segundo lugar, a crise do papel mencionado no texto aturdiu não só a *Diretoria* da Prefeitura Municipal do Recife, mas foi uma preocupação do governo brasileiro como um todo, como bem explicitou o Major Reis, diretor do DIP em um ofício enviado ao Presidente da República:

Estão as empresas jornalísticas brasileiras atravessando a crise mais aguda já registrada em sua história, por motivo de falta de papel para impressão. Para atenuar esta grave situação impõe-se a adoção de providências, que se façam sentir durante a anormalidade geral, decorrente da guerra (...) os jornais se vêm obrigados a reduzir sensivelmente suas tiragens, usando o artigo nacional, muito inferior, e 100% mais caro que o de origem estrangeira²⁷⁵.

No entanto, o fato de se ter uma crise como esta que causava desagrvos para a imprensa local cerceasse os meios de propaganda da DEPT. Esta Diretoria mantinha ainda duas publicações, o *Minuto do Porto e da Cidade do Recife*, um informativo diário publicado nos jornais e a *Revista Arquivos*, de periodicidade semestral, como o *Boletim*, sofreu com o problema da crise do papel.

A *Revista Arquivos* foi acolhida com aparente sucesso à época do seu lançamento em março de 1942. O jornalista Aníbal Fernandes escreveu que “os arquivos se enquadram num gênero de publicação, já bem conhecidas, como a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e os *Arquivos da Prefeitura de São Paulo*”²⁷⁶. Como sugere o nome da revista, ela possuía em suas seções trechos de documentos transcritos, que funcionavam como um arquivo efetivamente, tanto das atividades de antigas, quanto da história recente do Recife. A seção inicial chamava-se “papéis antigos” e trouxe impressa as Atas da Câmara Municipal de meados do século XIX. Havia também uma outra parte da revista que se dedicava a assuntos do passado, a “colaboração e transcrições”, que contava com textos de autores como Mário Sette, João Peretti, Ascenso Ferreira e outros. Também reproduziam textos de autores do século anterior.

²⁷⁵Ofício N. 185/1942. *Departamento de Imprensa e Propaganda*. [Fundo Agência Nacional – AN].

²⁷⁶ Coisas da Cidade. *Diário de Pernambuco*, 27/03/1942.

Outro aspecto importante que reitera a ideia de arquivo é a publicação de uma seção intitulada de “papéis administrativos”. Ali eram divulgados relatórios orçamentários da Prefeitura Municipal, relatórios da própria *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, registro de palestras, cursos, visitas que ocorreram na capital pernambucana daqueles anos.

Até o ano de 1943, a *Revista Arquivos* foi publicada semestralmente, no entanto, pelos mesmos motivos do *Boletim*, teve as suas atividades suspensas em 1945 até 1951 quando foi lançado um volume único cobrindo todo este período. No entanto, nem a *Revista Arquivos*, nem o *Boletim do Porto e da Cidade do Recife* possuíam a amplitude de recepção que o *Minuto do Porto* possuía. Se de um lado aquelas publicações eram distribuídas pela própria prefeitura, provavelmente passavam ao largo de grande parte da população da capital pernambucana. Do outro, o *Minuto do Porto* entrava diariamente na casa das pessoas através do rádio e era transcrito em dois jornais da cidade, o *Folha da Manhã* e o *Jornal do Commercio*.

Na primeira edição do *Minuto*, o prefeito Novaes Filho tratou de registrar o seu depoimento nos microfones daquela rádio: “uma iniciativa, ao parecer tão simples, mas que, com o concurso da Rádio Clube de Pernambuco e da imprensa da capital, se tornará uma grande projeção e de grande alcance”²⁷⁷. Os fios da propaganda estatal se irradiavam através das ondas curtas da *Rádio Clube de Pernambuco* – PRA-8, levando notícias sobre o Recife e suas potencialidades turísticas.

²⁷⁷Inaugurado, na Rádio Clube de Pernambuco, o programa de propaganda do Recife. *Folha da Manhã*, 28/08/1940.

RADIOCULTURA	
RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO	
P. R. A. 8	
Ondas: 410 e 49,92 mts., 720 e 6010 Kc/s.	
Programa para hoje:	
10 horas — Hino nacional.	19.10 — Telegramas da Transocean.
10.03 — Jornal falado.	19.15 — Emanuel Silva.
10.10 — Programa do almoço.	19.25 — Telegramas da agência Reuter.
11 — Minuto da cidade e do porto do Recife.	19.35 — Denise Avani.
11.01 — Gravações.	19.40 — Al Denny.
12 — Hora certa — Jornal falado.	19.50 — Aline Branco.
12.05 — Gravações.	20 — Hora do Brasil.
12.20 — Jornal falado da PRA-8.	21 — Palavras para voc.
12.35 — Mavirrose-Novelly.	21.05 — Soprano Júlia de C.
12.45 — Gravações.	21.20 — Emanuel Silva.
14 — Intervalo.	21.35 — Manezinho Araújo.
16 — Joias musicais.	21.50 — Bola no centro.
17 — Música popular.	22 — Jornal falado.
18 — Ave Maria. Boletim de informações oficiais.	22.08 — Joias musicais, com a Orquestra de Concertos, sob a regência do maestro Caporós, e Quarteto de cordas Euclides Fonseca, sob a direção do professor Babini.
18.10 — Programa do jantar — Gravações selecionadas.	22.35 — A vida que passa.
18.20 — Jornal falado.	23 — No silêncio da noite.
18.25 — Continuação do programa do jantar.	23.15 — Despedida. Hino nacional.
19.01 — Crônica da noite.	
19.03 — Radioleite.	

Imagem 9: Programação da Rádio Clube de Pernambuco. *Jornal do Commercio*, 15/08/1942.

A suspeita da eficiência de uma propaganda feita pelo rádio deve-se, antes de tudo, ao fato de haver no Recife uma grande quantidade de equipamentos de rádio-receptores. Segundo o censo do IBGE foram registrados 7.477 aparelhos em 1938 e 4.549 no ano seguinte. Sem contar os aparelhos que já existiam. Se comparado aos outros estados, Pernambuco seria o quinto em quantidade de rádio-receptores²⁷⁸. Além do mais, existia um incentivo por parte do governo de Vargas à cultura da radiodifusão através da Divisão competente por este setor no *Departamento de Imprensa e Propaganda*. Segundo a historiadora Lia Calabre, este setor previa “uma atuação ampla e eficaz, colocando o rádio como um meio privilegiado, através do qual o Estado poderia empreender sua obra de divulgação e integração nacional”²⁷⁹. Mesmo havendo uma distância entre o que se planejava e o que se realizava, o rádio promoveu naqueles anos mais uma possibilidade de entretenimento a seus ouvintes. Ainda mais a Rádio Clube de Pernambuco que era sem dúvida a mais divulgada nos jornais do Recife.

²⁷⁸Aparelhos de Rádio-Receptores registrados no departamento de correios e telégrafos. *Anuário Estatístico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V – 1939/1940.

²⁷⁹CALABRE, Lia. Políticas públicas e culturais de 1924 a 1945. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 161-181.

Diariamente publicava-se nas páginas do *Jornal do Commercio* e do *Folha da Manhã*, informes como este acima, contendo a programação diária da rádio. Não seria de estranhar que o alcance desta fosse significativamente maior do que a de outras estações.

O *Minuto do Porto e da Cidade* desde a sua primeira edição ocorria às 11 horas da manhã diariamente, com exceção do sábado e do domingo. Seria muito difícil recuperar aqui as experiências dos viajantes e dos habitantes do Recife ao ouvirem aquelas notícias, no entanto, há de se compreender que essas informações abriam margem tanto na sua forma pronunciada no rádio quanto impresso nos jornais, a outras narrativas sobre a cidade. Nesse sentido, é possível resgatar a impressão alguns de viajantes, escritores, sociólogos, em relação ao Recife, nos textos produzidos por estes sobre a capital pernambucana. Na edição de 29 de agosto de 1940, foram feitos comentários sobre a passagem de Sydney Clark que “viajou pela costa oeste da América do Sul, vendo paisagens novas e tomando notas apressadas para um ‘guia turístico’”. Continuou, “o seu livro saído agora, dedica quase duas páginas ao Recife (...) Não disse mal de nós, o Sr. Clark e juntou à notícia uma fotografia do trecho do rio defronte do ‘Grande Hotel’, ornado com uma barcaça a frente dando o “sabor característico do Recife”.²⁸⁰

Além disso também divulgava notícias sobre a paisagem pitoresca do Recife, as ruas cheias de tipos populares, de cores “gritantes e alegres do povo pobre, os vermelhos, os amarelos das ‘camisas de meia’, a brancura dos trajes de linho finíssimo, os panamás...”²⁸¹. Por ser um veículo de propaganda oficial, abundam informações sobre o governo do interventor Agamenon Magalhães, a obra contra os Mocambos, os números relativos ao recenseamento, de construção de casas populares e do alcance da iniciativa da DEPT em outros estados.

A complexidade da assimilação e da divulgação do que era turístico para aquela *Diretoria* estava atrelada a uma noção de espacialidade vinculada ao que ela representava quantitativamente, estatisticamente. Nesse sentido, ser turístico significava também unir à divulgação da cidade uma série de informações que

²⁸⁰Minuto do Porto e da Cidade do Recife. *Folha da Manhã*, 29/08/1940.

²⁸¹Minuto do Porto e da Cidade do Recife – Ruas do Recife. *Folha da Manhã*, 13/09/1940.

ditavam, de alguma, forma os avanços materiais da capital pernambucana. Embora, o perfil das publicações feitas pela DEPT, no Recife, circulasse de um lado, entre a saudade de uma cidade que se esvaia diante de intensas reformas urbanas e de outro pelo gozo do progresso traduzido em forma de estatística, esta última dimensão ganhou fôlego nas propagandas feitas pela Prefeitura Municipal em jornais de outros estados. O envio frequente de plaquetes estatísticas, produziram mais informações sobre a cidade do que necessariamente panfletos turísticos, até porque, a fronteira entre estes dois gêneros de publicação eram confundidos nas brochuras da *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*.

A relação entre as informações consumidas pelo visitante e as suas impressões sobre a cidade era, por assim dizer, mediada entre narrativas textuais e o contato com a materialidade do espaço urbano. A expectativa gerada pelo que era lido em literaturas de viagem nem sempre correspondiam ao cenário com o qual o visitante se deparava. Pode ser que os “turistas” argentinos não houvessem projetado nenhuma ideia do Recife antes de porem os pés em território pernambucano, no entanto, o mesmo não aconteceu com Sydney A. Clark, escritor norte americano mencionado linhas anteriores, o qual, através de indicação que lhe deram alguns prospectos e livros, saiu a procura de elementos holandeses da paisagem pernambucana. Não encontrando, “foi descobrir os seus nomes na lista do Guia Telefônico”²⁸².

No próximo capítulo darei, em parte, continuidade à temática trabalhada neste que se encerra. No entanto, há, como se verá mais adiante, um deslocamento da propaganda “oficial” para as formas menos institucionalizadas e mais difusas de apresentação do espaço urbano.

²⁸²Minuto do Porto e da Cidade do Recife. *Folha da Manhã*, 29/08/1940.

III

Entre estatísticas, mocambos e os turistas:
a paisagem e o caminho

3.1 Narrativas e estatísticas: O Recife e os seus números

Eustórgio Wanderley voltou ao Recife depois de alguns anos longe. Saiu muito cedo do seu torrão natal em direção ao Rio de Janeiro com o intuito de estudar na Escola de Belas Artes, onde anos mais tarde recebeu a láurea de melhor aluno. Constituiu a vida na então capital do país, seja como professor, seja como teatrólogo, como músico, ou mesmo como artista plástico, mas sempre, de alguma forma, conectado ao Recife²⁸³.

Ao desembarcar no porto da cidade percebeu logo de início que já não se tratava daquela das suas reminiscências. A paisagem encontrava-se amplamente modificada, e andar pelas ruas significava reconfigurar os seus passos na construção de um outro Recife. No final dos anos de 1930, a capital pernambucana passava por um momento em que as concepções de cidade, desde as áreas centrais e, principalmente, os seus subúrbios, estavam passando por significativas reordenações com o advento de outras novas formas de se pensar o espaço, inclusive com a institucionalização do urbanista enquanto categoria profissional.²⁸⁴

O Bairro de Santo Antônio foi uma das áreas que mais sofreu intervenções em suas feições. Foram suprimidas “as ruas do Cabugá, da Roda, das Trincheiras, os becos do Cajú e do Peixe Frito na antiga Pracinha, e mais uma grande parte da rua Estreita do Rosário”²⁸⁵. A notícia de que parte dos sobrados deste último logradouro haviam sido postos por terra trouxe a Eustórgio Wanderley uma nítida lembrança dos seus tempos de menino: “É que num dos seus antigos sobradões de três andares e sótão, o de número 32, nasci eu no 3º andar, ‘perto do céu, com os passarinhos’, conforme dizia Geraldo de Magalhães”²⁸⁶. Sessenta anos depois resolveu rever a sua velha moradia.

²⁸³ WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos Populares do Recife Antigo*. Recife: Ed. Colégio Moderno – 1. Série, 1953.

²⁸⁴ Ver OUTTES, Joel. *O Recife: gênese do urbanismo (1927-1945)*. Recife: Ed. Massangana, 1997.

²⁸⁵ WANDERLEY, Eustórgio. *Op. Cit.* P. 10.

²⁸⁶ *Ibidem*.

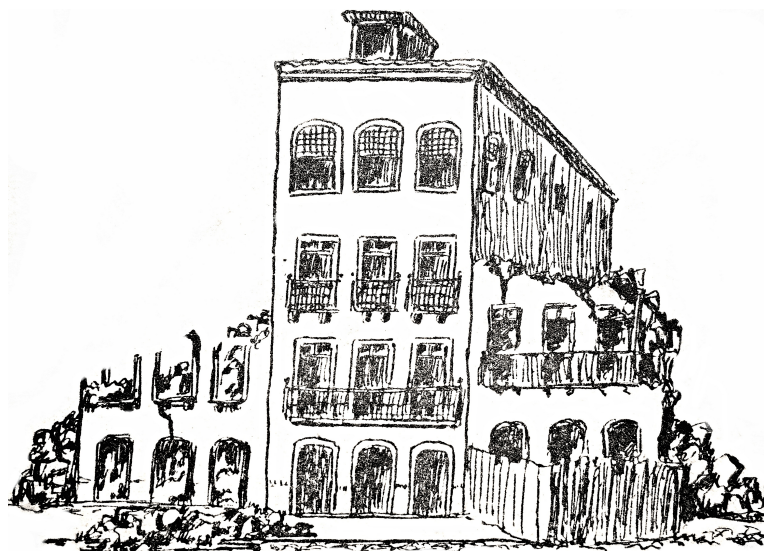


Imagem 9: Ilustração feita por Eustórgio Wanderley representando o sobrado em que morou na juventude na Rua Estreita do Rosário.

Subiu seis lances de escada, tratou com o proprietário mal encarado e finalmente conseguiu rever todos os cômodos. Mesmo com uma parca lembrança, pôde rememorar os primeiros anos de sua vida. Depois de descer as escadarias olhou ao redor, afirmando que a “Estreita do Rosário me parecia agora ainda mais estreita, atravancada com o entulho da demolição dos prédios vizinhos ao 32 (...) Eu lamentei o melancólico destino dos velhos sobrados do Recife de outrora, hoje em escombros, a servirem de aterro para os mangues da cidade”²⁸⁷.

Impressão semelhante à de Eustórgio Wanderley teve o escritor Polycarpo Feitosa, codinome de Antônio José de Melo e Souza, nascido na cidade de Natal. Já velho, “pela justificável gana de viver mais um pouquinho, voltou à luminosa cidade”, o Recife, depois de longos anos passados do período de sua infância e juventude, quando cursou a Faculdade de Direito²⁸⁸. Os *Dois Recifes* de Feitosa se contrapõem mutuamente entre os olhos, o bico da pena, e as recordações. O autor viveu no Recife, ainda “no tempo luminoso da abolição, que tanto brilho deu à vida nacional”²⁸⁹, e o seu retorno deu-se no ano de 1944, em um período semelhante ao escritor de *Tipos Populares do Recife Antigo*. No entanto, o percurso feito por Feitosa mostrou uma cidade com tantas modificações quanto permanências.

²⁸⁷ WANDERLEY, Eustórgio. *Op. Cit.* P.12.

²⁸⁸ FEITOSA, Polycarpo. *Dois Recife*. Recife: Cepe, 2011. P. 15.

²⁸⁹ Idem. P. 18.



Imagem 11:
Demolições no
Bairro de Santo
Antônio. [194?].
Fotógrafo: Alexandre
Berzin. Acervo
Museu da Cidade do
Recife.



Imagem 12:
Demolições no
Bairro de Santo
Antônio. [194?].
Fotógrafo: Alexandre
Berzin. Acervo
Museu da Cidade do
Recife.

Para relembrar os tempos de juventude, e aproveitando conselho médico, resolveu dar uma volta na cidade utilizando como meio de transporte o bonde. Circulou pelos arrabaldes que há muito tinha visto: “Admirava deste modo a atual extensão da cidade, as avenidas e estradas, quase tudo ainda sem melhoramentos ‘urbanísticos’, mas também quase tudo cheio de casas, cheio de gente, cheio de movimento e de vida”. Diferentemente do outro autor, não foram as novas feições do Recife que o espantaram, “mas o imenso trânsito de gente nas caçadas, tão dificultado nas travessias pelo dos automóveis, dos bondes, dos caminhões que se metem por toda parte”²⁹⁰.

Embora o Recife que os seus olhos presenciaram distasse daquele guardado em suas recordações, as mudanças na cidade montavam diante de si um espetáculo confuso e anárquico, condizente, segundo o autor, com as grandes cidades do Brasil. O tumulto, a balbúrdia do agitado cotidiano da capital pernambucana, levaram Feitosa para uma cidade do final do século XIX, que pela sua narrativa, parece ser um lugar muito mais aprazível para se viver do que aquele Recife da década de 1940.

O certo é que, tanto Eustórgio Wanderley, quanto Polycarpo Feitosa viram a cidade do presente com intuito de rememorar um outro tempo. Talvez, uma resposta adequada a ambos autores tenha sido cunhada, poucos anos antes, por Otto Prazeres, político pernambucano erradicado no Rio de Janeiro, secretário de Getúlio Vargas entre os anos de 1935 e 1936, o qual escreveu diversos livros tratando da conjuntura internacional do Brasil daqueles anos. Em um artigo para o *Jornal do Brasil*, intitulado *Recife, a minha cidade*, ele expressou preocupações semelhantes aos dos outros dois escritores, mas com uma outra perspectiva. Escreveu:

Há muita gente que, voltando ao seu torrão natal, que deixou há muito para ir trabalhar além, fica desgostosa ou mesmo furiosa quando, passados muitos anos, encontra tudo mudado, tudo melhorado, com evidentes sinais de progresso produzido pelo trabalho. Desejaria essa gente encontrar tudo como dantes, tudo conservado com o mesmo aspecto, com as mesmas linhas de dias há muito sumidos. Há muita ilusão nos que pensam dessa maneira amar a terra no seu berço. Eles não amam a terra, porque, verdadeiramente, o que amam é a própria mocidade, ou a própria

²⁹⁰ FEITOSA, Polycarpo. *Op. Cit.* P. 20.

meninice, a série de emoções pela primeira vez sentidas. Eles amam as suas recordações e não desejariam que as paisagens dessas recordações fossem alteradas²⁹¹.

Talvez, nem Wanderley, nem Feitosa, possuísem o mesmo material para aferir o crescimento da cidade da mesma maneira de Otto Prazeres. Ele não precisou colocar os pés em solo pernambucano para fazer a afirmação do “estado de progresso” pelo qual a sua terra natal passava. “Eis porque, não vendo há duas décadas a linda Recife, com ânsia me demorei a ver um folheto, com fotografias novas e desenhos antigos, distribuído pela Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo”²⁹². A fonte utilizada pelo político para validar o crescimento “sem competidores” foram as obras realizadas pelo “infatigável Novais Filho”, prefeito do Recife entre 1937 e 1945.

Prazeres leu os dados contidos no folheto que recebeu. Não foi apenas o aspecto estético da publicação, com suas fotografias e seus desenhos que possibilitaram a construção de uma imagem de cidade consumida pelo pernambucano, e sim a trama contextual na qual as imagens estavam inseridas: os dados estatísticos. Os índices avaliativos criados pela DEPT transmitiam ao seu leitor critérios de progresso, como por exemplo a construção de casas e a iluminação da cidade. O autor do artigo apontou que no ano de 1939 haviam sido construídas, em média, três casas por dia, se comparado ao ano de 1930. O número de residências foi de “apenas 295, longe da média de uma casa por dia”. Seguindo o mesmo parâmetro comparou o ano de 1935, e suas 2.762 lâmpadas elétricas, com o ano de 1939, o qual somou 4.445 pontos de iluminação. A pavimentação passou de 816.000 metros quadrados para mais de um milhão, “só a avenida Caxangá conta uma extensão de 5.847 metros, uma reta que é maior do que a maior reta que Paris apresenta, a rua Lafayette, com 5.550 metros”.

A crença daquele sujeito nos dados apresentados no folheto, fizeram com que sua lembrança da sua cidade natal ganhasse novos contornos, ou pelo menos, mais iluminados: “Estão aí, em cifras impressionantes, os sinais iniludíveis do progresso, do grande progresso da minha querida Recife”²⁹³.

²⁹¹ Recife, a minha cidade. *Jornal do Brasil*, 08/08/1940.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

Se de um lado, conterrâneos relembram, ou refazem as imagens que possuem da cidade na qual viveram parte da vida de maneiras distintas, por outro, os mecanismos para a publicidade daquele Recife de Otto Prazeres parece ter sido eficaz. Ao que parece não foi apenas o político pernambucano o único a receber o folheto em mãos, jornalistas do diário *O Globo* (RJ) aparentemente receberam o mesmo material causando uma impressão semelhante. O artigo de página inteira anunciava:

RECIFE MAIS BELLA E MAIS PROSPERA!

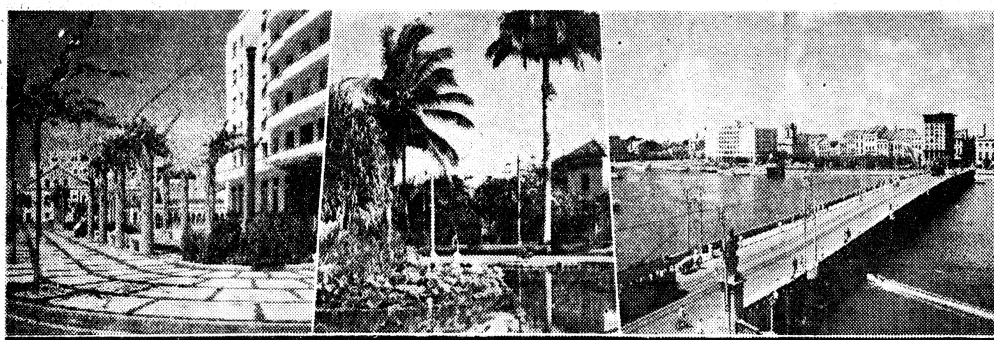


Imagem 12: *O Globo* (RJ). 30/07/1940.

O jornalista de *O Globo* fez um balanço das “grandes realizações do prefeito Novaes Filho em fecunda administração”, tratava-se do relatório de dois anos da administração daquele alcaide municipal elaborado pela DEPT. Na reportagem são utilizados exatamente os mesmos dados que Prazeres em seu artigo, tanto da iluminação pública e do calçamento, quanto do montante de casas construídas. O jornalista do *Globo* ainda acrescenta informações como as modificações tributárias realizadas pela administração do prefeito. Era uma cidade, segundo o artigo, untada pelos banhos do progresso²⁹⁴.

No entanto, parece que não foram apenas os sujeitos cujas posições eram estratégicas em termos de divulgação da cidade, a receberem as publicações sobre o Recife. A *Diretoria* recebia muitas cartas e algumas delas demonstravam o

²⁹⁴ Nos termos do artigo a ideia de progresso está associada ao crescimento material do espaço urbano.

sentimento semelhante àquele das páginas anteriores: “com grande satisfação, acuso o recebimento de um exemplar da ‘plaquette’ ultimamente editada por essa Diretoria, e que, por muita honrosa gentileza, acaba de ser endereçada à minha firma”, o remetente da carta foi M. C. Pacheco, proprietário da Farmácia Salva-Vidas, cujas impressões estavam habituadas a “verificar ‘de visu’ o dinamismo da atual administração municipal”. E, segundo ele, a “plaquette” servia para apresentar de maneira sistemática os avanços da capital pernambucana²⁹⁵.

Caso semelhante, aconteceu com o historiador carioca Max Fleiuss, à época secretário perpétuo do *Instituto Histórico Brasileiro*. O artigo publicado pela DEPT, cujo conteúdo reproduz parte da carta enviada por aquele sujeito, foi introduzido pela seguinte frase: “a propaganda da cidade está atingindo o sul do país. Este sul que sempre fez praça para ignorar o norte, solicitado por mil outras preocupações, inclusive as da riqueza, cujo centro e equilíbrio daqui se transportou desde o início da mineração do ouro e da plantação de café”²⁹⁶. No entanto, com o advento daquela aura de desenvolvimento material isto ia-se convertendo em “aplausos e entusiasmo” diante daquele cenário.

Max Fleiuss escreveu: “apresento a v. Excia meus parabéns calorosos pela útil publicação, que patenteia o progresso realizado na bela cidade do norte. Se me fosse possível, faria uma visita ao Recife, que tanto me encanta sob o ponto de vista histórico e geográfico”, porém, além de manifestar o seu interesse em relação a estes aspectos, registrou em sua carta a sua “admiração que veio robustecer a convicção de que a nossa pátria para se tornar cada vez maior só precisa de administradores do porte de Novaes Filho”²⁹⁷.

Essas narrativas foram selecionadas para formarem um quadro de impressões positivas sobre o Recife. Dentre as diversas cartas recebidas pela DEPT, algumas delas poderiam não ser tão positivas quanto a de Max Fleiuss. No entanto, missivas como esta última rendiam muito mais atenção do que outras que por ventura apresentassem aspectos negativos. Portanto, a própria repercussão das publicações da DEPT, passava por uma seleção deles próprios.

²⁹⁵ Propaganda da cidade. *Folha da Manhã* (matutino), 06/09/1940.

²⁹⁶ Propaganda da cidade. *Folha da Manhã* (matutino), 27/09/1940

²⁹⁷ Ibidem.

Uma tônica comum entre a maior parte dos textos acima mencionados é o uso da fonte estatística como parâmetro para afirmar que o Recife é uma cidade que progride. Nesta análise está inclusa algumas ideias importantes para compreender o uso dos números nas construções narrativas sobre um espaço específico. Nesse sentido, é preciso pensar qual o papel que a disciplina da estatística desempenhava naquele momento.

A relação entre Estado e estatística não era uma grande novidade naqueles anos. Esforços nesse sentido já haviam sido realizados desde a segunda metade do século XIX, quando tal disciplina passou a se popularizar no Brasil e na Europa²⁹⁸. Os sucessivos esforços em implantar um sistema eficiente para aferir os quantitativos do país esbarrou diversas vezes na organização de uma linguagem comum para todo o território nacional. Assim, segundo Alvim Pessoa, essa distância foi diminuída a partir do ano de 1931, com a criação do *Departamento Nacional de Estatística*, cuja função seria reger as normas para a construção de um sistema informativo mais consistente do ponto de vista dos dados numéricos²⁹⁹.

No entanto, parece que aquele *Departamento* não vingou da maneira esperada e deu margem à uma série de reformulações, transformando-o em um *Instituto de Estatística*. Àquela época, diversas instituições do próprio governo já acreditavam que a disciplina em questão possibilitava um conhecimento mais profundo das realidades brasileiras em seus diversos aspectos. Nesse sentido, fortalecer uma instituição, cujo objetivo era o de realizar de maneira sistemática dados sobre a realidade do país parecia uma saída bastante plausível. Com isso foi criado no ano de 1936, o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), cujo poder de mobilização federal, estadual e municipal, promovia uma equiparação nas formas de se colher os dados em todo o território nacional. Com isso estabeleceu-se parâmetros comparativos entre as diferentes regiões do país³⁰⁰.

²⁹⁸ SOARES, José Carlos de Macedo. Palavras de apresentação. *Revista Brasileira de Estatística*, Ano1. Vol.1, 1940.

²⁹⁹ PESSOA, H.E. Alvim. A cooperação disciplinada e os recentes progressos da estatística no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Ano1. Vol.1, 1940.

³⁰⁰ SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras – Vol. 3*. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2008. P. 50.

O IBGE passou gradativamente a ocupar um lugar fundamental na prática política brasileira. Os dados gerados a partir das suas pesquisas tornavam-se parâmetro para a institucionalização de políticas públicas em diversos setores, assim como um mapeamento da vida material dos brasileiros. No entanto, não era só no Brasil que a estatística ganhava força enquanto disciplina. Na Alemanha, por exemplo, desde a instauração do III Reich, o uso dos quantitativos conhecidos favoreciam a constituição de outras maneiras de estabelecer relações e espacialidades.

Segundo Adam Tooze, historiador da estatística, o terceiro Reich teve um papel de suma importância na construção da concepção de estatística moderna. Leia-se como aquela, cujo objetivo não é apenas o quantitativo pelo quantitativo, mas a instrumentalização como formas de justificar ou controlar um determinado *status quo*³⁰¹. A iniciativa do governo alemão, de que os números demonstravam uma verdade, por assim dizer, inquestionável, aparece de maneira muito semelhante naquele Recife dos anos 1940. O próprio Souza Barros, diretor da DEPT, no discurso inaugural desta instituição, afirmou categoricamente que a estatística funcionava como um método para aferir a realidade³⁰². Esta afirmativa parece ter sido traduzida da mesma maneira pelos diversos depoimentos listados linhas acima, embora selecionados pela própria *Diretoria*.

A iniciativa de tornar em argumento turístico dados estatísticos, possibilita a compreensão das formas de divulgação do Recife em publicações realizadas fora da cidade. No ano de 1943, a DEPT publicou o relatório dos seis anos da administração do prefeito Novaes Filho. A publicação apresenta a capital pernambucana completamente modificada em seus aspectos físicos. Os quadros estatísticos montados estabelecem um comparativo entre o que havia antes da instauração e Estado Novo, e o que passou a ser feito posteriormente. Ricamente ilustrado, o folheto produz uma percepção sobre o Recife não muito diferente da fala de Otto Prazeres, e, ao que parece, os consumidores daquelas informações reiteravam os

³⁰¹ TOOZE, J. Adam. *Statistics and the German State, 1900-1945: the making of modern economic knowledge*. Londres: Cambridge Studies in Modern Economic History, 2001. Afirmação semelhante foi feita por: ALY, Götz. *The Nazi Census – Identification and control in the third Reich*. Philadelphia: Temple University Press, 2004.

³⁰² Quadros e Índices de realizações que estamos vivendo. *Folha da Manhã* (matutino), 11/05/1939.

mesmos argumentos da “bela e próspera capital pernambucana”. No entanto, o impacto produzido pela publicação do relatório do prefeito repercutiu em alguns espaços destinados predominantemente à apresentação de determinadas espacialidades como turísticas.

É certo que no ano da publicação do relatório, a palavra turismo talvez não fosse a palavra mais escutada em território nacional, sobretudo, no Recife, onde as ondas da Segunda Guerra bramiam com mais intensidade³⁰³. No ano de 1943 o Brasil deu início à organização das suas tropas tendo como destino a cidade de Monte Castelo na Itália, no entanto, não era esta a imagem transmitida pela prefeitura municipal do Recife, apesar da massiva presença de soldados americanos nas ruas da cidade³⁰⁴.

Naquele ano, os editores da Revista *Trans Brasil Hotéis e Turismo* provavelmente receberam um exemplar do *Relatório de Seis anos de Governo da Administração Novaes Filho*, “um homem moço, dinâmico, de vistas largas e de um sadio idealismo construtor”³⁰⁵. Tal periódico foi criado no ano de 1935, no Rio de Janeiro, pela *Associação Brasileira da Indústria de Hotéis*. Trata-se de uma publicação cujo objetivo era contribuir com a divulgação do país como uma destinação turística. Mas não só, por ter sido criada por um órgão representativo de classe, muitos artigos tratam das questões de mercado, com análises detalhadas das práticas turísticas realizadas em outras partes do globo.

Na referida publicação, o prefeito constrói para si próprio esta imagem de um sujeito que trabalha arduamente para a modificação das feições do Recife. Escreveu: “A capital pernambucana entrou numa fase de completa e radical renovação. Abrem-se avenidas, constroem-se palacetes e arranha-céus, lançam-se pontes sobre os rios que cortam a cidade e dividem os seus bairros, ajardinam-se praças e “urbs”

³⁰³ Turismo. *Trans Brasil Hotéis e Turismo*, ano viii – n. 53 – março-abril de 1943.

³⁰⁴ Há sobre este assunto o recente trabalho de Manoel Felipe, cujo objetivo é compreender a influência da II Guerra Mundial no cotidiano da cidade do Recife. Ver. FONSECA, Manoel Felipe Batista da. *Base Fox: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da base naval U.S. Navy no Recife durante a campanha do Atlântico Sul (1941-1943)*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFPE, 2014.

³⁰⁵ A grande obra de renovação da cidade do Recife. – O que tem sido a fecunda e inteligente administração do Sr. Novaes Filho na capital Pernambucana. *Trans Brasil Hotéis e Turismo*, ano VIII. N. 54 – maio-jun. De 1943.

engalanam-se e torna-se cada vez mais formosa”³⁰⁶. Esta “formosura” constituída por diversas edificações, acabou por estabelecer uma eficiente política de propaganda da cidade, pelo menos no que se refere às divulgações da obra do governo.

O artigo da *Trans Brasil Hotéis e Turismo* caracterizou a administração de Novaes Filho como um trabalho movido por uma “atividade febril, por um esforço ingente e incessante por ver a sua cidade cada vez mais bonita e mais próspera. Examina todos os casos, atende a todos os problemas, não descansa um minuto, e o certo é que Recife avança e a população se sente feliz com o seu prefeito”³⁰⁷. Esta conclusão fora tirada apenas da análise do texto e dos quadros estatísticos contidos no relatório apresentado, nesse sentido, cabe salientar que os mecanismos para apresentar o crescimento do Recife foram, por exemplo, “a arrecadação da cidade de Recife, que, em 1937 era de cruzeiros 14.960.000,00 passou a atingir somas bem maiores, as quais nestes 5 anos deram total de Cr\$ 100.235.000,00. Os saldos dessa arrecadação neste lustre, atingem Cr\$ 16.326.000,00”³⁰⁸. E continua:

Foram construídas 6.694 casas, numa percentagem de 251,49%, a mais sobre o último quinquênio. A média diária no período de 1938-42, foi de 3,43, enquanto que no quinquênio anterior apenas atingiu 1,38. Neste período a Prefeitura do Recife entregou ao tráfego público 164.637 m² de pavimentação e paralelepípedos sobre farófia de cimento e base de pedras britadas; 74.134 m² de pavimentação a asfalto, 10.500 m² em concreto e 6.378m² de macadame alcoforado. Até 31 de dezembro de 1937, a cidade possuía 872.684 m² de calçamento. A prefeitura no período do Estado Novo, elevou esse número a 1.078 m². Deste total existente em julho de 1942, 45,6% eram de calçamentos a paralelepípedo sobre areia, 40,5% de macadame alcoforado³⁰⁹.

Diversas são as leituras possíveis sobre dados como estes acima, no entanto, publicá-los em uma revista especializada em assuntos turísticos dão uma outra conotação ao conteúdo do texto. Os dados estatísticos são incorporados à narrativa

³⁰⁶ FILHO, Antônio Novaes. *Seis anos de administração municipal*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, P. 4.

³⁰⁷ A grande obra de renovação da cidade do Recife. – O que tem sido a fecunda e inteligente administração do Sr. Novaes Filho na capital Pernambucana. *Trans Brasil Hotéis e Turismo*, ano VIII. N. 54 – maio-jun. De 1943.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem.

do artigo reproduzindo uma verdade aparentemente consensual em relação aos números apresentados no relatório do prefeito Novaes Filho. Isto, talvez, parta da crença de que o papel da estatística enquanto disciplina, naquele período, tivesse o papel de estabelecer as veridicidades como estas acima apresentadas.

Se de um lado existem publicações que consumiram e reproduziram os dados construídos pela *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo*, do outro existe uma articulação editorial que pode escapar a esta pesquisa. O percurso entre o envio de um folheto e a sua propagação nas páginas de periódicos diversos é complexo e poucas são as fontes que documentam essa trajetória. Por isso é importante registrar que essa relação pode não ter sido galgada apenas na “boa” intensão das editorias, e sim em um esforço governamental no intuito de divulgar as suas obras. Em alguns casos, como sugeri em capítulo anterior, esse esforço estava acompanhado de um cheque para complementar a iniciativa da publicação.

Para poder recuperar de alguma forma as estratégias de construção dessas publicações, o próximo tópico analisará, a partir do livro de Vera Kelsey, a feitura de textos que utilizaram como base material dados recebidos pelas diversas instituições por onde passou, inclusive a DEPT.

3.2 “As sete chaves do Brasil” e a construção de um Recife

O fluxo de pessoas interessadas em escrever sobre o Brasil era aparentemente grande, segundo Césio Regueira Costa, secretário da DEPT, e redator do *Minuto do Porto e da Cidade*. No entanto, o número de publicações realizadas não equivalia à quantidade de escritores interessados em lançar obras sobre o país. Este tópico discutirá, a partir de um caso específico, o percurso narrativo da construção de um livro de viagem produzido por um desses escritores.

A obra que dá nome ao tópico, *As sete chaves do Brasil*, possui um sotaque bem demarcado, o inglês. Escrito pela socióloga estadunidense Vera Kelsey, *The Seven Keys to Brazil* foi publicado em janeiro de 1941 pela *Funk & Wagnalls Company* de Nova York. A obra soma mais de 300 páginas com interpretações sobre quase todo o território brasileiro com o intuito de construir os tipos característicos de cada uma das regiões do país.

Kelsey não era uma autora de primeira viagem, já havia publicado obras do mesmo gênero. O seu primeiro livro tratou das *Four Keys to Guatemala*, que obteve aparente sucesso, tendo em vista as suas reedições posteriores³¹⁰. No entanto, as *Sete Chaves do Brasil* não teve, possivelmente, o mesmo êxito, tendo em vista que ficou na sua primeira edição de 1940.

A argumentação da autora ao tratar do Brasil estava ancorada por um duplo percurso: o primeiro, um levantamento de uma extensa bibliografia; o segundo, através de informantes e instituições responsáveis por transmitir imagens, panfletos e tudo quanto fosse de material necessário para consulta. Dos tópicos que permeiam a obra, um elemento está presente não só enquanto ideia, mas também em outros formatos que permitem uma melhor compreensão do livro. No início da obra, Kelsey agradece ao Dr. Gilberto Freyre “pelos seus conselhos pessoais e suas análises

³¹⁰ KELSEY, Vera. *Four Keys to Guatemala*. Funk & Wagnalls Company: New York, 1940. Uma rápida consulta ao *Google Scholar* com o nome da autora do livro aparecerá esta que esta obra foi citada por 52 dois pesquisadores em diversas pesquisas sobre a Guatemala. Em detrimento do livro sobre o Brasil citado por 11 pesquisadores e todos americanos. <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=Vera+Kelsey&btnG=&lr=>. Consegui rastrear três reedições de *Four Keys to Guatemala*, a primeira em 1946, a segunda em 1948 e a terceira em 1961. *Seven Keys to Brazil* teve apenas uma edição.

penetrantes da vida brasileira - *Casa Grande & Senzala* e *O Nordeste*³¹¹. Esses agradecimentos ultrapassam o diminuto espaço que ocupam na primeira página do livro, e se entranham no desenrolar dos capítulos. A mesma tônica de que o Brasil foi formado pela mistura de raças e crenças, hibridizadas umas às outras formando um país mestiço, compõe um dos principais pilares argumentativos da construção do texto³¹².

O Nordeste apresentado por Kelsey é sobretudo cana. Paisagem verde que construiu uma “civilização do açúcar”, com seus personagens e seus espaços bem demarcados, e não gratuitamente os mesmos escritos pelo sociólogo pernambucano, a quem a autora dedica o capítulo em questão.

Inicia: “quando a primeira cana de açúcar foi plantada em 1530 na Ilha de Itamaracá ao largo da costa pernambucana, todo o Nordeste do Brasil – genericamente umas 100 milhas na borda do Atlântico da Bahia até a Paraíba – era um deserto tropical”³¹³. Para ela, o cultivo da cana não impactou apenas a paisagem, mas também a construção de uma sociabilidade que formou: “verdadeiros senhores feudais com o amor das terras em suas veias, eles fundaram os seus impérios sobre a cultura da cana-de-açúcar”³¹⁴. Argumento semelhante foi utilizado por Gilberto Freyre: “A independência do Brasil se realizou firmando-se principalmente sobre uma aristocracia quase feudal de senhores de massapê – Paes Barrettos, Cavalcantis, Albuquerque”³¹⁵. A influência do autor na obra de Vera Kelsey parece ter sido significativa a ponto de ela publicar uma resenha na revista *American Historical Review* sobre a obra de Freyre, e ainda um artigo no *Diário de Pernambuco* indicando as obras que, segundo ela, deveriam ser traduzidas para o inglês com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre o Brasil³¹⁶.

³¹¹ KELSEY, Vera. *Seven Keys to Brazil*. Funk & Wagnalls Company: New York, 1941. P. VIII.

³¹² Não me deterei aqui à obra do sociólogo pernambucano, no entanto, fundamentei este texto na abordagem de alguns leitores do autor: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994; CORTEZ, Silvia. *Tempos de Casa Grande: 1930-1940*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

³¹³ KELSEY, Vera. *Op.Cit.* Pág. 47.

³¹⁴ *Ibidem*. P. 48.

³¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influencia da Cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. P. 45.

³¹⁶ KELSEY, Vera. *Op.Cit.*

No entanto, seria injusto afirmar que apenas Freyre exerceu sobre a autora uma influência digna de nota. A bibliografia do *Seven Keys to Brazil* apresenta indícios de outros nordestes, e outros recifes, que não aqueles do sociólogo. Kelsey consultou livros como: *Viagem pelo Brasil*, de Affonso de Carvalho, o mesmo que analisei neste capítulo; *Estudos Pernambucanos*, de Alfredo de Carvalho; *O Outro Nordeste*, de Djacir Menezes³¹⁷; *Chorografia de Pernambuco*, de Mário Melo; ou mesmo a literatura de José Lins do Rego, mais precisamente *Ciclo da Cana de Açúcar*. Os textos, embora diversos em abordagem, constituem-se como fonte para a construção de uma imagem de cidade com a qual Vera Kelsey deparou-se ao chegar no Recife.

Um dos elementos narrativos utilizados pela autora foi a comparação. Seja do Brasil com os Estados Unidos, sobretudo no que tange à escravidão, seja entre as próprias cidades brasileiras. Esta foi a estratégia para introduzir o tópico sobre a cidade do Recife, comparando-a com Salvador. Utilizando uma imagem criada por Gilberto Freyre, afirmou que a capital baiana parecia mais um retrato de família. Os prédios todos juntos, formavam uma massa uniforme, enquanto o Recife era antes uma série de imagens que deveriam ser vistas individualmente. Kelsey atribui isto ao início da colonização de ambas as cidades: “Salvador foi planejada e construída pelo governo colonial português; Recife, como *Topsy*, apenas cresceu”³¹⁸. Continua a sua comparação escrevendo que naquela primeira cidade a mulher “representa um papel altamente decorativo e glamouroso; Recife é o mundo dos homens”, e não só, é uma urbe cujo objetivo se resume em três fases: “riqueza econômica, poder político, e a supremacia da igreja”³¹⁹.

A autora estabelece um flerte entre narrativas históricas sobre o passado da cidade, e as suas impressões de visitante. Em alguns aspectos reitera certos jargões cunhados pelas próprias obras consultadas por ela, como por exemplo, na narrativa sobre a administração de Maurício de Nassau (1637-1644), a qual reforçou a ideia de que este último foi o responsável por dar um caráter “moderno” à fisionomia da cidade

³¹⁷ Este livro foi citado por Gilberto Freyre como uma complementação do seu livro *Nordeste*.

³¹⁸ KELSEY, Vera. *Op.Cit.* P. 65.

³¹⁹ *Ibidem*.

do Recife. Este aspecto acabou, segundo a autora, por dotar a capital pernambucana de “um progressivo e próspero porto e centro comercial”³²⁰.

Embora, ela tenha escrito que não havia no Recife do qual escreve elementos flamengos, Kelsey vincula diretamente o crescimento contemporâneo da cidade àquela fase vivenciada durante o século XVII. Para validar este argumento, a autora pontua que já a partir de 1892, o Recife havia alcançado o terceiro lugar entre as principais cidades do país, superado apenas por São Paulo e pelo Rio de Janeiro, com uma florescente indústria de algodão, caroá, além das usinas de cana de açúcar. Ou seja, as mesmas qualidades vistas pelo administrador holandês foram as que perpetuaram aos olhos da escritora³²¹.

“Nada tira o Recife do seu progresso”³²². É com esta frase que Kelsey desloca a sua atenção do passado para a cidade que presenciou com os seus olhos. “Enquanto a Alemanha estava invadindo a Polônia em setembro, 1939, e toda a Europa estava em caos, Recife brilhantemente reunia 25.000 padres e delegados para o terceiro Congresso Eucarístico Nacional, realizado no imenso novo Parque 13 de Maio”³²³.

Nas ruas da cidade, Kelsey observou as mulheres e os homens, e sobre estes notou que: “é possível sentir uma intensidade e calma que não é pacífica, estão sempre a espreita, e não será surpresa saber que escondem uma faca ou uma arma... ou os dois”³²⁴. Talvez a autora não tenha chegado a uma conclusão como esta revistando, um a um, os transeuntes do Recife, mas sim através de dados recebidos de informantes que escapam às referências bibliográficas. Portanto, para compreender a construção de um texto como o de Vera Kelsey é preciso pensar quais os materiais que serviram de fonte para a sua narrativa.

A imagem abaixo foi clicada por Benício Walthley Dias. Fotógrafo e colecionador de artes, muitos dos seus clicks foram divididos com a *Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo* da cidade do Recife. Centenas de imagens produzidas por tantos outros fotógrafos que trabalhavam para a DEPT, como

³²⁰ KELSEY, Vera. *Op.Cit. P. 66*.

³²¹ *Ibidem*.

³²² KELSEY, Vera. *Op.Cit. P. 66*.

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ KELSEY, Vera. *Op.Cit. P. 67*.

Alexandre Berzin e Rebelo, proporcionaram a muitos dos visitantes interessados, perfis do Recife como este abaixo³²⁵.



Imagem 14: Benício W. Dias, Recife. Characteristic vista of rivers and bridges, with Olinda, the first colonial capital in North Brazil, visible on the hills in the distance.

Um Recife caracterizado pelas suas pontes e pelo seu rio, com o movimento dos carros na ponte Maurício de Nassau, com barcaças a deslizarem sobre as águas e a cidade de Olinda ao fundo. No entanto, cabe perguntar o que esta imagem, tão trivial aos olhos de quem tem uma vivência com a capital pernambucana, está fazendo nestas páginas? Esta fotografia (assim como a legenda reproduzida integralmente) foi publicada nas páginas de as *Sete Chaves do Brasil*.

Na mesma página em que a autora agradece a Gilberto Freyre por sua “penetrante análise sobre o Brasil”, ela lista outros nomes que contribuíram com a formação do Recife escrito nas páginas do seu livro. Além de agradecer a sujeitos como Lourival Fontes, Oswaldo Aranha e Gastão Cruls, faz o mesmo procedimento para o “Dr. Manoel de Souza Barros, *Director, Department of Statistics, Propaganda, Tourism*”, também ao “Dr. Mario Melo, Director, *Academia Pernambuco* [sic] *de Letras, and historian*”, e por último a “Frei Matias Teves, O.F.M.”³²⁶.

³²⁵ Publiquei recentemente um texto no qual abordei a constituição do acervo fotográfico da DEPT e dos seus fotógrafos. Ver. MARROQUIM, Dirceu. Onde dormem os typos populares? (Recife, 1939-1943). *Anais do Museu Histórico Nacional*. (No prelo).

³²⁶ KELSEY, Vera. *Op.Cit.* IX.

Este último foi um frade franciscano alemão que chegou ao Brasil, mais precisamente na Bahia, no ano de 1894. Segundo o seu biógrafo, Frei José Milton Coelho, Matias Teves fundou o Círculo Operário Católico e exercia uma forte influência para a formação de uma noção de cristianismo no Recife, tanto para políticos, quanto para as diversas categorias sócio-profissionais³²⁷. Mário Melo, por ser representante de tantas instituições do Recife, e também influente da mesma forma, pode ter proporcionado à autora o conhecimento de diversas literaturas, inclusive as suas próprias publicações, tendo em vista que o autor aparece citado como referência bibliográfica. Por último, Manoel de Souza Barros, diretor da DEPT, parece ter se disponibilizado para atender Vera Kelsey prontamente. No entanto, os textos sobre *The Seven Keys to Brazil*, escrito por algum integrante da Diretoria, proporcionam uma compreensão mais detalhada dos distanciamentos produzidos entre a disponibilização das fontes e a produção de uma narrativa.

Através do *Minuto do Porto e da Cidade* foram publicados quatro artigos sobre o livro em questão com o intuito de apresentar aos leitores recifenses a narrativa produzida sobre a sua cidade. E esta seria, provavelmente, uma das únicas oportunidades para boa parte da população do Recife tomar conhecimento acerca de um texto publicado à léguas de distância sobre a capital pernambucana.

O primeiro artigo foi publicado no dia 17 de janeiro de 1941, na edição matutina do diário *Folha da Manhã*. Escreveu um integrante da *Diretoria*: “Quando Vera Kelsey procurou pela primeira vez a ‘DEPT’, pedindo dados e informações para um livro que desejava publicar sobre o Brasil, a dúvida assaltou-nos logo”. No entanto, “preparamos todas as informações solicitadas e juntamos uma regular coleção de fotografias sobre aspectos e tipos do Recife”³²⁸. Neste primeiro texto, sem ter sido feita aparentemente uma leitura da obra como um todo, o autor do texto fez comentários gerais sobre a obra: “O Brasil não pode ser resumido num trabalho de reportagem, ainda mesmo, empregando-se processos de análise social. Preferíamos antes uma apreciação do Brasil, que ela viu e sentiu sem pretender interpretações”. E concluiu: “Mais crônica que história; mais costumes do que etnografia”³²⁹. Na

³²⁷ COELHO, José Milton. O.F.M. *Frei Casimiro*. Recife: Ed. do autor, 2013.

³²⁸ Sete Chaves do Brasil. *Folha da Manhã* (matutino), 17/01/1941.

³²⁹ Idem.

perspectiva do autor, tratava-se de um livro que envelheceria com brevidade e não guardaria para a sua velhice leitores abundantes.

Quatro meses depois, em abril de 1941, foram impressos nas páginas do diário *Folha da Manhã* (matutino e vespertino), mais quatro artigos, desta vez com uma análise mais detalhada sobre o conteúdo da obra. “Vera Kelsey apreciando o Recife, que, ademais, elogia em várias páginas do seu volumoso livro, faz certos comentários que causam penosa impressão ao leitor brasileiro”³³⁰. Afirmar tratar-se de informações apressadas, “uma lástima, na verdade, em se tratando de uma escritora que não é absolutamente de primeiras impressões”³³¹. Depois de expor pequenos trechos do capítulo referente ao Recife, e contradizê-los em todos os sentidos, o funcionário da DEPT escreveu: “Eis o que foram contar a dona Vera quando ela esteve por aqui. Mal menor da escritora, de certo, que dos informantes apressados, metidos a originais...”³³².

No texto seguinte, publicado em 7 de abril de 1941, dois dias depois portanto, afirmou que a escritora cita a direção da DEPT como uma das repartições “cooperantes e animadoras de ‘Seven Keys to Brazil’ – recebeu do nosso departamento *apenas* [grifo meu] dados estatísticos e fotografias, as melhores que se podiam dispor no momento”³³³. Ao dizer isto o autor marca uma distância em relação à produção da obra, como quem quisesse afirmar que informações como as escritas por Kelsey não faziam parte dos dados disponibilizados pela Diretoria à autora.

A ideia é a de que a construção das impressões sobre uma determinada espacialidade flerta entre as impressões pessoais e as impressões colhidas de terceiros. John Urry, autor de *O Olhar do Turista*, estava preocupado, em fins dos anos oitenta, com as problemáticas derivadas de questões como as que aqui assumem um papel central. Segundo ele, as experiências idiossincráticas para a apreensão de uma espacialidade “é construída com o seu oposto, com as suas formas não-turísticas de experiência e de consciência social; o que faz com que determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta; quais são as formas de experiência não-

³³⁰ Sete Chaves do Brasil. *Folha da Manhã* (matutino), 05/04/1941.

³³¹ Ibidem.

³³² Ibidem.

³³³ Sete Chaves do Brasil - II. *Folha da Manhã* (vespertino), 07/04/1941.

turística”³³⁴. No entanto, é preciso pensar como diversas frentes contribuem na construção de um olhar. Isto parece ainda mais interessante quando confrontada com a opinião de uma dessas “frentes”, ou seja, um informante, sobre o produto de um olhar.

O funcionário de DEPT responsável pelos artigos mencionados acima não foi o único a acoimar o livro da autora estadunidense. O próprio Gilberto Freyre, também fonte de informação da escritora, fez críticas pontuais, mas amenas, se comparadas aos textos da Diretoria de Turismo recifense. No entanto, é um artigo mais interessante pelo que deixa escapar sobre a produção do livro, do que necessariamente pelo seu conteúdo.

Freyre foi, no geral, simpático à obra de Kelsey. Fez questão de ressaltar o talento da escritora em “resumir não só o que viu nos poucos meses em que esteve aqui, como leu livros de escritores, cientistas e historiadores brasileiros – principalmente os modernos – e o que escutou de outros.” Para ressaltar o mérito investigativo da autora, escreveu: “Impressões, leituras e conversas por ela aproveitadas com agilidade jornalística e poder literário de síntese”³³⁵. No entanto, o trabalho possuía, segundo o sociólogo pernambucano, as suas brechas, ou melhor, inexatidões: “Uma delas, a de dar como opiniões correntes e gerais no nosso país o que consta apenas de livros novos e especializados, cujo material e cujas sugestões representam trabalho individual de pesquisa e esforço pessoal”. Cita especificamente o caso do capítulo sobre o colonizador português do Brasil “que aliás é um dos mais interessantes do livro.”³³⁶. Ora, o que Freyre está pleiteando é o crédito de suas ideias contidos no livro de Vera Kelsey, no entanto, não faz referência de qualquer contato seu com a autora.

Por outro lado, deixa escapar aspectos que só poderiam ser observados mediante o acompanhamento da estadia da escritora:

O livro inteiro é uma demonstração do talento da senhora Vera Kelsey para gênero difícil de jornalismo ou de literatura: o livro de viagem que não se contenta em ser uma simples aventura de exotismo. Em traços às vezes vigorosos, a autora de *Seven Keys to*

³³⁴ URRY, John. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Ed. SESC, 1996. P.16

³³⁵ FREYRE, Gilberto. Um livro sobre o Brasil. *Diário da Manhã*, 04/01/1941.

³³⁶ Ibidem.

Brazil fixa flagrantes do cotidiano brasileiro e também aspectos da vida e da própria formação social do nosso povo. Não só através de vários informantes, desiguais no valor. Técnica, evidentemente, um tanto perigosa pelo que exige de discernimento rápido e de agudeza crítica por assim dizer instantânea, que façam as vezes de um conhecimento demorado dos assuntos e de um estudo profundo não só dos problemas como das fontes de informação.³³⁷

As observações de Freyre dizem sobre os procedimentos de trabalho da escritora. Das técnicas de entrevista e processamento dos dados que posteriormente foram convertidos em texto. Estas anotações do sociólogo sobre *Seven Keys to Brazil* podem indicar que ele, possivelmente, foi um daqueles “informantes apressados e pessimistas”, denunciados pelos artigos do *Minuto do Porto e da Cidade*.

A construção narrativa de uma dada espacialidade se faz a partir de uma complexa trama enredada entre informantes, textos e experiências pessoais, que muitas vezes reiteram outros textos que foram cristalizando-se com o passar dos anos como textos clássicos. Com o término deste capítulo, fechamos um ciclo desta dissertação que em certa medida tentou dar conta das problemáticas referentes à institucionalização de certas imagens de cidade, e como este é um processo fluido no que tange às idiossincrasias daqueles que passaram pela cidade ou receberam informações sobre ela no conforto do seu lar. O próximo e último tópico deste capítulo pretende relativizar tudo o que foi dito até aqui. Tentarei reconstruir os percursos não institucionalizados na relação entre os visitantes e a cidade, dando ênfase à figura do *Chauffeur*.

³³⁷ Ibidem.

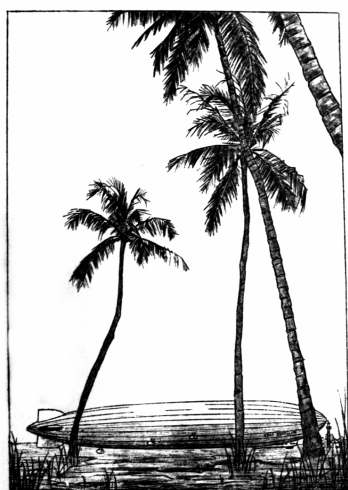
3.3 “Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin!”



Imagem 14: BRUER, Carl. *Mit Dem Luftschiff "Graf Zeppelin" nach Pernambuco.*
[Acervo Jobson Figueiredo Alves]

A imagem que inicia este tópico poderia falar por si só. No entanto, a trama de significados na qual a fotografia está imersa não permite uma leitura imediata, demasiadamente relegada às subjetividades do expectador. Um homem branco, segurando o seu chapéu em uma mão e na outra um menino negro, emoldurados em um quadro peculiar ao cenário recifense daqueles anos. Um casebre de barro coberto de palha com apenas uma porta e uma janela, coqueiros que davam o aspecto pitoresco àquela cena.

Trata-se de uma fotografia clicada no ano de 1931, no Recife, por um dos tripulantes do *Zeppelin*³³⁸. A imagem foi publicada na Alemanha no mesmo ano, através do *Mit Dem Luftschiff "Graf Zeppelin" nach Pernambuco*.³³⁹, diário de uma viagem entre os dias 17 e 26 de outubro, nunca traduzido para o português. A própria capa da publicação dá a entender como a composição da imagem acima possui elementos que marcaram as vistas de Carl Bruer, o autor do diário em questão.



MIT DEM LUFTSCHIFF „GRAF ZEPPELIN“
NACH PERNAMBUCO
vom 17. bis 26. Oktober 1931

Imagem 16: BRUER, Carl.
*Mit Dem Luftschiff "Graf
Zeppelin" nach Pernambuco.*
[Acervo Jobson Figueiredo
Alves]

Na capa, imagem ao lado, é possível ver o dirigível visto ao longe, atracado entre coqueiros, marca característica das imagens clicadas pelo viajante alemão.

Para além das singularidades do registro visual é preciso situar a importância daquela fotografia para o percurso narrativo desta dissertação. Até aqui foram analisadas as narrativas institucionais sobre o que significava o turismo e de que maneira estas foram apropriadas por alguns sujeitos. No entanto, refletir sobre como as fontes consultadas possibilitaram um tipo de leitura específica é um procedimento fundamental para demarcar o distanciamento do que será tratado daqui por diante.

Sobretudo, em se tratando das vistas da cidade. Ora, as narrativas “oficiais”

³³⁸ Registro aqui, mais uma vez, o meu agradecimento a Jobson Figueiredo Alves pela disponibilização do seu acervo pessoal para a elaboração desta dissertação.

³³⁹ No dirigível Graf Zeppelin para à Pernambuco.

construíram um Recife sobre uma série de imagens esteticamente palatáveis aos visitantes. Indicavam, por exemplo, que os “turistas” deveriam seguir do ponto A ao ponto D, sem, no entanto, mencionar a existência dos pontos B e C. Estes, por sua vez, mostravam um outro Recife, o da pobreza, dos “mulatos” que povoavam a paisagem da cidade. Este tópico tem como objeto o olhar do visitante, ou seja, o que está no caminho entre as destinações. Entre o centro do Recife e a Praia de Boa Viagem, por exemplo, havia o bairro do Pina, cuja quantidade de mocambos somava, em 1939, 441 mocambos, no entanto, quase nunca citados em narrativas produzidas por órgãos estaduais ou municipais³⁴⁰.

As fontes aqui utilizadas permitem um tipo de leitura distinta da realizada anteriormente. Trata-se de um Recife constituído sobre narrativas judiciais, fontes orais, e diários de viagem, como o da fotografia que inicia o tópico. Trata-se de aprofundar o debate sobre a complexidade das sociabilidades urbanas.

Mr. Bruer chegou ao Lago Constance, em Friedrichshafen, numa manhã de outubro do ano de 1931. Ficou surpreso como o vento que batia nas folhas das árvores e as balançava suavemente causando-o uma boa expectativa para a viagem a ser realizada poucas horas depois. “Hoje a noite eu estou partindo para Pernambuco, América do Sul”, comentou ele em seu diário³⁴¹.

Os viajantes foram gradativamente chegando ao local da partida. Familiares, amigos e curiosos estavam a postos para verem o “espetacular evento”. “A noite estava clara e por volta da meia noite o Zeppelin estava pronto para a partida”³⁴². Lentamente o dirigível foi ganhando altitude e de lá Mr. Bruer viu as luzes da cidade e o lago Constance do alto, esperando para chegar ao Brasil em breve.

O Zeppelin sobrevoou o mar Mediterrâneo, a cidade de Barcelona, e de lá “pôde ver [através de um binóculo] os terraços das velhas casas como se estivesse próximo deles”, esse tipo de experiência proporcionado por aquele meio de transporte alimentava cada vez mais o ânimo do viajante. No entanto, não aproveitava só de

³⁴⁰ É o caso, por exemplo, do *Guia do Recife* de 1935. Sobre o quantitativo dos mocambos no bairro do pina: *Dois anos da Liga Social contra o Mocambo*. Recife: Imprensa Oficial, 1941.

³⁴¹ BRUER, Carl. *With the Zeppelin to South America: diary of the round trip – 1931*. Jordanville: Frost Publishing, 1931. P. 5. Friedrichshafen é uma cidade da Alemanha, no distrito de Bodenseekreis, na região administrativa de Tubinga, estado de Baden-Württemberg.

³⁴² Idem. P.7.

vivências como aquela, compartilhava com outros sujeitos que estavam a bordo do mesmo dirigível e com o mesmo destino.

Lá estava, por exemplo, Mr. Brix, cujo objetivo na América do Sul era adicionar borboletas a sua coleção. Ele possuía uma larga experiência como viajante, rodou todo o mundo e conheceu diversas cidades com culturas distintas e formas de compreender o espaço urbano diferentes umas das outras. No auge dos seus mais de oitenta anos, Mr. Brix havia deixado a Alemanha e foi morar nos Estados Unidos da América, na Flórida, mais precisamente em Palm Beach. Morava na mansão vizinha de ninguém menos do que John D. Rockefeller, empresário do setor petrolífero, responsável por construir a ideia de filantropia moderna, de incentivo a bolsas estudantis e combates a doenças como Febre Amarela, além de prestar apoio a projetos sociais, etc. Mr. Brix gozava da amizade do empresário e se sentia “um jovem perto dele”, que àquela época já tinha aproximadamente 90 anos de idade.

Além do colecionador de borboletas havia um coronel do exército brasileiro, um poeta, um professor que estudava descargas elétricas, dois rapazes comerciantes e uma moça que ia ao encontro do marido no Rio de Janeiro. No entanto, a expectativa em torno do que iriam encontrar era demasiadamente estranha a boa parte daqueles sujeitos. Contudo, a passagem por cima das terras pernambucas já anunciava uma prévia do que viria.

Dois Recifes, um cidadão com grandes prédios, pontes e tudo que denunciasse o seu “progresso material”; o outro, a cidade dos alagadiços, dos casebres cobertos de palha e zinco, que aparentemente produzia a impressão de serem dois espaços distintos, duas cidades que refletiriam nas águas do rio o reflexo de sua dualidade também social.

A narrativa produzida por Mr. Bruer mostra uma cidade que produz a sua diferença nas áreas pobres da cidade, ele não menciona em seu diário os grandes prédios do Palácio da Justiça, ou o do Teatro de Santa Isabel, mas as imagens mulatas que passavam na rua, as casas em condições precárias de vida, as crianças descalças a correr nos lamaçais.

O percurso feito pela comitiva do Zeppelin até o hotel onde ficaram hospedados, apresenta bem o primeiro contato daqueles estrangeiros com a cidade do Recife. O bairro do Jiquiá, local onde fora construída a torre de atracação do dirigível, era um local distante de tudo, não apenas da área central do Recife, mas também dos direitos sociais e de justiça. As imagens abaixo dão a impressão do que significava aquela “baleia prateada” naquele universo:



Imagem 17: Fotografias do Recife feitas pelos tripulantes do Zeppelin [Acervo Jobson Figueiredo Alves]

O primeiro contato de Carl Bruer com a paisagem recifense foi com um cenário que habitualmente não era vendido como uma destinação turística mas que, aparentemente, impressionou o olhar daquele viajante. O Zeppelin atracado próximo aos mocambos, com a população daquele entorno presente na paisagem, meninos encantados com aquela cena olhavam curiosos para câmera, ou para o fotógrafo. As moças paradas em frente ao mocambo fazendo pose para a excursão de passagem. A complexidade dessas relações apresentam um Recife singular se comparado à outras narrativas.

Na segunda edição do *South America Handbook* em 1925, a descrição feita sobre o Recife narra caminhos que são distantes dos narrados por Bruer em seu diário. Embora o formato do texto seja distinto, as localidades por onde passou distam significativamente umas das outras. Enquanto o guia produzia uma imagem

de cidade com grandes prédios e belas pontes, Bruer escreveu em seu diário sobre os “vendedores carregando suas mercadorias sob as suas cabeças, muitas pessoas nas ruas, muitas delas com peles escuras e pés descalços”. E continua narrando o seu caminho: “passamos cabanas de palha, que estão abertas na parte da frente e, é claro c, não têm nenhuma janela, crianças nuas com pele cor de cobre, porcos pretos, pequenos cavalos magros, sobrecarregados com cavaleiros e mercadorias”³⁴³. A imagem criada a partir das impressões pessoais de um visitante produzem narrativas sobre espaços, a respeito os quais poucas coisas foram escritas.

O guia de Gilberto Freyre publicado em 1934, tinha encartado o seguinte mapa:



Imagem 18: FREYRE, Gilberto. *Guia da Cidade do Recife*. Recife: Ed. do autor, 1934

Embora pareça paradoxal em se tratando de Freyre, o mapa pintado por Luiz Jardim não tem nenhuma representação de mocambos, embora houvesse uma considerável quantidade daquele tipo de moradia nas áreas desenhadas no mapa. Aparecem os hidroaviões, prédios históricos, navios, portos, ponte giratória, mas, no entanto, pouco ou nada, pode-se inferir sobre as complexas formas de ocupação do solo existente naquela região. Ou seja, a expectativa do olhar produzida por um

³⁴³ BRUER, Carl. *With the Zeppelin to South America: diary of the round trip – 1931*. Jordanville: Frost Publishing, 1931. Ver. *South American Handbook*, 1925. Pags. 302, 303, 304 e 305.

documento como este poderia gerar uma possibilidade distinta do que seria encontrado pelo visitante

A reconstituição das impressões obtidas por um sujeito é formada a partir de uma intrincada textura social, de variados lugares e distinções. Nesse sentido, é possível refletir sobre o percurso da “visitabilidade” daquela zona de mocambo. Como é que se desloca o seu sentido de um local que se mostra como o característico e o regional, a visitantes aqueles do Zeppelin para uma área inóspita imprópria para visitação.

A tessitura mencionada acima constitui o cerne do argumento aqui apresentado. Em outras palavras, isto significa que a percepção sobre as zonas de mocambos muitas vezes está centrada no outro, ou seja, como afirma o pesquisador Israel Ozanam: “seriam pessoas sem boas condições financeiras e de higiene, com baixo ou nenhum acesso a instrução pública e portadoras de uma cultura incompatível com os projetos de sociedade predominantes”³⁴⁴.

Esta suposição feita por Ozanam parte do mesmo princípio desenvolvido aqui. O de que posturas como aquelas mencionadas no parágrafo anterior foram construídas pelo acesso a determinadas fontes produzidas pessoas que discursivamente construíam uma distância entre as suas vidas e as vidas dentro dos mocambos. O próprio Interventor Federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, um dos criadores da *Liga Social Contra o Mocambo*, que publicava diariamente textos relatando o quão fétidas eram aquelas moradias, tinha dentro do seu espaço doméstico uma convivência muito mais próxima com a mocambaria do que se poderia supor.

O bairro de Santo Amaro, por exemplo, está situado na área central do Recife. No entanto, nem sempre o termo “centro” foi a nomenclatura adequada para definir aquela espacialidade. Juventina Farias chegou no bairro ainda criança no ano de 1936, vinda do interior da Paraíba com os pais fugindo da seca em sua cidade natal³⁴⁵.

³⁴⁴ OZANAM, Israel. Foi metido num tronco, por uma espécie de ressurreição das épocas anteriores a 13 de maio de 1888: o popular dentro e fora dos mocambos no início da república. In. OZANAM, Israel... [et. al]. *Fronteiras culturais do Recife Republicano*. Recife: Ed. Universitária, 2013.

³⁴⁵ Entrevista com a Sra. Juventina Farias, realizada pelo pesquisador Dirceu Marroquim, no bairro de Santo Amaro-Recife/PE, no dia 10/09/2014. Por solicitação da entrevistada utilizei um nome fictício.

Motorneiro, o pai dela era funcionário da *Pernambuco Tramways*, empresa responsável pelos bondes que circulavam na cidade. Sua mãe era dona de casa e cuidava dos cinco filhos “com muito custo, não sabe meu filho? Era uma vida de muita pobreza, tudo alagado, a maré quando vinha cruzava casa de um lado a outro e a gente tinha que suspender tudo”³⁴⁶. As léguas que separavam a moradia de Juventina e o que ela atribuía como sendo “a cidade”, dão a entender uma distância não apenas física, mas de direitos e assistência de qualquer natureza.

No entanto, parece que o caminho inverso não significava a mesma distância para Dona Antonieta, esposa de Agamenon Magalhães, Interventor Federal em Pernambuco (1937 a 1945), cuja presença era marcante e constante para Juventina quando ainda era menina: “o governador Agamenon e a sua esposa eram compadres de um senhor muito católico que morava três casas adiante e possuía 12 filhos. O Dr. eu não lembro de ter visto por aqui, mas a primeira dama sim, e os filhos dela viviam correndo por aqui”³⁴⁷. Ou seja, parece que o convívio entre aquela parcela da população “sem boas condições financeiras e de higiene” e os sujeitos que produziam informações sobre elas era, no mínimo, mais fluida do que sugeri inicialmente. Nesses termos é preciso pensar essas relações dentro de uma perspectiva que procure questionar a relação entre o turista e o espaço da cidade.

³⁴⁶ Ibidem.

³⁴⁷ Ibidem.

3.4 Caminhando no Recife, ou o que escapa ao texto.

Antônio Barretto foi repórter no porto do Recife no início dos anos quarenta. Sempre à espera de alguém com sobrenome ilustre disposto a dar uma entrevista, ou a autografar algum papel para a alegria do entrevistador, que aproveitava o ensejo para pedir uma dedicatória também ao seu chefe no veículo de comunicação no qual trabalhava³⁴⁸. Não por acaso esse seu dirigente ocupava outras funções que ampliava o alcance dos seus textos, o repórter trabalhava rotineiramente para o diário *Folha da Manhã*, cujo sócio majoritário era Agamenon Magalhães.

No ano de 1939 Barretto lançou o seu primeiro romance, *Mocambos*. Um livro com pouco mais de cento e cinquenta páginas, cujo enredo conta a história de Michelina, moça pobre que o “vento agreste da vida sofrida” levou ao ofício da mendicância, “porque pedir esmolas é um trabalho”³⁴⁹. A protagonista do livro era filha de uma empregada doméstica que trabalhava na casa de Fortunato, cuja família era constituída de mulher e três filhos. “O fato é que a mãe de Michelina tinha um profundo desgosto vendo que a sua filha ia vivendo a sua infância na mesma profissão dela: servindo de empregada”³⁵⁰. Para aumentar a sua consternação, a filha fugiu de casa para casar com Timbúrcio, um jovem que trabalhava numa venda de refrescos em alguma movimentada rua da capital pernambucana.

Como previa Anastácia, a mãe da protagonista, aquele casório não havia de dar certo, não por nada, Timbúrcio morreu em um acidente de bonde. Enquanto isso, a noiva, desolada, passou a morar em um mocambo com Maricota, amiga da família do seu falecido pretendente. Barretto dá uma ideia daquela moradia: “Mocambo – palavra doce nos lábios da pobreza, traduz o mesmo que felicidade, bem estar, grandeza. Ter um mocambo nesta terra, quando se é pobre é ser rico. Ter um mocambo, vários mocambos, uma vila de mocambos, tem sido um meio de fortuna de muita gente endinheirada”³⁵¹.

³⁴⁸ BARRETTO, Antônio. *Mocambo*. Recife: Livraria Universal, 1939.

³⁴⁹ Idem. P.4. A ideia da mendicância como um ofício é sugerida pelo próprio Antônio Barretto. No entanto, existiam práticas de combate a esta forma de crença. Existem alguns trabalhos a este respeito. Ver: MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Estado, Igreja e Políticas Assistenciais em Pernambuco (1935-1945)*. Dissertação de mestrado em História – UFPE, 1995.

³⁵⁰ BARRETTO, Antonio. *Op. Cit.* P. 8.

³⁵¹ Idem. P. 23.

Tempos depois, Michelina reencontra a mãe, já demitida do trabalho na casa de Fortunato, àquela altura já falecido. Foram as duas morar juntas morar em uma zona de casebres. Segundo Antônio Barretto o capital empregado era pequeno demais. “Quinhentos, seiscentos mil reis custa um mocambo e os há também de um conto, dois, três contos de reis”³⁵². Depois de acomodarem-se à nova moradia passaram construir as suas sociabilidades.

Anastácia era “católica apostólica romana, como todo brasileiro (...) mas não deixava de frequentar o xangô, uma religião africana que se cultua entre as aldeias de mocambos da cidade”³⁵³. Sem perspectiva de trabalho passou a ajudar diariamente uma Mãe de Santo chamada de a “Bahiana do Pina” que proporcionava o sustento de muita gente que estava ao seu redor. “Ela tinha seus amigos ricos que garantiam a situação e nunca foi preciso recorrer à polícia quando alguém lhe prometia cadeia. Bastava um pedido seu a qualquer figurão para conseguir o que queria. Tinha pessoas fortes e de prestígio para garanti-la”³⁵⁴. Anastácia trabalhou aí até serem proibidos pelo governo de Agamenon Magalhães os ritos das ditas “seitas africanas”. Este ideal de repressão estava associado também com o combate às áreas de mocambo nas regiões centrais do Recife. Muitos terreiros foram desfeitos e suas peças apreendidas pela polícia³⁵⁵. Michelina conseguiu um emprego numa fábrica de tecidos e seguiu uma vida de desventuras entre o sonho de uma moradia e o ofício de mendicante.

Se confrontada com outras narrativas o texto de Antônio Barretto ganha certo relevo, sobretudo, no que se refere às sociabilidades nos mocambos. Um exemplo disto é uma entrevista realizada com “Mãe Beta”, que tornou-se babalorixá ainda muito jovem, em 1937, no mesmo ano em que fora promulgado o Estado Novo. A pesquisadora Zuleica Dantas colheu o depoimento para a sua tese de doutoramento e a partir dele também escreveu um artigo intitulado: *Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana*. No texto a autora busca compreender os mecanismos do lembrar, dando ênfase a uma

³⁵² BARRETTO, Antonio. *Op. Cit.* P. 24.

³⁵³ Idem. P. 29.

³⁵⁴ Idem. P. 31.

³⁵⁵ Ver: Campos, Zuleica Dantas Pereira. *O Combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos Anos Trinta e Quarenta*. Recife, 2001, DOUTORADO em História UFPE-CFCH.

abordagem centrada nos procedimentos metodológicos no trato com a fonte oral, o que faz com que ela relegue questões, ao meu ver, importantes no que tange ao conteúdo do depoimento.

Embora, aparentemente, a “Mãe Beta” não seja a Bahiana do Pina, ela possuía relações pessoais semelhantes às narradas por Barretto. Nos anos de repressão policial aos terreiros, a babalorixá foi presa como tantas outras naquele período. No dia seguinte, depois de liberada, foi chamada para um interrogatório com o delegado do DOPS-PE, Fábio Correia. Segundo ela, afirmou: “Se a Sra. continuar com terreiro, eu mando lhe buscar!”, sem muito receio respondeu: “Disso eu não tenho medo não, Dr. Fábio. Eu sou cidadã brasileira (...) E o que eu faço é a religião que eu acredito. E o Sr., nem ninguém no mundo pode tirar, me tirar dessa religião”. Na entrevista à pesquisadora, “Mãe Beta” afirmou que pela reação violenta do delegado ela ponderou nas palavras e contou o que passou pela sua cabeça naquele momento: “Eu fiquei com medo... mas eu podia ter dito: Seu pai frequenta o meu terreiro, suas tias, mas eu não disse! (...) seu pai e suas tias que são fazendeiras, levam muito presente para lá. Eu não disse, porque ia denunciar as tias dele na frente de todo mundo?! Não tinham culpa, né?”³⁵⁶.

Os parentes do próprio representante legal de toda aquela movimentação contra os xangôs frequentavam os sujeitos que deveriam ser reprimidos pela polícia. Nem sempre práticas como estas deixaram registros formais nos diversos arquivos consultados, são fragmentos de uma história ainda por ser escrita³⁵⁷.

A relação construída entre esses espaços e as vistas da cidade foi ao longo do tempo sendo modificada. O pesquisador Israel Ozanam, em texto já citado, observou as manifestações dos habitantes das regiões de mocambaria em relação a um decreto municipal que proibia, em 1908, a construção de casas de palha nos perímetros da cidade, ao que parece, as “manifestações populares” surtiram efeito³⁵⁸. Em princípios da década de 30, já no governo de Carlos de Lima Cavalcanti, foi promulgado o

³⁵⁶ PEREIRA, Zuleica Dantas. Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana. *Revista Symposium*, Ano 3, dezembro de 1999.

³⁵⁷ O primeiro capítulo da dissertação da historiadora Zélia Gominho dá um excelente panorama da relação dos conflitos entre os moradores dos mocambos com proprietários de terra e agentes do Estado. Ver. GOMINHO, Zélia. *Mocambópolis x Veneza Brasileira*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

³⁵⁸ OZANAM, Israel. *Op. Cit.*

Decreto n. 268, cujo conteúdo proibia a “construção, reconstrução e a licença para consertos de mocambos”³⁵⁹. Ou mesmo no período entre 1908 e 1934, as propostas de Amaury de Medeiros, médico sanitarista pernambucano, em combate aos mocambos do Recife, cujo cerne era tentativa de construir uma moradia mais adequada para os moradores daquelas regiões³⁶⁰.

Segundo a historiadora Zélia Gominho, utilizando como fonte o livro *Recife Histórico* de A. Peres, publicado no ano 1932 pela já conhecida *Imprensa Industrial*, que por sua vez se valia de dados produzidos pela *Diretoria Geral de Estatística* (DGE), registrou que a capital pernambucana abrigava 23.869 prédios, o montante de mocambos chegava a 23.210, ou seja, havia praticamente a mesma quantidade³⁶¹. Quase dez anos depois, o montante havia crescido para 37.555 mocambos, 63,5% a mais de casebres³⁶². Segundo Mário Lacerda de Melo em seu estudo para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o período compreendido entre 1939 e 1945, foi marcado por um aumento na população recifense. O autor atribuiu às possibilidades geradas pela contenda bélica mundial ocorrida naqueles anos, muitos sujeitos saíram da Zona da Mata pernambucana e até 1951 foram em média acrescidos 60,6% de indivíduos a preencherem a planície pernambucana³⁶³.

Talvez haja até aqui uma incompreensão em relação ao uso de todos esses dados e o objetivo desta dissertação. Para estabelecer os vínculos de uma maneira mais direta voltemos ao *Mocambos* de Antônio Barretto.

Anastácia já bem velha e sem trabalho, um belo dia arrumou-se toda como se estivesse indo para uma festa no terreiro da Bahiana do Pina, sua antiga patroa e confidente. Michelina ficou conjecturando sobre a “razão daquele acontecido” e mais

³⁵⁹ GOMINHO, Zélia. *Op. Cit.* P. 16. Ver também. LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *Caracterização e Contribuição para interpretação da Política de Habitação Popular*. Dissertação de Mestrado. MDU – UFPE, 1987.

³⁶⁰ OLIVEIRA, Valdemar. *Nos tempos de Amaury*. Recife: CEPE, 1975. Autor do livro aborda justamente o período dessas intervenções no espaço urbano recifense, entre os anos de 1922 e 1926, momento no qual Medeiros esteve a frente do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco (DAS). Esta iniciativa deu-se durante o governo de Sérgio Loreto (1922-1926).

³⁶¹ GOMINHO, Zélia. *Op. Cit.* P. 13. É importante explicitar que na estatística a quantidade de prédios é uma categoria diferente da dos mocambos.

³⁶² *Dois anos de luta contra os mocambos*. Recife: Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo, 1941. A estatística fica por minha conta.

³⁶³ MELO, Mário Lacerda de. *A migração para o Recife – Vol. 1*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961. Pgs. 46-47. Encontrei esta referência no livro: BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. *Alagados, Mocambos e Mocambeiros*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/ Imprensa Universitária, 1965. P. 39.

tarde veio saber que se tratava de uma apresentação privada para “uns turistas apreciarem”. Afinal, “o changô se convertera num motivo qualquer, em *folk-lore*. A religião dos negros, como se dizia. Evoca o passado. O Brasil dos nossos avós”³⁶⁴.

Para o autor do livro, ou para as suas personagens, aqueles “turistas” que aproveitavam uma apresentação do dito *folk-lore* proporcionam a este texto uma dupla reflexão. A primeira em torno da categoria do turista, e a segunda trata de uma preocupação mais logística, a de quem levou aqueles sujeitos até ali.

Ora, como falei anteriormente, aqueles anos não são os mais favoráveis para a prática de religiões de matrizes africanas no Recife. A polícia de Pernambuco, embora também diversa em sua prática, reprimia, os cultos do xangô na cidade. Alguns sujeitos como “Mãe Beta”, já mencionada, faziam questão de afirmar que as suas crenças eram legítimas e que não parariam com as suas práticas mesmo diante de tal perseguição. No entanto, como tenho sugerido, as distâncias produzidas entre os repressores e os seus alvos eram, no mínimo, questionáveis. Mobilizar os xangôs “adormecidos” para apresentações particulares requereria que o solicitante gozasse, pelo menos, de algum prestígio junto à “Bahiana do Pina”.

Para Anastácia, mãe de Michelina, atribuir a categoria turista aos seus expectadores talvez fizesse mais parte do seu léxico do que chama-los de qualquer outra coisa. Uma nota publicada no *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, na edição de março-junho de 1942, registrou: “Esteve no Recife o antropologista norte-americano professor Melville J. Herskovits, da Northwestern University de Evanston, Illinois, que veio ao Recife coligir dados a cerca da cultura afro-brasileira, condições de vida e adaptação do negro no Brasil”³⁶⁵.

A passagem do professor Herskovits, provavelmente, como sugere a nota publicada pelos integrantes da DEPT, e por outros textos de autoria do professor, que ele estava interessado em compreender determinados aspectos da vida social do negro também no Recife, embora, o seu trabalho no Brasil tenha acontecido também entre Porto Alegre, Salvador³⁶⁶. A metodologia utilizada pelo antropólogo norte-

³⁶⁴ BARRETO, Antônio. *Op. Cit.* p. 43.

³⁶⁵ Notícias Breves. *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*, março-junho, 1942.

³⁶⁶ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Comentários à correspondência entre Melville Herskovits e Arthur Ramos (1935-1941)*. Disponível em:

americano para discutir a questão do negro na Bahia, partiu inicialmente de uma crítica ao trabalho de um outro pesquisador norte-americano, E. F. Frazier, também interessado nas continuidades africanas nos seus descendentes. No entanto, este último, ao que parece, não encontrou nenhum vestígio da estrutura familiar africana nas famílias baianas, enquanto Herskovits, como postula em seu *The Negro in Bahia: a problem in method*, põe-se em um posicionamento diametralmente oposto ao de Frazier. Segundo o pesquisador Alexandre Marcussi, o professor da Northwestern University observou que apesar das aparências europeias, as famílias negras da Bahia guardavam raízes africanas profundas³⁶⁷.

O percurso metodológico de Herskovits, na tentativa de compreender a continuidade da tradição africana nas famílias negras da Bahia esteve pautado na observação de determinados rituais. Um exemplo disto foi a preparação para o casamento e as oferendas realizadas antes do cerimônia e todas práticas religiosas na arregimentação do contato com os ancestrais e com os Orixás³⁶⁸.

Para observações como as mencionadas acima, seria necessário um conhecimento mais aprofundado sobre o campo, as relações sociais e as suas formas de crença. Isto pode significar que procedimento semelhante tenha sido realizado no Recife entre as famílias negras da cidade e que de alguma forma compartilhava aquele tipo de crença. Embora, ao que me conste, ele não tenha produzido nenhum material especificamente sobre a *mocambópolis*, orientou trabalhos de pesquisadores, que foram importantes para a institucionalização da Antropologia enquanto disciplina no Brasil³⁶⁹.

Roger Bastide, um outro antropólogo, cujas pesquisas estiveram pautadas também nas investigações sobre as práticas dos “xangôs” e dos maracatus esteve no

<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Coment%E1rios%20%E0%20correspond%Eancia%20entre%20Herskovits%20e%20Ramos.pdf>

³⁶⁷ MARCUSSI, Alexandre Almeida. Implicações atuais do debate entre Herskovits e Frazier sobre os africanismos. *Simpósio Nacional de História*, 2011.

³⁶⁸ HERSKOVITS, Melville J. The negro in Bahia, Brazil: a problem in Method. *American Sociological Review*, Vol. 8, N. 4 (Aug., 1943), P. 394-404.

³⁶⁹ Herskovits orientou a tese de doutoramento do antropólogo pernambucano René Ribeiro, defendida na *Northwestern University*, com um tema semelhante ao pesquisado pelo norte-americano, no entanto, abordando o caso do Recife. Infelizmente, não tive acesso a esta obra. Ver. RIBEIRO, René. *The AfroBrazilian cult-groups of Recife - a study in social adjustment*. Evanston, Ill., 131 leaves. 28cm. Thesis (M.A.) - Northwestern Univ, 1949.

Recife e observou a silhueta tão africana dos mocambos pernambucanos³⁷⁰. Como ele, vieram, anos depois, diversos pesquisadores como o etno-musicólogo Francisco Curt-Lange e o compositor Guerra-Peixe. Este último escreveu em uma carta enviada para Vasco Mariz, também musicólogo: “Meti-me a estudar música popular desta terra. Quase todas as semanas vou a um brinquedo qualquer, munido de papel, lápis e uma máquina gravadora. (...) A parte rítmica, que tem sido tão descuidada entre nós, tem sido meu alvo principal. Pois até agora, só de Xangô, recolhi 250 ritmos diferentes. Mais uns 80 de maracatu, uns 30 de caboclinhos, etc”³⁷¹. A historiadora Isabel Guillen, no artigo mencionado, observou que a presença de sujeitos interessados em registrar aquelas práticas era aparentemente grande naqueles anos.

Talvez, Anastácia ao deparar-se com aqueles homens interessadíssimos em suas danças ou em suas moradias, quando não os dois, não tivesse em mente quais eram os seus interesses em andar por aquelas bandas. No entanto, como tenho sugerido, parece que a distância produzida em diversos artigos de jornais em relação àquelas regiões eram mais discursivas do que praticadas.

Em um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, pouco depois da inauguração da *Liga Social Contra o Mocambo*, foi afirmado o quão errônea seria aquela prática de visitar a mocambaria:

Turistas sem imaginação e de mau gosto tem, nos mocambos imundos, um motivo de admiração e pitoresco. Passeantes da Europa, da América e do Rio da Prata, mal descem nas Docas, de máquina fotográfica à cintura, correm aos subúrbios para fotografar os mocambos. Um casebre coberto de palha que um fio de prata de luar acaricia é, para muitos de um colorido maior que o Arco do Triunfo ou da estatua da liberdade... O espírito romântico e doentio de certos poetas, agora sem mocambos, ou liquida de vez os restos de inspiração ou se cura. (...)

Turistas malucos, ou poetas de alma a toa, demos também no chão com eles. O mocambo é o agente misterioso de moléstias de toda a ordem. Uma família que mora em um casebre não vê o céu. Olha é a terra má, ali perto, encharcada, suja, recipiente, que a convida à morte, a todo momento, mal rompe o dia e mal se esconde o sol³⁷².

³⁷⁰ BASTIDE, Roger. *Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

³⁷¹ Guerra Peixe para Vasco Mariz, 10 fev. 1951. Citação retirada do artigo *Guerra Peixe e os maracatus no Recife: trânsitos entre gêneros musicais (1930-1950)*. Publicado na revista *ArtCultura* de Uberlândia.

³⁷² Cruzada contra os Mocambos. *Jornal do Commercio* (PE), 19/07/1939.

Possivelmente, nem Mr. Carl Bruer, nem mesmo Luc Durtain, que defendia a ideia de se conhecer a cidade através dos seus “subúrbios populares, foram os únicos “turistas malucos” a interessarem-se pelas zonas alagadiças da cidade. No entanto, a prática de se visitar os mocambos do Recife ganha, ao meu ver, um verniz de impróprio depois da instauração da *Liga Social Contra o Mocambo* em 1939. O espaço que tal *Liga* ocupava na imprensa, pode forjar uma impressão ao pesquisador do efeito daquela *cruzada civilizadora*. Esta ideia era endossada em artigos diários e em publicações oficiais do governo estadual, isto não quer dizer, que o desagrado com a presença daqueles casebres não fosse uma preocupação anterior à *Liga*. Maria das Graças Ataíde exemplifica bem, utilizando fontes eminentemente governamentais, a construção desses discursos autoritários sobre a paisagem³⁷³.

A historiadora Brodwyn Fischer observou em artigo recente que o escritor paulista Ribeiro Couto, o mesmo que anos mais tarde fez parte da comissão julgadora do concurso do melhor livro de viagem sobre o Brasil, escreveu que os recifenses ficavam humilhados por conta dos mocambos, “porque turistas tiravam foto das suas cabanas de palha”. No mesmo artigo a historiadora narra um caso, escrito por Agamenon Magalhães, de um amigo seu em um “elegante voo do Recife até Paris” que viu no *menu* do restaurante da aeronave uma foto de um mocambo, “definindo-o como uma típica moradia dos nativos pernambucanos”³⁷⁴

O mocambo funcionava como o símbolo do local, do característico, sobretudo, para sujeitos que possuíam uma experiência ocupação urbana na qual grandes prédios e reformas diversas já faziam parte das suas formas de pensar o espaço. No entanto, um casebre de palha e zinco não.

Além de tudo, para tornar ainda mais complexa as relações entre os sujeitos chamados de turistas e as espacialidades recifenses, existe ainda a segunda questão colocada mais acima, a que se refere à logística de locomoção pela cidade. A capital pernambucana proporcionava ao visitante das décadas 1930 e 1940, variadas formas de se conhecer os espaços urbanos. Entre o passeio a pé, de bonde e de automóvel,

³⁷³ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *Op. Cit.*

³⁷⁴ FISHER, Brodwyn; MACCANN, Bryan; AUYERO, Javier (orgs). *Cities from Scratch: poverty in urban Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 2014. P. 19.

existe uma equação entre o custo, a mobilidade e o tempo que altera a relação com o espaço.

No ano de 1900, o escritor português Antônio Joaquim Barbosa Vianna já alertava que existiam formas diferentes de se conhecer o Recife e, não obstante, as indicou em seu livro³⁷⁵. Deixou registrado ao viajante as possibilidades de flunar pela cidade para conhecer os “belos edifícios daquela capital”, depois poderia seguir em direção ao fim do cais do Apolo para pegar o “americano” (Bonde). Ao subir ali o visitante teria acesso a diversas linhas: Madalena, Caxias, Herval, Hospício e Conceição. A primeira linha possuía a tabuleta encarnada, a segunda, que saía de Afogados, possuía a cor verde. A linha Herval que tinha como ponto de partida a rua com o mesmo nome que tinha a mesma cor da linha anterior. E os dois últimos bondes que seguiam para a Rua Conde da Boa Vista tinham a tabuleta amarela. Para além dos bondes, o autor apresenta as possibilidades de se locomover para o interior do estado com a linha Timbaúba-Limoeiro³⁷⁶.

Trajetos semelhantes fez Polycarpo Feitosa durante o seu retorno ao Recife em 1944. Pegou um bonde que seguiu vagarosamente por diversas áreas da cidade, e ainda tinha a vantagem de ter uma leve brisa, que tanto encantou um dos personagens de Affonso de Carvalho. No entanto, não foi essa brisa, nem “os bondes mais miraculosamente apinhados mundo” de Luc Durtain que chamou a atenção do escritor potiguar, os carros sim, na verdade, a balbúrdia dos automóveis indo e vindo no Recife dos anos de 1940 foi o que despertou o estranhamento naquele sujeito. Escreveu: “efetivamente, de todas as entidades que atuam hoje no Recife nenhuma é mais considerável, mais poderosa, mais cercada de prestígio, que o automóvel. Ele domina tudo, ou esmaga tudo”³⁷⁷. Essa observação de Feitosa não era gratuita, o número de automóveis registrados passou de 2.491 em 1938, para 5.188 no ano de 1941.

³⁷⁵ VIANNA, Antônio Joaquim Barbosa. *Recife, capital do estado de Pernambuco*. Recife: APEJE, 1970.

³⁷⁶ Praticamente não existem pesquisas sobre o bonde como meio de transporte, ou a variada gama de questões que envolviam os sujeitos que trabalhavam naquele setor. Ver. RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Linhas apagadas: do coletivo como arcaico ao individual como moderno* (a extinção dos bondes na década de 40). Recife: Ed. Universitária, 1995; MOTA, Alves da. *No tempo do Bonde elétrico*. Recife: CELPE, 1982.

³⁷⁷ FEITOSA, Polycarpo. *Op. Cit.* P. 58.

Isto quer dizer que houve um aumento 48,01% no total de carros circulando nas ruas em apenas 3 anos³⁷⁸.

Segundo Joel Wolfe, historiador da indústria automobilística, esse aumento considerável não aconteceu do nada. Durante os anos dos governos de Getúlio Vargas houve uma política de integração do território nacional, construindo estradas e estruturando as já existentes. Além do estabelecimentos de normas para importação, etc. Somado a isto, há, ainda de acordo com Wolfe, um incentivo para a atividade automobilística como um todo, a realização de passeios, corridas, etc³⁷⁹.

No anuário estatístico de Pernambuco do ano de 1938, um dado chamou-me atenção. Aí consta que existiam no Recife daqueles anos 376 carros, cuja função era, eminentemente, o aluguel. Para este montante de veículos havia uma série de questões sociais e trabalhistas que escapam àquela imagem do início desta dissertação. Trata-se da mobilização em torno da figura Chauffeur, o profissional responsável por, muitas vezes, conduzir “turistas” para locais históricos de Pernambuco, ou, simplesmente, transportar moradores da capital pernambucana aos seus compromissos³⁸⁰.

A segunda edição do *Guia Prático Histórico e Sentimental* publicado em 1942, pela José Olympio Editora, indica os melhores caminhos para conseguir um carro de aluguel. “Segundo informações oficiais, são as seguintes praças de automóveis de aluguel: Rua do Hospício, Praça de Caxangá, Praça da Independência e Rua Diário de Pernambuco”. Ainda de acordo com o autor haviam

³⁷⁸ Os dados referentes ao ano de 1934 encontrei no *Anuário Estatístico de Pernambuco* do ano de 1938. P. 112. Os dados para o ano de 1941 retirei de *O Livro Azul*, publicado pelo governo de Pernambuco no ano de 1941. Para o ano de 1942, os números foram recolhidos no *Anuário Estatístico Nacional* de 1941-1945.

³⁷⁹ WOLFE, Joel. *Autos and Progress: the Brazilian search for Modernity*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010. Pgs. 91-112.

³⁸⁰ A figura do Chauffeur aparece aqui como um ponto de tensão para o objetivo proposto neste texto. Ele aparece, primeiro, como uma esboço metodologicamente tratado de uma maneira distinta de outros assuntos tratados no texto. Muitas vezes, essa categoria sócio-profissional aparecerá como um sujeito e isto foi feito com plena consciência do autor. O fato é que a documentação a respeito daqueles profissionais foram diminutas nos acervos em que pesquisei. Leia-se o Arquivo Público Estadual [APEJE] e o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano [IAHGP]. Tentei sem sucesso encontrar a documentação do Centro de Chauffeurs de Pernambuco.

pontos na Avenida Manuel Borba, Rua do Imperador, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Praça Maciel Pinheiro, Parque Amorim e Rio Branco³⁸¹.

Os valores cobrados variavam entre o custo da hora de locomoção, de acordo com as categorias estabelecidas, e a distância percorrida. Os valores estimados pela *Delegacia de Trânsito* indicavam:

Meia hora.....	10\$000
Hora comercial.....	15\$000
Hora turismo.....	20\$000

No que se refere à distância, os valores eram estabelecidos por zonas, que aferiam o trajeto a serem percorrido pelos motoristas:

1ª Zona.....	5\$000
2ª Zona.....	10\$000
3ª Zona.....	15\$000

Leia-se como tais zonas: 1ª – Cabanga, Parque Amorim, Igreja João de Barros, Chora Menino e Largo de Santo Amaro; 2ª – Pina, Largo da Paz, Madalena, Encruzilhada, Torre e Olinda (Carmo); 3ª – Casa Amarela, Campo Grande, Água Fria, Boa Viagem, Estação Tegipió, Bomba Grande, Monteiro, Olinda (Bairro Novo e cidade alta)³⁸².

Essas tabelas serviam para informar ao visitante os valores a serem cobrados durante as visitas que efetuavam. No entanto, parece que estas normas eram desrespeitadas em outros quesitos, que não o preço da tabela, e sim no deslocamento. O historiador e jornalista Mário Melo em uma de passagens pelo porto do Recife passou por duas situações bastante elucidativas em relação às formas de se burlar as tabelas acima mencionadas.

Ao chegar à beira do cais, Melo encontrou um casal que, aparentemente, o conhecia e foram conversar com ele a respeito dos velhos templos pernambucanos. O historiador ficou impressionado ao ouvir dos visitantes que haviam ido ao bairro de

³⁸¹ FREYRE, Gilberto. *Guia Prático Histórico e Sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. P. 235. As mesmas informações podem ser encontradas no *Guia da Cidade do Recife* de 1935 e também no folheto publicado para o *Congresso Eucarístico Nacional*, de 1939.

³⁸² FREYRE, Gilberto. 1942, *Op.Cit.* P. 236.

Boa Viagem conhecer a igreja mais antiga do Recife, e sinceramente espantaram-se ao ver que o mais antigo templo da cidade não tinha nenhuma singularidade, e comentaram: “se esse é o mais antigo, imagine os mais recentes”³⁸³. Noutra ocasião, um grupo contou a Mário Melo sobre a visita às ruínas do castelo de Duarte Coelho, que fora donatário da capitania de Pernambuco entre os anos de 1534 e 1554³⁸⁴. A resposta do historiador foi de espanto e respondeu aos seus narradores que também gostaria muito de conhecer aquele lugar, tendo em vista que dele não havia nenhum registro a respeito³⁸⁵.

A crítica do jornalista pernambucano àqueles incidentes estava pautada na ideia de que os profissionais envolvidos no transporte dos visitantes possuíam pouca ou nenhuma informação sobre a história da cidade e esta foi uma tônica constante em alguns artigos daquele historiador. Era, por assim dizer, uma luta para definir qual a história transmitida aos visitantes³⁸⁶. Para além deste mérito existe um outro, ao meu ver, também importante. A igreja mais antiga do Recife, o convento de Santo Antônio, se encontra na rua do Imperador, é datado de 1606, enquanto a igreja de Boa Viagem data de aproximadamente um século depois, 1707³⁸⁷. Isto significa que a distância a ser percorrida pelo *chauffeur* ao ponto que efetivamente deveria ir se encaixaria na primeira zona, significativamente distante do outro templo em questão, cuja localidade se encaixava na 3ª zona de locomoção, ou seja, independente da história transmitida, o visitante pagou a mais pela sua viagem.

Esses *chauffeurs* serviram muitas vezes de filtro entre os visitantes e a cidade para além de todas as formulações feitas detrás dos balcões burocráticos e, muitas vezes, idílicos dos legisladores. A quantos outros “turistas” aquele mesmo profissional da reportagem de Mário Melo não apresentou as mesmas igrejas, os mesmos castelos e etc. Segundo o Sr. George Felipe de Azevedo, que trabalhou como motorista de aluguel no Recife em fins dos anos quarenta, “existiam *chauffeurs* que só trabalhavam

³⁸³ Tratei deste caso em: MARROQUIM, Dirceu S. M. Histórias de um navio holandês. In. CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline Montenegro. *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2013. Pgs 197-210..

³⁸⁴ Para saber mais sobre a trajetória de Duarte Coelho, Ver. PORTO, Costa. *No tempo de Duarte Coelho*. Recife: CEPE, 1978.

³⁸⁵ MARROQUIM, Dirceu. *Op. Cit.* Pgs 197-210..

³⁸⁶ Existe um trabalho fase de elaboração a respeito das narrativas históricas de Mário Melo, pela pesquisadora Amanda Cavalcanti.

³⁸⁷ GUERRA, Flávio. *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*. Recife: Departamento de Documentação e Cultura, 1973.

para turistas, não queriam saber de recifense não, porque pagavam pouco. Quando chegava notícia de navio no porto ia todo mundo para lá, eu mesmo peguei um bocado³⁸⁸. Nesse sentido, é possível pensar que, tanto Carl Bruer, quanto os “turistas malucos” que iam aos xangôs e ficavam a fotografar mocambos, chegavam às regiões alagadiças do Recife através desses profissionais e isto não é gratuito.

Antônio Barretto, autor de *Mocambos*, novamente dá outra pista, só que desta vez a respeito daqueles profissionais. Escrevendo sobre os ofícios dos moradores dos mocambos observou: “A profissão daquela gente oscila entre os que lavam e engomam e os que se dedicam a profissões variadas, desde o barbeiro de avenida que discute política ao chauffeur de praça”, e continuou, “Não é raro ver-se um carro de último tipo, no valor de vinte, trinta contos parado junto a um mocambo. Até parece que de longe é o médico ou o carro da assistência chamado de última hora para atender um caso grave”. E para concluir o seu comentário, Barretto escreveu que “não, aquele carro, aquela limousine de linhas aerodinâmicas era, com a capacidade de desenvolver 180 Km a hora, freios hidráulicos, molas com ação de joelho e rádio, pertence ao habitante do mocambo”. E afirma: “Ele paga perto de um conto de réis por mês, às vezes mais, de prestação do automóvel e ao proprietário do mocambo 40 mil réis por mês”³⁸⁹.

A imagem escrita naquele romance não parece desconectada com os casos com os quais me deparei em outros suportes documentais. Nos dados produzidos pela comissão censitária dos mocambos (também a cargo da DEPT), o dado referente à ocupação dos chefes de família foi um dos itens registrados no inventário realizado pelo governo do estado. Conforme mostra o quadro demonstrativo abaixo:

³⁸⁸ Entrevista de George Felipe de Azevedo aos pesquisadores Dirceu Marroquim e Felipe Azevedo no município de Caruaru no dia 24/01/2015.

³⁸⁹ BARRETTO, Antonio. *Op. Cit.* P. 28.

COMISSÃO CENSITARIA DOS MUCAMBOS

CHEFES DE FAMÍLIA

SEGUNDO A OCUPAÇÃO

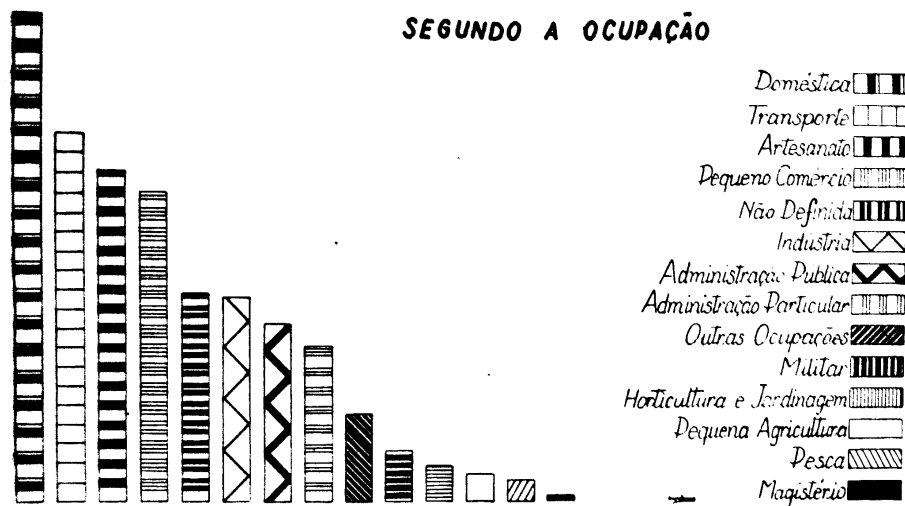


Imagem 19: Dois anos de luta contra os mocambos. Recife: DEPT, 1941.

Segundo o quadro acima, os empregados do transporte eram a segunda categoria que mais povoava a paisagem dos mocambos do Recife. Talvez, a cena de um bom carro ao lado de um casebre qualquer, fosse que poderia ser vista com frequência³⁹⁰. Era o caso de Pedro Guimarães da Silva, “motorista profissional, pernambucano, casado, com 1 metro e 57 centímetros de altura e residente à rua Monte Alegre, n. 347, Camaragibe”, que provocou um acidente na Rua do Príncipe por andar em alta velocidade³⁹¹. Ou mesmo Sebastião Cavalcanti de Albuquerque, “com 27 anos de idade, motorista, proprietário de carro, solteiro, residente à Avenida Norte”, também envolvido em acidente de trânsito³⁹². Até o próprio George Azevedo foi morar no bairro de Areias, local onde diversos mocambos foram demolidos para serem construídas as Vilas das Lavadeiras.

São numerosos os processos de acidentes de automóveis envolvendo aqueles motoristas profissionais que iam e vinham pelas ruas do Recife. No entanto, muitos deles estavam amparados em um suporte jurídico proporcionado pela própria “classe”, como eles próprios faziam questão de afirmar. No dia 29 de novembro de 1919 foi

³⁹⁰ É importante lembrar que neste quantitativo estão os trabalhadores da Great Western e da Pernambuco Tramways.

³⁹¹ *Processo contra Pedro Guimarães da Silva*, N. 54. Cx. 01/1938. [IAHGP]. Sobre Camaragibe ver: MENEZES, Carlos Alberto de. *Ação Social Católica no Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

³⁹² *Processo contra Sebastião Cavalcanti de Albuquerque*, N. 70. Cx. 01/1938. [IAHGP].

criado no Recife o *Centro dos Chauffeurs de Pernambuco*. A sua finalidade, conforme previa o estatuto da associação, era “contribuir para a elevação do nível moral, intelectual e profissional de todos os que por profissão, diversão ou conveniência, se dediquem à condução e direção de meios de transporte, sem distinção de política, religião, cor ou nacionalidade”³⁹³. Trata-se de uma agremiação de ajuda mútua de interesse de classe. Por exemplo, o artigo 4º do referido estatuto previa: “prestar assistência judiciária aos seus associados, dando-lhes advogado gratuito para sua defesa em casos referentes a desastres oriundos da profissão ou condução de carros automóveis”³⁹⁴.

A ideia da constituição de uma classe dos *chauffeurs* parecia ser bastante profícua, no Recife, em princípio dos anos de 1930. No ano de 1934, por exemplo, aquela agremiação de motoristas realizou uma greve contra o aumento das taxas cobradas pelo governo de Pernambuco. Eles conseguiram mobilizar não só os carros de aluguel, como também motoristas das “Sopas”, ônibus que transportavam pessoas para o interior do estado. Foram 48 horas de paralização e no final alcançaram os seus objetivos³⁹⁵.

A ideia de ser uma “classe” autorizava aquela instituição a dialogar com setores específicos da promoção turística em Pernambuco. Foi caso, por exemplo, da associação entre o *Centro de Chauffeur de Pernambuco* e a *Prefeitura Municipal do Recife*, que escreveram ao historiador Mário Melo para que fosse elaborado por ele uma espécie de guia para aqueles profissionais, dividindo os monumentos por bairros do Recife e municípios de Pernambuco³⁹⁶.

A presença daqueles profissionais nas ruas da cidade proporcionavam inúmeras narrativas aos visitantes que apreendiam informações e experiências das mais diferentes maneiras. Porque, na maior parte das vezes, eram os profissionais que estavam na lida diária que recebiam a grande soma de visitantes que chegavam ao Recife. E não só isso, por vezes os encontros ocasionais também possibilitavam um

³⁹³ *Estatuto do Centro de Chauffeurs de Pernambuco*, Recife: Typografia do Diário da Manhã, 1932.

³⁹⁴ *Ibidem*.

³⁹⁵ *Prontuário Funcional – N. 468*. Dops [APEJE]. No prontuário existem todas as anotações da polícia sobre a greve.

³⁹⁶ MELO, Mário. *Lugares Históricos de Pernambuco*. Manuscrito [IAHGP-FMM Cx. 08]

tipo de experiência turística que não estava prevista nos folhetos de propaganda turística da época, um exemplo disto é o caso do escritor Stefan Zweig.

Quem narrou esta história foi jornalista Murilo Marroquim, que atuava como repórter de porto no Recife no início dos anos de 1940. Narrou sobre a sua profissão: “antigamente, o repórter de porto era um curioso, nós íamos para o porto às cinco horas da manhã, e os navios que entravam eram de passageiros (...) Nós nos reuníamos num bar que ainda hoje existe, no cais do porto, num bar de prostitutas e malandros”, e continuou, “as reuniões eram às 5 da manhã, quando já começávamos a tomar cerveja até a lancha chegar. Depois íamos a bordo para ver a lista de passageiros e via quem era e quem não era importante para entrevistar”³⁹⁷.

Numa dessas lidas o repórter viu um nome que lhes era familiar: Stefan Zweig. O escritor austríaco vinha com a sua mulher fazer uma visita à América do Sul, “ele era um homem muito reservado, não gostava de publicidade”. Depois de alguns instantes de conversa, apesar do péssimo inglês de ambos, desembarcaram Zweig e a esposa, Marroquim e um outro repórter, além de uma mulher que, segundo o entrevistado, se dizia escritora, para conhecerem o Recife:

Descemos a pé, e viemos do cais do porto, percorrendo o Recife, fomos até o mercado de São José, na época, já era um mercado. Stefan Zweig ficou maravilhado com o Recife, inteiramente maravilhado. E fomos passando por Recife. (...) Nós passamos dentro da cidade, percorrendo a cidade toda, a pé. Eu tenho a impressão de que foi por causa dessa primeira visita, desse primeiro contato Zweig com Recife que ele escreveu, afinal, o livro sobre o Brasil.³⁹⁸

Embora o livro do escritor austríaco não tenha sido tão simpático ao Recife quanto sugere a modéstia do narrador³⁹⁹, as formas de construção de uma experiência turística, escapam aos planos governamentais e assumem formas das mais diversas. Essas experiências findam em perspectivas sobre o espaço proporcionadas pelas impressões dos visitantes, ou pelos percursos dos diversos sujeitos que tinham por ofício caminhar (ou dirigir) pela cidade. São esses profissionais, respondendo ao questionamento do tópico, que tornam os diversos caminhos possíveis aos visitantes.

³⁹⁷ Entrevista com Murilo Marroquim de Souza, no Recife, para o Programa de Depoimentos Orais, do CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco em 31/10/1980.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Ver. ZWEIG, Stefan. *Brasil, País do Futuro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando hoje para os anos aos quais esta pesquisa se deteve, talvez fique uma pergunta imediata: o que pode ter acontecido ao longo desse tempo para que aquele plano de desenvolvimento para o turismo em Pernambuco não tenha gerado um efeito a longo prazo a ponto de reverberar até os nossos dias? Talvez, a resposta para esta pergunta seja mais complexa do que a esboçada nas linhas a seguir, no entanto, não hesitarei em iniciar um debate que ainda pode render muitos frutos.

As experiências administrativas em Pernambuco no início dos anos de 1940, trouxe para a agenda política do estado um elemento a mais para formulação de políticas públicas, o turismo. Estas formulações visavam, por um lado, a produção de uma imagem positiva de cidade e, por outro, ao mesmo tempo conseguir, a partir disto, gerar lucro para os dividendos públicos. No entanto, como sugerimos ao longo do texto, a distância entre o que se planejava como política pública e o que efetivamente tornava-se factível nas ruas da cidade era tão diversa quanto os visitantes que chegavam ao Recife.

No entanto, as convulsões políticas e sociais fizeram com que qualquer política em âmbito municipal e por ventura estadual, não fosse um espaço profícuo para planos consistentes a longo prazo em qualquer setor. Com o fim do Estado Novo brasileiro muitas estruturas foram paulatinamente modificadas, e as gestões aturdidadas, quase sempre de curta duração, deixava praticamente inviável qualquer possibilidade para desenvolver políticas a longo prazo. Entre o ano de 1945 e 1955, quando houve eleições diretas para prefeito, foram postos no cargo nove gestores, uma média de quase um nome por ano. Isto impactou diretamente na continuidade de certos debates em torno das noções de turismo, etc.

Com o fim também da contenda bélica os sons dos navios e aviões vindos de um mundo ainda dilacerado, passava a ser mais frequente. No Diário de Pernambuco no ano de 1945, publicou uma pequena nota tratando do ressurgimento da afluência de visitantes ao país naqueles anos: “Os projetos são os mais grandiosos e estão pautados nos postulados do mundo do após guerra (...) isto equivale dizer que o turismo volta ao cartaz e, desta vez com novo vigor pois não mais constituirá um

prazer para poucos e, sim, para toda gente”⁴⁰⁰. Ao que parece, esta previsão demorou um pouco a acontecer, pelo menos no Recife, no qual pouca atividade no âmbito do turismo foi sistematizada, no entanto as notícias de promessa de que um grande número de visitantes teria como o destino o Brasil, era frequente nas páginas de jornais de grande circulação⁴⁰¹.

Com o restabelecimento do exercício democrático, e as eleições que levaram Pelópidas Silveira à prefeitura da capital pernambucana em 1955, novas dinâmicas foram estabelecidas no que se refere à prática do turismo. Velhas figuras foram arregimentadas para tocarem novos projetos adiante. No ano de 1955, o Diretor da DDC (Diretoria de Documentação e Cultura), José Césio Regueira Costa, a instituição que deu prosseguimento aos trabalhos da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), publicou uma nota na imprensa local convidando “representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Agências de Turismo do Recife, Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Sindicato dos Hotéis e Similares do Recife, Agências de Navegação do Recife”⁴⁰², entre outros, para fundar na cidade o Conselho Municipal de Turismo.

Este Conselho, liderado por José Césio Regueira Costa recolocava o turismo na agenda pública e inseria o Recife dentro de contextos mais amplos de organização daquele setor em âmbito nacional, junto ao Conselho Nacional de Turismo, coisa que não parecia muito explícita nos anos de 1940. Entre as obrigações do órgão estava a de “estudar e estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo local, tomando ou propondo as medidas oportunas, não só para o seu aparecimento como exploração particular, mas, ainda, no sentido de salvaguardar e proteger os aspectos e costumes de interesses turísticos”⁴⁰³. Novas pautas foram inseridas na agenda daquele Conselho, como por exemplo, colaborar na organização e na promoção do Carnaval e das festas de interesse turístico da cidade e do interior de Pernambuco.

⁴⁰⁰ Milhares de turistas procurarão o nosso país. *Diário de Pernambuco*, 12/09/1945

⁴⁰¹ Milhares de turistas Americanos visitarão em breve o Brasil. *Diário de Pernambuco*, 5/08/1948.

⁴⁰² Conselho Nacional de Turismo. *Diário de Pernambuco*, 10/03/1955.

⁴⁰³ *Diário de Pernambuco*, 15/03/1955.

A distância dos quase dez anos entre o fim da DEPT e a criação do Conselho de Cultura possibilitou a inserção para a capacitação dos funcionários vinculados ao setor turístico, além de criar uma normatização cautelosa do que veio a se consolidar como o *trade turístico* no Recife. Um exemplo disto foi a criação, pelo prefeito do Recife, de um imposto sobre o turismo implantado em 1957, que previa cobrar novas taxas para proprietários de congêneres, além de empresas vinculadas ao setor turístico⁴⁰⁴. Causou um grande reboliço por parte dos empresários, que entraram com um mandato de segurança para impedir a institucionalização da taxa. Sem querer entrar muito neste mérito, é importante observar que se esta medida fosse tomada anos antes possivelmente não tivesse o mesmo grau de protesto por parte dos empresários, já que não havia uma quantidade significativa quantidade destes comerciantes a ponto de criarem uma representação de classe para fazerem valer os seus direitos.

No mês de novembro de 1958, ocorreu no Recife, o *IV Congresso Brasileiro de Turismo*. O evento realizado por uma parceria da Prefeitura da cidade com o Conselho Municipal de Turismo, criado pouco tempo antes, proporcionou aos visitantes instalações físicas e passeios à altura daquele evento. Segundo o jornalista carioca Renato de Alencar, aquele congresso “constituiu uma vitória para seus promotores e inegável triunfo para Recife”⁴⁰⁵. Reuniu “delegados de vários estados e dois países estrangeiros – Argentina e Uruguai”⁴⁰⁶, além de investidores, empresários e profissionais que de alguma forma poderiam contribuir com o cenário turístico brasileiro.

Durante os dias de evento, sete ao todo, as atividades foram divididas entre visitas a locais históricos e de belezas naturais de Pernambuco, como Olinda, Monte dos Guararapes, usinas diversas, e outros pontos não necessariamente reconhecidos pela sua história, mas pela sua paisagem natural, como a Serra das Russas, Itamaracá, etc., e pelas seções técnicas⁴⁰⁷. Nestas foram discutidas as diretrizes para o turismo brasileiro daquele ano por diante, embora não possuísse

⁴⁰⁴ Em estudo o regulamento Imposto de Turismo. *Diário de Pernambuco*, 18/01/2007.

⁴⁰⁵ No Recife o VI Congresso Brasileiro de Turismo. *Jornal do Brasil*, 07/12/1958.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁷ Chegou a delegação santista ao Congresso Brasileiro de Turismo. *Diário de Pernambuco*, 13/11/1958.

força de norma jurídica. Como resultado do congresso foi entregue às instituições competentes um folheto com as resoluções da semana de debates, inclusive sugerindo a criação de entidades de nível federal para debater o assunto de maneira mais sistemática, assim como a formação de um *Plano Diretor* para aquele setor no Brasil.

Outros turismos se iniciavam, novas concepções, discussões que às duras penas deixaram uma herança para as compreensões contemporâneas sobre o que significava aquele setor. Por outro lado, permaneceram outros turismos. O dos *Chauffeurs*, dos repórteres, dos guias, que pouco tempo depois passaram a se organizar⁴⁰⁸. A quantidade de histórias a serem contadas sobre a prática turística em Pernambuco, muito mais das permanências do que das mudanças, ultrapassam as narradas neste texto. Aqui não foram abordados assuntos como as estalagens e hotéis, nem uma análise mais precisa e aprofundada da entrada do Brasil na contenda bélica mundial de 1939, e o seu impacto naquelas práticas, nem mesmo analisei a construção de uma “natureza turística” da cidade do Recife.

Este ensaio soa muito mais como um exercício metodológico para compreender como práticas sociais assumem formas e conceituações distintas de acordo com os seus lugares de enunciação. Nesse sentido, como pretendi deixar evidente, o objeto deste texto, para além do turismo, foi a cidade do Recife e a complexa trama e tessitura das suas espacialidades e alguns de seus habitantes.

Portanto, espero que este trabalho sirva não só aos pesquisadores interessados em conhecer um poucos mais sobre outros turismos de outros dias, de outras vidas, mas tomar ciência de que as histórias contadas sobre os incidentes aqui narrados possam e devem ser revistos, repensados e rediscutidos de maneira a fomentar os estudos sobre cidade e turismo em Pernambuco.

⁴⁰⁸ Ver o acervo pessoal de Pelópidas Silveira também na Fundação Joaquim Nabuco, sobretudo os recortes de jornais referents ao seu segundo governo frente à prefeitura do Recife.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade*. Recife: Editora Bagaço, 2006.

_____. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Edusp, 2001.

ALY, Götz. *The Nazi Census – Identification and control in the third Reich*. Philadelphia: Temple University Press, 2004.

BARRETTO, Antônio. *Mocambo*. Recife: Livraria Universal, 1939

BARROS, Manoel de Souza. *A Década 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

BARTH, Fredrik. *Models of Social Organization*. London: Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1966.

BASTIDE, Roger. *Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo, Edição Metalivros/Fundação Odebrecht, 1994.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. *Alagados, Mocambos e Mocambeiros*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/ Imprensa Universitária, 1965.

BRUER, Carl. *With the Zeppelin to South America: diary of the round trip – 1931*. Jordanville: Frost Publishing, 1931.

BERINGHER, Emile. O Porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. XI, n. 60, 37-60.

BENZAQUEN, Ricardo. Gilberto Freyre. *Mal-estar na Cultura* / Abril-Novembro de 2010.

BRUCE, Fabiana. *Álbum de Berzin*, entre os acervos do Museu da Cidade do Recife e da Fundação Joaquim Nabuco. Recife:CEPE, 2012.

_____. *Caminhando numa cidade de luz e sombra*. Recife: Ed. Massangana, 2014.

BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Florianópolis: Edusc, 2003.

BOORSTIN, Daniel J. *The Image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage Books, 1992.

CADAVEZ, Maria Cândido Pacheco. *A Bem da Nação*. As representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940. Tese defendida na Universidade de Lisboa no Ramo de Estudos de Literatura e d Cultura na Especialidade de Ciências da Cultura, 2012.

CALABRE, Lia. Políticas públicas e culturais de 1924 a 1945. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, 2003.

Campos, Zuleica Dantas Pereira. *O Combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos Anos Trinta e Quarenta*. Recife, 2001, DOUTORADO em História UFPE-CFCH.

_____. Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana. *Revista Symposium*, Ano 3, dezembro de 1999.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e estado policial na Era Vargas (1930-1945)*. Tese apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Orientador: Mário de Souza Chagas. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertação.

CARVALHO, Affonso. *Viagem ao Brasil: do Chuí ao Oyapock*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1936.

CASAIS, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Franz Timon, 1940.

CASTRO, Celso. Uma imagem do Rio de Janeiro em 1935. *XXVII Simpósio Nacional de História* – Natal (RN), julho de 2013.

_____; GUIMARÃES, Valéria; MONTENEGRO, Aline M (orgs). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Bertrand Brasil: São Paulo, 1990.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

_____. *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COELHO, José Milton. O.F.M. *Frei Casimiro*. Recife: Ed. do Autor, 2013.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Archives, Record and Power: the making of modern memory. *Archival Science*2: 1-19, 2002.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de Viver na Cidade*. Tese defendida no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

COUTO, André Luiz Faria, e GITIRANA, Tolma Bonniau. "*Fotografia e propaganda política: o Estado Novo em foco*". Rio de Janeiro, Cpdoc, 1989.

CORTEZ, Silvia. *Tempos de Casa Grande: 1930-1940*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

CUNHA, Olívia. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 2, N. 36 (2005): Antropologia e Arquivos.

DAIBERT, André B. D. Turismo em Petrópolis no início do século XX: história e construções culturais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

DARTON, Robert. *Boemia Literária da Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Poetry and the Police: communication networks in Eighteenth-Century Paris*. Boston: Harvard University Press, 2010.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia humana do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. *L'homme et l'hiver o Canada*. 10. ed. - Paris: Gallimard, 1957.

_____. *L'homme et la forêt*. 23e. ed. - [Paris]: Libr. Gallimard, 1933.

DELFOSSÉ, Claire. Le rôle des institutions culturelles et des missions à l'étranger dans la circulation de idées géographiques. L'exemple de la carrière de Pierre Deffontaines (1894-1978). *Finisterra*, XXXIII, 65, 1998.

DURTAİN, Luc. *Imagens do Brasil e do Pampa*. Rio de Janeiro: Ed. Ariel, 1934.

FEITOSA, Polycarpo. *Dois Recife*. Recife: Cepe, 2011.

FELDHUES, Paulo Raphael. *O Triunfo da Moral Burguesa*. Recife: Ed. Massangana, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. 7letras, 2011.

FISHER, Brodwyn; MACCANN, Bryan; AUYERO, Javier (orgs). *Cities from Scratch: poverty in urban Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 2014.

FONSECA, Manoel Felipe Batista da. *Base Fox: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da base naval U.S. Navy no Recife durante a campanha do Atlântico Sul (1941-1943)*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFPE, 2014.

FREYRE, Gilberto. *De Menino a Homem*. Rio de Janeiro: Global Editora. 2009.

_____. *Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Recife: Ed. Do Autor, 1934.

_____. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

_____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

_____. *Nordeste: aspectos da influencia da Cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951.

GAMA, Marcília. *O Dops e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Ângela de Castro. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História, memória e escravidão – LABHOI-UFF*.

_____. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

_____. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMINHO, Zélia. *Mocambópolis x Veneza Brasileira*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

GUERRA, Flávio. *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*. Recife: Departamento de Documentação e Cultura, 1973.

GUILLEN, Isabel C. M. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. Guerra Peixe e os maracatus no Recife: trânsitos entre gêneros musicais (1930-1950). *ArtCultura*, V.9, N. 14, p. 235-251, jan.-jun. 2007.

GUIMARÃES, Valéria. *Turismo Levado a Sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Estado da arte da produção científica em História do Turismo no Brasil. *5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística*, São Paulo, 2012.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1990.

HERSKOVITS, Melville J. The negro in Bahia, Brazil: a problem in Method. *American Sociological Review*, Vol. 8, N. 4 (Aug., 1943).

KELSEY, Vera. *Four Keys to Guatemala*. Funk & Wagnalls Company: New York, 1940.

_____. *Seven Keys to Brazil*. Funk & Wagnalls Company: New York, 1941.

KOSHAR, Rudy. 'What Ought to be seen': Tourists Guidebooks and national identities in modern Germany. *Journal of Contemporary History*, Vol. 33, N.3 (Jul., 1998).

HAMMERL, Priscyla Christine. Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

HARRIS, Verne. The Archival Silver: Power, Memory and Archives in South Africa. *Archival Science* 2: 63-82, 2002.

HERSKOVITS, Melville J. The negro in Bahia, Brazil: a problem in Method. *American Sociological Review*, Vol. 8, N. 4 (Aug., 1943), P. 394-404.

JULIA, Dominique; BOUTIER, Jean. *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LACERDA, Aline Lopes. A "Obra Getuliana", ou como as imagens comemoram o Regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 7, 1994.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *Caracterização e Contribuição para interpretação da Política de Habitação Popular*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1987.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

LEVINE, Robert. M. *O Regime de Vargas: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris do século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n.28, p. 287-307, jan-/jun. 2014.

KRAUSS, Rosallind. Photography's Discursive Spaces: Landscape/View. *Art Journal*, Vol. 42, N. 4, The Crisis in the Discipline (Winter, 1982).

MACCANNELL, Dean. *The Tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press, 1999.

MAGALHÃES, Agamenon. *Ideias e Lutas*. Recife: Ed. Raiz, 1985.

MAIA, Carlos Leite. *50 anos da AIP: Associação de Imprensa de Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1982.

MARCELO, Hernan Venegas. *Patrimônio Cultural e Turismo no Brasil em Perspectiva Histórica*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. Estâncias termiais, turismo e poder público federal no Brasil XXVII Simpósio Nacional de História – Natal (RN), julho de 2013.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Implicações atuais do debate entre Herkovits e Frazier sobre os africanismos. *Simpósio Nacional de História*, 2011.

MEDEIROS, Renato Pinto de. *Estado, Igreja e Políticas Assistenciais em Pernambuco (1935-1945)*. Dissertação de mestrado em História – UFPE, 1995.

MELO, Mário Lacerda de. *A migração para o Recife – Vol. I*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961.

MENEZES, Carlos Alberto de. *Ação Social Católica no Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico: história sócio-pitoresca dos antigos*

bondes do Recife. Recife: CELPE, 1982.

NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa em Pernambuco Vol. 8*. Recife: Ed. Universitária, 1968.

_____. *História da Imprensa em Pernambuco -Vol. 7*. Recife: Ed. da UFPE, 1966.

NERY, Informador. *Guia da Cidade do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1920.

O'DONNEL, Júlia. Uma Copacabana para o mundo: a década de 1920 e a invenção do Rio atlântico. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

OLIVEIRA, Valdemar. *Nos tempos de Amaury*. Recife: CEPE, 1975.

OUTTES, Joel. *O Recife, gênese do urbanismo*. Recife: Ed. Massangana, 1997.

OZANAM, Israel... [et. al]. *Fronteiras culturais do Recife Republicano*. Recife: Ed. Universitária, 2013.

PATT, Mary Louise. *The imperial eyes: travel writing and transculturation*. Madison Ave: Routledge, 2008.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Ed. Massangana, 1989.

PIGLIA, Melina. Entre la acción civil y la ayuda mutua: el caso de los clubes de automovilistas en la Argentina de entreguerras. *Revista Transporte y Territorio N. 5*, Universidad de Buenos Aires, 2011.

_____. Associações civis y Estado en los años veinte: las intervenciones publicas del Automóvil Club Argentino y del Touring Club Argentino en matéria de vialidad y turismo. *IV Jornadas Nacionales Espacio, Memoria e Identidad* (Rosário, 2006).

PONTUAL, Virgínia. *Dois prefeitos e uma cidade*. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

PORTO, Costa. *Nos tempos de Duarte Coelho*. Recife: CEPE, 1978.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

RIBEIRO, René. *The Afrobrasilian cult-groups of Recife* - a study in social adjustment. Evanston, Ill., 131 leaves. 28cm. Thesis (M.A.)- Northwestern Univ, 1949.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Linhas apagadas*: do coletivo como arcaico ao individual como moderno (a extinção dos bondes na década de 40). Recife: Ed. Universitária, 1995.

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras – Vol. 3*. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2008

SILVA, Leonardo Dantas. *Recife, quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1997.

SIQUEIRA, Deis. *História Social do Turismo*. Brasília: Ed. Grammond, 2005.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação* (1889-1945). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SPIEGEL, Gabrielle. *The Past as Text: the theory and practice of medieval historiography*. London: John Hopkins University Press, 1997.

TAVARES, Octávio. *Do Amazonas à Guanabara*. Rio de Janeiro: Schimidt Ed. 1936.

TOOZE, J. Adam. *Statistics and the German State, 1900-1945: the making of modern economic knowledge*. Londres: Cambrige Studies in Modern Economic History, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga G. *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 1994.

_____. *Viagens na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil*. São Paulo: Senac, 2002.

URRY, John. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Ed. SESC, 1996

WALTON, John K (org). *Histories of Tourism: Representation, Identity and Conflict*. Clevedon: 2005.

WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos Populares do Recife Antigo*. Recife: Ed. Colégio Moderno – 1. Série, 1953.

WOLFE, Joel. *Autos and Progress: the Brazilian search for Modernity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

VELHO, Gilberto (org.), *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999.

VIANNA, Antônio Joaquim Barbosa. *Recife, capital do estado de Pernambuco*. Recife: APEJE, 1970.

VICENTE, Tamisa Ramos. *Vamos cirandar políticas públicas de turismo e cultura popular: festivais de ciranda em Pernambuco 1960-1980*. Caxias do Sul, 2008. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul).

ZWEIG, Stefan. *Brasil, País do Futuro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

FONTES

JORNAIS E REVISTAS

PE

A Procíncia (PE), 11/10/1920. [Memoria BN]

A Província (PE), 30/08/1930. [Memoria BN]

A Província, 29/07/1920. [Memoria BN]

A Província. 28/03/1928. [Memoria BN]

A Província(PE), 20/08/1920. [Memoria BN]

Boletim do Porto e da Cidade do Recife, (Todos os exemplares até 1944) [APEJE]

Diário da Manhã, 04/01/1941. [CEPE]

Diário de Pernambuco, 10/01/1941. [FUNDAJ]

Diário de Pernambuco, 27/03/1942. [FUNDAJ]

Diário do Estado: órgão Oficial do Estado de Pernambuco – Estados Unidos do Brasil. Ano XIX, N. 263, 19/12/1942. [CEPE]

Diário do Estado: órgão Oficial do Estado de Pernambuco – Estados Unidos do Brasil. Ano XIX, N. 58, 02/03/1943. . [CEPE]

Diário do Estado: órgão Oficial do Estado de Pernambuco – Estados Unidos do Brasil. Ano XIX, N. 55, 16/01/1943. . [CEPE]

Folha da Manhã (matutina), 10/12/1941. [APEJE]

Folha da Manhã (matutina), 19/04/1941 [APEJE]

Folha da Manhã (matutina), 29/09/1940. [APEJE]

Folha da Manhã (Matutino)-PE, 11/05/1939. [APEJE]

Folha da Manhã (matutino), 05/04/1941 [APEJE]

Folha da Manhã (matutino), 06/09/1940. [APEJE]

Folha da Manhã (matutino), 11/05/1939 [APEJE]

Folha da Manhã (matutino), 17/01/1941. [APEJE]

Folha da Manhã (matutino), 27/09/1940 [APEJE]
Folha da Manhã (PE), 23/10/1941. [APEJE]
Folha da Manhã (PE), 29/11/1941 [APEJE]
Folha da Manhã (vespertino), 07/04/1941. [APEJE]
Folha da Manhã, 11/05/1939. [APEJE]
Folha da Manhã, 13/09/1940. [APEJE]
Folha da Manhã, 18/12/1940. [APEJE]
Folha da Manhã, 26/09/1941. [APEJE]
Folha da Manhã, 28/08/1940. [APEJE]
Folha da Manhã, 29/08/1940. [APEJE]
Folha da Manhã, 29/08/1940. [APEJE]
Folha da Manhã, 5/1/1941. [APEJE]
Folha da Manhã, no dia 15/01/1941. [APEJE]

Jornal do Commercio, 04/05/1939. [FUNDAJ]
Jornal do Comércio, 09/05/1939 [FUNDAJ]
Jornal do Comércio, 09/05/1939. [FUNDAJ]
Jornal do Commercio, 10/01/1941. [FUNDAJ]
Jornal do Commercio, 19/07/1939 [FUNDAJ]
Jornal do Commercio, 23/07/1938. [FUNDAJ]

Jornal do Recife, 06/08/1937[Memoria BN]
Jornal do Recife, 10/02/1934[Memoria BN]
Jornal do Recife, 16/07/1927. [Memoria BN]
Jornal do Recife, 26/07/1932. [Memoria BN]
Jornal Pequeno, 11/05/1939. [FUNDAJ]
Jornal Pequeno, 15/01/1935 [FUNDAJ]

Revista Arquivos, 1944-1951 [MCR]
Revista Arquivos, n. 1 e 2 de 1944. [MCR]
Revista Arquivos, N.1, Vol.1, 1942 [MCR]
Revista Arquivos. Recife, Vol.1 – N.1 de 1941. [IAHGP].

RJ

Correio da Manhã , 26/07/1939. [Biblioteca Nacional]

Diário Carioca, 05/05/1934 [Memoria BN]

Diário Carioca, 09/03/1935. [Memoria BN]

Diário Carioca, 26/08/1934. [Memoria BN]

Diário da Noite. 18/01/1932 [Memoria BN]

Diário da Noite. 19/07/1930. [Memoria BN]

Diário da Noite. 22/08/1930. [Memoria BN]

Gazeta de Notícias , 25/09/1939. [Biblioteca Nacional]

Jornal do Brasil, 08/08/1940.

Revista da Semana, 12/08/1936 [Biblioteca Nacional]

Revista da Semana, 14/03/1931. [Biblioteca Nacional]

Revista da Semana, 14/03/1933. [Biblioteca Nacional]

Revista da Semana, 27/03/1930[Biblioteca Nacional]

Revista da Semana, 27/05/1933[Biblioteca Nacional]

Revista da Semana, 28/03/1931. [Biblioteca Nacional]

Revista da Semana, 32/12/1932. [Biblioteca Nacional]

Trans Brasil Hotéis e Turismo, ano VIII. N. 54 – maio-jun. De 1943. [Biblioteca Nacional].

Trans Brasil Hotéis e Turismo. Rio de Janeiro, Ano IV – N.24 – março de 1939.
[Biblioteca Nacional].

Trans-Brasil Hotéis e Turismo. Rio de Janeiro: Ano IV, N. 32, Jan. 1939. [Biblioteca Nacional].

DEPOIMENTOS ORAIS

Entrevista com Cornélio Cancino, realizada por Ana Maria Lugão Rios. Juiz de Fora-MG, 09/05/1995. Este depoimento faz parte do acervo de depoimentos orais com descendentes de escravos do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrevista com Juventina Farias, realizada pelo pesquisador Dirceu Marroquim, no bairro de Santo Amaro-Recife/PE, no dia 10/09/2014. Por solicitação da entrevistada utilizei um nome fictício. [Acervo Pessoal]

Entrevista com Murilo Marroquim de Souza, no Recife, para o Programa de Depoimentos Orais, do CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco em 31/10/1980. [FUNDAJ]

Entrevista com Rosano Costa realizada pelo pesquisador Dirceu Marroquim, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no dia 09/06/2014. [Acervo Pessoal – Nome Fictício]

Entrevista de George Felipe de Azevedo aos pesquisadores Dirceu Marroquim e Felipe Azevedo no município de Caruaru no dia 24/01/2015. [Acervo Pessoal]

CORRESPONDÊNCIAS E MANUSCRITOS

Telegramas sobre a denúncia do Governador Carlos de Lima Cavalcanti. [GVc1937.05.11/2 – CPDOC-FGV]

Carta de Carlos de Lima Cavalcanti aos deputados pernambucanos e a Getúlio Vargas. [GV c1937.05.08 – FGV-CPDOC].

Telegrama do Coronel Azambuja Vilanova a Agamenon Magalhães. [AGM c1937.11.10. FGV-CPDOC].

Carta de Agamenon Magalhães a Getúlio Vargas comunicando que Apolônio Salles aceitou o convite para o cargo de Ministro da Agricultura, 09/02/1942.

[CPDOC/FGV – GV c 1942.02.09]

Telegrama de Gilberto Freyre a Gustavo Capanema. GC b Freyre, G.

[CPDOC/FGV]

Telegrama de Agamenon Magalhães a Gustavo Capanema. AGM c 1942.06.13/2.

[CPDOC/FGV].

Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. 21/05/1943. [Fundação Casa Rui Barbosa]

MELO, Mário. *Lugares Históricos de Pernambuco*. Manuscrito [IAHGP-FMM Cx. 08]

Carta de Agamenon Magalhães a Carlos de Lima Cavalcanti, ex. 0001. Arquivo Carlos de Lima Cavalcanti-[IAHGP. FCC-Cx.01]

OFÍCIOS E DOCUMENTAÇÃO POLICIAL

Brasília Agência de Turismo. Prontuário Funcional 65-D. [DOPS/PE- APEJE].

Carta de José Campello a Novaes Filho. Acervo José Campello – JC. CAIdoc1 [Fundaj].

Centro de Chauffeurs de Pernambuco. Prontuário Funcional – N. 468. Dops [APEJE].

Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo. Prontuário 185-D. [DOPS/PE – APEJE].

Estatuto da Empresa Grandes e Melhoramentos de Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial, 1929. [APEJE]

Guia Social do Recife. Recife: Imprensa Oficial, 1943. [Acervo Pessoal].

Livro de protocolo, Caixa 4, Fundo Interventoria [APEJE].

Livros de Ponto. Seção de Turismo – DIP. Lata 75 do Fundo da Agência Nacional. [AN-RJ]

Ofício enviado pelo Touring Club do Brasil ao sr. Estácio Coimbra em 12 de abril de 1929. Livro 1, Miscelâneas. Localizado no APEJE.

Ofício enviado pelo Touring Club do Brasil ao sr. Estácio Coimbra em 25 de julho de 1930. Livro 1, Miscelâneas. Localizado no APEJE.

Ofício N. 185/1942. *Departamento de Imprensa e Propaganda*. [Fundo Agência Nacional – AN].

PR/10787/42. Fundo da Secretaria da Presidência da República [Arquivo Nacional/RJ].

Processo N. 34480. Fundo da Secretaria da Presidência da República [Arquivo Nacional/RJ].

Prontuário Funcional 43-D – 26/11/1942. *Arquivo da Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS)*. [APEJE]